

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO
URBANO E REGIONAL
PROPUR

Jussara Maria Basso

Dissertação de mestrado apresentada
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Arquitetura

**INVESTIGAÇÃO DE FATORES QUE AFETAM O
DESEMPENHO E APROPRIAÇÃO
DE ESPAÇOS ABERTOS PÚBLICOS:**

o caso de Campo Grande - MS

Orientador:
Maria Cristina Dias Lay, PhD

Porto Alegre, 2001

SUMÁRIO

Lista de Figuras.....	VI
Lista de Tabelas.....	IX
Resumo.....	X
Abstract.....	XI
O PAPEL DOS ESPAÇOS ABERTOS PÚBLICOS.....	01
1.1 INTRODUÇÃO.....	01
1.2 ESPAÇOS ABERTOS PÚBLICOS	01
1.2.1 Tipos de espaços públicos abertos	07
1.3 APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS ABERTOS PÚBLICOS.....	10
1.3.1 Esvaziamento do espaço público: transformação ou declínio?	11
1.3.2 Delimitação do problema	15
1.4 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	16
1.5 CONTEÚDO DO TRABALHO.....	16
CONDICIONANTES NA APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS ABERTOS PÚBLICOS.....	18
2.1 INTRODUÇÃO.....	18
2.2 FORMAÇÃO DA IMAGEM AMBIENTAL E AVALIAÇÃO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO.....	19
2.3 AS NECESSIDADES HUMANAS RELACIONADAS AO AMBIENTE	22
2.3.1 Necessidades Fisiológicas	24
2.3.2 Segurança	24
2.3.3 Pertencimento	25
2.3.4 Reconhecimento	26
2.3.4.1 Status.....	27
2.3.4.2 Privacidade e territorialidade.....	27
2.3.4.3 Territorialidade no espaço público.....	28

2.3.5	Necessidades de amadurecimento, necessidades estéticas e necessidades cognitivas	29
2.3.6	O papel dos espaços públicos no preenchimento das necessidades humanas	30
2.4	FATORES QUE AFETAM O DESEMPENHO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS	33
2.4.1	Dimensões de desempenho	33
2.4.2	Diversidade e intensidade de usos	35
2.4.2.1	O uso das ruas.....	36
2.4.2.2	O uso das praças e parques.....	39
2.4.3	Aspectos relativos ao ambiente construído – fatores contextuais	41
2.4.3.1	Adequação e conforto ambiental.....	43
2.4.3.2	Aparência e agradabilidade	46
2.4.3.3	Segurança e controle	47
a)	Controle Visual.....	48
b)	Definição de território.....	49
c)	Intensidade do tráfego de veículos / circulação de pedestres.....	50
2.4.3.4	Acessibilidade	51
2.4.4	Aspectos relativos às características dos usuários – fatores composicionais	52
2.4.4.1	Ciclo da vida	54
2.4.4.2	Nível socio-econômico e estilo de vida.....	55
2.4.4.3	Interação entre usuários.....	59
2.4.4.4	Experiência prévia com espaços públicos	61
2.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
3	METODOLOGIA	63
3.1	INTRODUÇÃO	63
3.2	PROBLEMA A SER INVESTIGADO, OBJETIVOS DA PESQUISA E HIPÓTESE	63
3.3	ESTUDO DE CASO	65
3.3.1	Seleção do estudo de caso	65

3.3.2 Breve histórico da cidade	65
3.3.3 Seleção da amostra	71
3.3.3.1 Critérios para seleção das áreas	71
3.3.3.2 Características das áreas	75
a) Área 1 – Itanhangá.....	75
b) Área 2 – Copatrabalho.....	79
c) Área 3 – Horto.....	83
3.4 ESCOLHA DOS MÉTODOS	87
3.4.1 Levantamentos de arquivo	88
3.4.2 Entrevistas	88
3.4.3 Mapas mentais	89
3.4.4 Levantamento físico	90
3.4.5 Observações comportamentais	90
3.4.6 Questionários	92
3.5 ANÁLISE DOS DADOS	95
4. ANÁLISE DO DESEMPENHO DOS ESPAÇOS ABERTOS PÚBLICOS	96
4.1 INTRODUÇÃO.....	96
4.2 AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL : TIPO E INTENSIDADE DE USO DOS ESPAÇOS ESTUDADOS.....	96
4.2.1 Características físico-espaciais e comportamentais das Áreas	97
4.2.1.1 Área 1: Itanhangá.....	97
4.2.1.2 Área 2: Copatrabalho.....	104
4.2.1.3 Área 3: Horto	112
4.2.1.4 Comparação entre áreas.....	120
4.2.2 Características físico-espaciais e comportamentais dos Espaços Públicos de Lazer (EPLs)	124
4.2.2.1 EPL 1: Praça Itanhangá.....	125
4.2.2.2 EPL 2: Praça Copatrabalho.....	134
4.2.2.3 EPL 3: Parque Horto Florestal.....	141
4.2.2.4 Comparação entre os espaços públicos de lazer.....	151

4.3 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E FATORES CONTEXTUAIS	155
4.3.1 Adequação ambiental	155
4.3.1.1 Atributos físicos das ruas	156
a) Dimensionamento.....	156
b) Pavimentação.....	156
c) Vegetação.....	157
d) Iluminação.....	158
e) Efeitos da avaliação das ruas sobre os usos.....	159
4.3.1.2 Atributos físicos dos EPLs.....	161
a) Dimensionamento.....	161
b) Equipamentos.....	161
c) Vegetação.....	162
d) Pavimentação.....	163
e) Iluminação.....	164
4.3.2 Aparência e agradabilidade	165
4.3.3 Segurança	169
4.3.3.1 Percepção de segurança nas ruas	169
4.3.3.2 Percepção de segurança nos EPLs.....	170
4.3.3.3 Segurança quanto ao tráfego.....	173
4.3.3.4 Controle visual nas ruas e EPLs.....	174
4.3.4 Acessibilidade	176
4.3.5 Comparação de desempenho das áreas e EPLs	178
4.4 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E FATORES COMPOSICIONAIS.....	179
4.4.1 Perfil do usuário	179
4.4.1.1 Ciclo de vida.....	179
4.4.1.2 Nível sócio-econômico.....	182
4.4.1.3 Origem dos moradores.....	183
4.4.1.4 Tempo de moradia.....	183
4.4.2 Estilo de vida	184
4.4.2.1 Meio de transporte mais utilizado.....	185
4.4.2.2 Lazer.....	186
4.4.2.3 Hábitos de compra.....	189

4.4.2.4 Interação entre usuários.....	191
a) Caráter da vizinhança/rede de relações.....	191
b) Privacidade.....	193
c) Conexão com os espaços públicos.....	193
4.4.3 Comparação da influência dos fatores composicionais no uso das ruas e EPLs.....	194
4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	196
5. CONCLUSÕES.....	201
5.1 INTRODUÇÃO.....	201
5.2 PROBLEMA DE PESQUISA, OBJETIVOS E MÉTODOS.....	201
5.3 HIPÓTESE.....	202
5.4 DISCUTINDO OS RESULTADOS.....	203
5.5 RELEVÂNCIA DOS RESULTADOS E RECOMENDAÇÕES	207
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	209

ANEXOS:

A: Frequências das perguntas fechadas do questionário

B: Listagem das respostas a perguntas abertas do questionário

LISTA DE FIGURAS

Figura	Descrição	Pág.
2.1	Processo de avaliação ambiental expressa no uso do ambiente	19
3.1	Evolução da malha urbana de Campo Grande	68
3.2	Planta de Campo Grande	69
3.3	Escolha das 3 áreas	72
3.4	Densidade nas sub-áreas	74
3.5	Foto aérea da Área 1 - Itanhangá	76
3.6	Planta geral da Área 1	77
3.7	Sub-área Sta Tereza	78
3.8	Sub-área Búzios	78
3.9	Praça Itanhangá	79
3.10	Foto aérea da Área 2 - Copatrabalho	80
3.11	Planta geral da Área 2	81
3.12	Avenida Florestal	82
3.13	Típica rua secundária do conjunto	82
3.14	Praça Copatrabalho	83
3.15	Foto aérea da Área 3 - Horto	84
3.16	Planta geral da Área 3	85
3.17	Vila Carvalho sub-aérea	86
3.18	Sargento Amaral sub-aérea	86
3.19	Parque Horto Florestal	87
3.20	Origem dos moradores por área	94
4.1	Levantamento físico Área 1	98
4.2	Residência típica sub-área Búzios	99
4.3	Residência típica sub-área Sta Tereza	99
4.4	Fechamento espacial Búzios	100
4.5	Fechamento espacial Sta Tereza	100
4.6	Barreiras na Búzios	100
4.7a	Mapa comportamental Área 1 - tardes	101
4.7b	Mapa comportamental Área 1 - manhãs	102

4.8	Permanência: guardas particulares	103
4.9	Passagem pedestres 1	104
4.10	Passagem pedestres 2	104
4.11	Levantamento físico Área 2	105
4.12	Residência típica Copatrabalho	106
4.13	Porta aberta para a rua	107
4.14	Cadeiras nas varandas/abrigos	107
4.15	Barreiras físicas temporárias	108
4.16	Barreiras físicas permanentes	108
4.17a	Mapa comportamental Área 2 - tardes	109
4.17b	Mapa comportamental Área 2 - manhãs	110
4.18	Sentando nas calçadas	111
4.19	Brincando nas ruas	111
4.20	Caminhando nas ruas	111
4.21	Levantamento físico da Área 3	113
4.22	Residências típicas Vila Carvalho	115
4.23a	Residência típica Sargento Amaral	115
4.23b	Casa antiga com muro baixo	116
4.23c	Reforma de muros antigos	116
4.24a	Mapa comportamental Área 3 - tardes	117
4.24b	Mapa comportamental Área 3 - manhãs	118
4.25	Feira- livre	119
4.26	Grupo na varanda	119
4.27	Tereré nas calçadas	120
4.28	Mulheres e crianças – fim de tarde	120
4.29	Utilização das calçadas	121
4.30	Frequência de uso dos espaços abertos próximos a residências	122
4.31	Levantamento físico EPL1 - Praça Itanhangá	126
4.32	Portão Praça Itanhangá	127
4.33	Pista e córrego	127
4.34	Pergolado com bancos	128
4.35	Coreto	128

4.36	Proibições (placa)	129
4.37a	Mapa comportamental EPL 1 - tardes	130
4.37b	Mapa comportamental EPL 1 - manhãs	130
4.38	Olhando o córrego	132
4.39	Parquinho infantil	132
4.40	Exemplo de atividade programada (teatro no palco)	133
4.41	Acesso (praça Copatrabalho) desde a rua Pequi	134
4.42	Acesso pela avenida Florestal	134
4.43	Levantamento físico da EPL 2 - Praça Copatrabalho	135
4.44	Vista desde a avenida Florestal	136
4.45a	Mapa comportamental EPL 2 - tardes	138
4.45b	Mapa comportamental EPL 2 - manhãs	139
4.46	Uso do conjunto de mesas	140
4.47	Barraca de Sobá	140
4.48	Uso das quadras	140
4.49	Acesso rua Anhanduí	141
4.50	Elementos simbólicos	141
4.51	Levantamento físico EPL 3 – Parque Horto Florestal	142
4.52	Pista caminhadas	143
4.52b	Vista geral do parque	143
4.53	Arena coberta multiuso	144
4.53b	Parquinho infantil	144
4.54	Parquinho e lanchonete	144
4.55a	Mapa comportamental EPL 3 – tardes	146
4.55b	Mapa comportamental EPL 3 - manhãs	147
4.55c	Mapa comportamental EPL 3 - domingo passe livre	148
4.55d	Mapa comportamental EPL 3 - domingo normal	149
4.56	Área central durante show	150
4.57	Pista de bicicross	151
4.58	Atividades limitadas pela inadequação das calçadas	159
4.59	Atividades que aconteceriam se as calçadas fossem mais adequadas	160
4.60	Distribuição etária por domicílio	180

4.61	Faixas de renda	182
4.62	Tempo de moradia na cidade	184
4.63	Principal meio de locomoção	185
4.64	Atividades nas horas de lazer	187
4.65	Espaços utilizados nas horas de lazer x faixa etária	187
4.66	Atividades de lazer x faixa de renda	189
4.67	Hábitos de compras dos moradores	190
4.68	Percepção do caráter da vizinhança	191
4.69	Rede de relações	192

LISTA DE TABELAS

Tabela	Descrição	Pág.
3.1	Crescimento Populacional de Campo Grande	66
3.2	Intervalos de correlação	95
4.1	Características físicas predominantes das ruas - Área 1	99
4.2	Características físicas predominantes das ruas – Área 2	107
4.3	Características físicas predominantes das ruas – Área 3	116
4.4	Contagem de pessoas presentes nas ruas das 3 áreas	120
4.5	Comparação entre usos e características físicas das ruas	123
4.6	Adequação das calçadas	156
4.7	Agradabilidade do próprio bairro	165
4.8	Aparência dos espaços públicos de lazer	167
4.9	Número de ocorrências registras na PM/CG em 1999	169
4.10	Segurança nas ruas do bairro	170
4.11	Segurança nas EPLs	171
4.12	Segurança x fechamento do EPL	172
4.13	Fechamento espacial	174
4.14	Comparação de desempenho das áreas - fatores contextuais	178
4.15	Comparação de desempenho dos EPLs – fatores contextuais	179

4.16	Influência de fatores composicionais no uso das ruas	195
4.17	Influência de fatores composicionais no uso dos EPLs	195

RESUMO

Esta pesquisa investigou os fatores que afetam a apropriação de espaços abertos públicos - ruas e espaços públicos de lazer -, adotando como estudo de caso a cidade de Campo Grande – MS. Procurou entender as causas de diferentes níveis de apropriação de espaços públicos abertos, através de uma abordagem perceptiva que utilizou a satisfação do usuário e o comportamento ambiental como indicadores de desempenho dos espaços estudados. Este é avaliado a partir das percepções dos moradores e usuários sobre as áreas selecionadas, e da verificação do perfil comportamental dos espaços.

O objetivo principal deste trabalho é a investigação de quais aspectos afetam mais fortemente os tipos e intensidade de uso diferenciados dos espaços abertos públicos, se fatores composicionais ou fatores contextuais.

O levantamento de dados foi realizado através da aplicação de múltiplos métodos: levantamentos de arquivos, levantamentos físicos, observações comportamentais, aplicação de questionários e entrevistas. A análise destes dados possibilitou uma maior precisão e validade da investigação.

A análise das relações entre características individuais dos usuários e nível de apropriação dos espaços públicos e entre atributos ambientais e diferentes níveis de apropriação dos espaços públicos, indicam que os aspectos composicionais de ordem socio-econômica afetam fortemente o tipo e intensidade de uso das ruas residenciais. Em relação aos espaços públicos de lazer, os resultados evidenciam a forte influência de aspectos de ordem física no tipo e intensidade de uso.

As conclusões indicam que, se for desejável uma dinamização das ruas para atividades sociais, é possível alcançar o objetivo, em certa medida (que depende especialmente de valores relacionados com o nível socio-econômico da população atingida), criando condições físicas que favoreçam o encontro e a permanência. Quanto aos espaços públicos de lazer as conclusões indicam que investimentos no planejamento físico destes, embasados em conhecimento real das necessidades da população alvo, darão retorno consistente em maior uso.

ABSTRACT

This research aims at studying the factors that influence people's appropriation of open public areas – streets and public leisure places. It takes the city of Campo Grande in the state of Mato Grosso do Sul, Brazil, for its case study. It seeks to understand the reasons for the different levels of appropriation of open public areas by means of a perceptive approach which takes user's satisfaction and environmental behaviour as indicators of space performance. This performance is evaluated from the viewpoint of the perceptions expressed by the dwellers and users about the areas studied, and of a survey of the behavioural profile of the areas studied.

The main goal of this study is to establish which aspects affect most strongly the types and intensity of use of the open public areas, whether they are compositional or contextual.

Data collecting was carried out by using multiple methods: surveying existing files, inspecting physical characteristics, observing behaviour, applying questionnaires and interviewing. The analysis of these data enabled more precision and validity of the investigation.

The analysis of the relationship between users' individual characteristics and level of appropriation of public areas and between environmental features and different levels of appropriation of public areas indicate that the compositional socio-economic aspects strongly influence the type and intensity of use of the residential streets. As to the public leisure areas, results highlight the strong influence set by physical order in the type and intensity of use.

Conclusions point to the fact that if it is desirable that streets are made lively venues fit for social activities, it is possible to reach that aim, to a certain extent (which depends somehow on the values related to the targeted population's socio-economic level), through creating physical condition that favours meeting and lingering in the streets. As regards the public leisure areas, conclusions indicate that investments on their physical planning, based on actual knowledge of the needs of the targeted population, will, in the end, fulfil the expectations in terms of increased use.

1. O PAPEL DOS ESPAÇOS ABERTOS PÚBLICOS

1.1 INTRODUÇÃO

Este estudo se propõe a investigar fatores que afetam o desempenho de espaços abertos públicos e procura determinar o grau de importância destes fatores na apropriação destes espaços. Os conteúdos discutidos neste trabalho pretendem se constituir em uma contribuição para um melhor entendimento das características dos espaços públicos que influenciam o seu uso e, portanto, diretamente, a qualidade de vida urbana, traduzida na satisfação dos moradores e na ligação destes com o ‘lugar’ em que o espaço urbano pode vir a se transformar.

Neste capítulo, são apresentados, primeiramente, o tema sobre o qual versa este trabalho, através de um breve histórico da evolução dos espaços públicos e de uma classificação dos tipos de espaços abertos encontrados na literatura. A seguir, é colocada a definição do problema de pesquisa, referente às transformações ocorridas quanto ao papel social dos espaços abertos públicos urbanos que evidenciam as diferentes apropriações que ocorrem nestes espaços. Posteriormente, são apresentados os objetivos da pesquisa e o conteúdo do trabalho, através de uma descrição dos capítulos que o compõem.

1.2 ESPAÇOS ABERTOS PÚBLICOS

Halprim (1963) classifica dois tipos de vida numa cidade - a vida pública e social, extrovertida, que procura a inter-relação nos espaços públicos e a vida privada e introvertida, individual, que ocorre em espaços quietos e reclusos.

Os espaços abertos e fechados alternam-se numa rede que compõe o espaço urbano e que dá suporte à vitalidade da cidade. Tanto os espaços construídos fechados, quanto os espaços abertos podem ser - quanto à possibilidade de acesso - classificados em domínio público, semi-público, semi-privado ou privado. Nos espaços públicos o acesso é generalizado

e a responsabilidade pela manutenção é assumida coletivamente, enquanto que, nos espaços semi-públicos, semi-privados e privados, o acesso é gradualmente limitado e a manutenção é responsabilidade de pequenos grupos ou de um só indivíduo (Hertzberger, 1996). O interesse deste trabalho volta-se para os espaços abertos públicos.

Conforme definição de Lynch (1991a), são considerados espaços abertos públicos urbanos todos os espaços urbanos abertos à livre escolha e às ações espontâneas dos indivíduos. São espaços dotados de acessibilidade pública e designados, construídos ou apropriados para atividades funcionais, sociais ou de lazer.

Levando-se em consideração o espaço das ruas, o maior espaço público aberto disponível, destinado à circulação de pedestres e veículos, e o espaço das praças e parques, locais abertos projetados para a convivência e a permanência, tem-se a estrutura principal do sistema de espaços públicos abertos da cidade. Este sistema forma um contínuo interligado, palco de grande parte da vida pública urbana.

A partir de uma visão histórica, é possível notar a representação do tipo de vida pública praticada por determinada sociedade, tanto na Ágora grega como no Fórum romano, na praça medieval ou na praça contemporânea (Carr et al 1992).

A evolução das ruas, da sociedade e das cidades

A rua antecede a existência de assentamentos humanos permanentes, como rota de comércio ou canal de trocas, de forma que o sentido de movimento ao longo de um caminho está ligado à experiência humana, assim como a visão de que o caminho é lugar de troca e de comunicação humana (Rykwert, 1991).

Mais tarde, já na Idade Média, as ruas das cidades eram estreitas e densamente usadas, local de encontro das classes altas e baixas, onde comerciantes e residentes compartilhavam o espaço. Este padrão de rua modificou-se a partir do século XV, com as novas idéias trazidas pelo Renascimento que propunha amplas perspectivas visuais, maior facilidade na passagem de veículos movidos à tração animal e uma maior fluidez no movimento de tropas militares pela cidade. Além destes aspectos práticos, as novas avenidas que espalharam-se desde a Itália para toda a Europa, culminando, no século XIX, com a reforma de Paris por Haussmann,

transformaram-se, em muitas destas cidades, em pontos de encontro, principalmente de pessoas das classes mais abastadas (Munford, 1982).

Portanto, se a cidade medieval dava expressão ao espaço fechado por muros e heterogêneo, sem separação espacial de funções, de classes ou posição social (Rolnik, 1988), a cidade do ‘*boulevard*’ do séc. XIX, se caracterizaria como cidade aberta, do movimento, da separação e mobilidade social (Pesavento, 1999). No final do séc. XIX a cidade tinha a aparência de um todo unificado polarizado pelo centro, que era compartilhado, espaço comum a toda cidade (Teaford, apud Chidister, 1989).

A nova noção dos espaços amplos e de grande extensão foi exportada para todo o mundo de influência européia, como o continente americano, mas nem sempre funcionaram com o mesmo sucesso, possivelmente por não haver uma conexão direta com áreas adjacentes de grande multiplicidade de usos e grande densidade, o que conferia aos ‘*boulevards*’ europeus uma vida pública vibrante (Carr et al, 1991; Pressman, 1987).

Até o advento da Revolução Industrial, as cidades do mundo ocidental poderiam ser classificadas, conforme Goitia (1987), em: a) cidades *clássicas*, públicas, da cultura mediterrânea; b) cidades domésticas ou campesinas, da cultura anglo-saxônica e c) cidades religiosas e privadas, do mundo islâmico. Enquanto a primeira é a cidade onde desenvolve-se a vida pública e que tem a praça como elemento definitivo e essencial, a segunda dá prioridade à vida doméstica em detrimento da vida civil e a última é organizada a partir da vida privada e religiosa. Estas características, ligadas a aspectos culturais das sociedades, influenciam as características das cidades contemporâneas originárias destas culturas.

Durante o século XIX, aconteceu um grande movimento de populações campesinas em direção às cidades, quando o mundo europeu deixou de ser agrário para se tornar predominantemente urbano (Pallen, 1975). O grande afluxo de pessoas em direção à cidade multiplicou os problemas destas e exigiu uma postura nova, uma tentativa de contornar ou se antecipar aos problemas urbanos gerados pelo tamanho das cidades.

Chegado o século XX, a cidade planejada passa a ser produzida sob influência das idéias modernistas ou funcionalistas¹, que provocaram uma mudança profunda na produção do

¹ Revolução funcionalista - a segunda vez, depois da Idade Média, em que as bases para o planejamento da cidade mudaram radicalmente. A primeira mudança aconteceu na Renascença e a segunda, em

espaço urbano, principalmente até a década de 70. Pensava-se que grandes extensões de áreas gramadas, colocadas entre os edifícios, seriam os locais óbvios para a realização de atividades de recreação e para uma vida social dinâmica. Na realidade, passa-se o contrário, e as grandes distâncias entre pessoas, eventos e funções, somadas a sistemas de transportes baseados no automóvel, contribuíram, significativamente, para reduzir as atividades externas nas áreas urbanas construídas sob a ótica modernista. A visão funcionalista introduz os grandes espaços verdes sem função específica, a separação das funções urbanas, que demanda deslocamentos diários de grandes distâncias, e os espaços urbanos públicos esvaziados de atividades e de pessoas.

A cidade, produto destas idéias, é vista, hoje em dia, com muitas críticas, no sentido de que, sem um entendimento real das necessidades e dos comportamentos humanos, foram propostos - e construídos - edifícios isolados na paisagem, concorrentes entre si, e não como parte de um tecido de ruas, quadras e espaços abertos viáveis, o que resultou, em muitos casos, em espaços externos desagradáveis e de baixa utilização (Trancik, 1986; Holston, 1993).

A integridade da rua também ficou comprometida com o impulso de verticalidade que se impôs às construções (Trancik, 1986), assim como a sua habitabilidade, pela tendência à utilização de velocidade incompatíveis com a segurança e a circulação de pedestres, no transporte de passageiros ou de mercadorias (Appleyard, 1981, apud Francis, 1987).

A partir da década de 70, novas idéias movem os pesquisadores e planejadores da cidade contemporânea. No ato de projetar e de planejar a cidade, reaparece a preocupação com o bem-estar social e intelectual do cidadão, relacionado à imagem que este tem de sua cidade; cristaliza-se o interesse na *“recuperação do prazer sensorial da arquitetura e do espaço urbano”* e volta-se a projetar ruas, quarteirões, praças e contínuos construídos (Lamas, 1990: 388). A reconquista das ruas como espaço de convívio social torna-se uma meta a guiar o interesse de boa parte dos pesquisadores do fenômeno urbano. Passam a ser propostas áreas da cidade reservadas para pedestres, controle de tráfego motorizado, a não separação espacial entre diferentes funções e a atenção para a identificação do cidadão com o seu espaço e com a sua comunidade (Arantes, 1993). Tentativas concretas têm sido implementadas,

torno de 1930, quando os aspectos físico-funcionais da cidade passaram a prevalecer sobre os seus aspectos estéticos (Gehl, 1987, p.45).

principalmente em países do primeiro mundo, mas também entre nós, com resultados que incentivam a continuação da busca de alternativas que tragam novamente o pedestre para os espaços públicos (por exemplo, as ruas para pedestres em áreas centrais de muitas cidades brasileiras).

A evolução das praças e parques como espaços públicos

A praça urbana foi criada quase que simultaneamente ao primeiro assentamento humano, confundindo-se com a origem do conceito ocidental de urbano. Já o jardim, ou parque público, só aparece como espaço público urbano a partir do séc. XVII (Segawa, 1996). O parque era o lugar para caçadas e práticas militares, assembléias e celebrações simbólicas de autoridade e de poder. Era localizado perto dos palácios dos governantes do mundo antigo², e em alguns países, considerado lugar sagrado ou lugar de graça e sabedoria (Lasdum, apud Ribeiro, 1996).

Na Grécia e Roma antigas, as praças eram locais de assembléia dos cidadãos, onde eram discutidas, ao ar livre, política e filosofia. Com a queda do Império Romano, decaí a importância das cidades, e a prática das discussões públicas foi, pouco a pouco, sendo abandonada. Mais tarde, na Idade Média, as praças de mercado voltam a ser o coração das cidades: local onde as pessoas faziam compras, ouviam as notícias, encontravam os amigos, participavam de festas religiosas e divertiam-se vendo apresentações de artistas (Welch, apud Ribeiro, 1996). A praça era o território próprio da cultura popular pública (Segawa, 1996), um espaço heterogêneo, tanto em usuários como em atividades.

Entre a segunda metade do séc. XV e o séc. XVIII, acompanhando as mudanças propostas nas perspectivas das ruas da cidade européia, já comentadas anteriormente, Segawa (op.cit.) cita outras mudanças neste setor: o surgimento de espaços públicos, como a ‘*piazza*’ italiana; a praça maior espanhola; a praça real francesa; os recantos ajardinados, como os passeios públicos, os ‘*boulevards*’, os jardins - todos espaços onde reinam a hierarquização, a ordem e a elegância, em contraposição ao espaço da praça medieval, das festas desordenadas.

² Nas antigas Assíria, Pérsia, Índia, Egito, Grécia e Roma

De acordo com Chadwick (apud Ribeiro, 1996), três estilos principais podem ser encontrados entre os parques e praças de então: o estilo geométrico, o estilo natural e o estilo pinturesco. O estilo geométrico pode ser encontrado tanto nos parques franceses quanto nos italianos, e trabalha a simetria, a harmonia e um layout formal; mas, enquanto as praças italianas usam os princípios da Renascença de geometria e proporção, os jardins franceses buscam, através da mesma geometria, o domínio sobre a natureza e o monumentalismo. O estilo natural ou informal – identificado com o parque inglês – dá ênfase a formas que imitam a natureza. O estilo pinturesco tem, mais ou menos, os mesmos princípios que o estilo natural, só que cria alguns lugares, recantos e construções mais formais, desenhados como pontos de atração (Landsun, apud Ribeiro, 1996).

Apesar da existência, em cidades mais antigas, de alguns espaços abertos e parques que podiam ser usados pelo público, somente no séc. XIX os parques arborizados foram construídos para uso do público em geral. Até então, os jardins arborizados eram, na sua maioria, de propriedade do rei, da nobreza ou da igreja. Nesta época, cresce, na Europa e nos Estados Unidos, o ‘movimento dos parques’, que advoga a reserva de áreas públicas para lazer e esportes nas áreas próximas aos centros das grandes cidades, de forma a melhorar as condições de saúde da população destes centros e a promover a assimilação social (Cranz, 1982 apud Carr et al, 1992).

Camilo Sitte (1992) em seu livro do final do séc. XIX, “A construção da cidade segundo seus princípios artísticos”, já lamentava que o urbanismo daquele século tivesse perdido o domínio do sentido estético e social das praças antigas. Para ele, as praças são, antes de tudo, um lugar público, como eram as praças tradicionais, que conseguiam ser um espaço público aberto ao mesmo tempo em que eram arrumadas como o ambiente interno de uma casa, conjugando interioridade e exterioridade no mesmo ambiente. Já nas praças criadas pelas reurbanizações do século XIX, os espaços são considerados, por Sitte, como superdimensionados, desérticos e sem pontos de referência – espaços impessoais e impróprios para o uso coletivo.

Mais tarde, baseando-se nas formas das praças antigas, Rob Krier (apud Lang, 1994) realizou estudo tipológico dos espaços abertos em termos de suas qualidades visuais (composição espacial), classificando vários padrões geométricos que servem essencialmente

aos mesmos propósitos. Buscava identificar, nas formas do passado, os padrões de espaços abertos agradáveis e com algum significado para os indivíduos.

Todo este processo de evolução das idéias sobre os espaços abertos públicos, não deixou de influenciar a produção do espaço urbano para o lazer, no Brasil. A legislação brasileira federal atual obriga a reserva de espaços públicos nas novas áreas urbanas e inclui uma percentagem para áreas verdes. Evidentemente, a reserva é um passo inicial e a qualificação daquelas áreas depende da vontade política dos estados e municípios ao definir o nível de investimentos a elas destinados.

Porém, a existência de uma política para os espaços públicos de lazer dificilmente tem sido encarada como uma prioridade para o poder público no Brasil, de acordo com Bartalini (2000). Ao mesmo tempo, a debilidade de reivindicações organizadas por parte da sociedade, exigindo e defendendo este direito, tem contribuído para a escassez de espaços que amenizem gratuitamente a vida de quem mora na cidade.

1.2.1 Tipos de espaços abertos públicos

O espaço público pode ser percebido como um ambiente global contínuo e seu cenário constitui-se, de maneira mais relevante, pelo traçado das ruas e praças e pelos elementos que as compõem; pelas fachadas, vegetação e, ainda, espaços públicos interiores (como estações de metrô e rodoviárias, por exemplo) (Lamas, 1990).

O estudo da evolução dos espaços urbanos, apresentado no item anterior, mostra que o traçado das ruas, um dos elementos mais claramente identificáveis da forma de uma cidade, relaciona-se diretamente com a formação e o crescimento desta, em função da importância básica dos deslocamentos e da mobilidade das pessoas e das mercadorias. O traçado é de importância vital para a orientação na cidade e o sistema de transportes, que o determina de maneira predominante. De fato, parece ser *“o sistema de infra-estrutura de maior impacto na qualidade de uma cidade e na de sua vida urbana”* (Lang, 1994: 208).

A rua é o espaço aberto público, por excelência. É no processo de socialização - no qual o homem gasta grande parte de sua energia e que acontece, de maneira preponderante, no

espaço das ruas - que cria-se, desenvolve-se e mantém-se a cultura. A rua oferece, de forma única, variedade social e experiências, necessárias aos indivíduos.

Morfologicamente, Rapoport (1987) descreve as *ruas* como espaços lineares, de diversas larguras, margeados por construções e usados para circulação e, muitas vezes, para outras atividades.

Do ponto de vista antropológico, a rua apresenta-se como uma expressão da estrutura de relações da cultura em que aparece e serve como um instrumento através do qual estas relações podem ser mantidas ou desafiadas (Levitas, 1991).

Halprin (1963) classifica, hierarquicamente, os diversos tipos de espaços urbanos que estruturam o ambiente público aberto em: ruas, ruas de comércio, praças menores, praças maiores, parques de vizinhança, parques centrais e margens d'água.

As *ruas* que tradicionalmente eram foco da atividade de vizinhança, tendem, na cidade contemporânea, a tornar-se unicamente local de circulação. Porém, como as calçadas representam espaços informais com um grande potencial de vitalidade, o estudo do seu uso tem despertado um crescente interesse entre os pesquisadores de espaços abertos (por exemplo, Appleyard, 1981).

As *ruas de comércio* são essencialmente locais para comércio - como os mercados, as grandes galerias cobertas, o '*bazaar*' árabe e as ruas centrais de muitas cidades, consideradas, muitas vezes, como o próprio "coração da cidade".

A *praça* é um elemento morfológico nascido na cidade ocidental como elemento intencional, criado com o objetivo de proporcionar o encontro entre indivíduos, onde ocorrem as práticas sociais e manifestações da vida urbana (Lamas, 1990).

As *praças menores* aparecem na confluência de ruas, quando acontecem espaços alargados incidentais que se transformam em pequenas praças. Podem conter de maneira casual esculturas, cafés, fontes, locais para sentar. São espaços que podem dar um sentido de lugar e se transformar num foco referencial e de vitalidade para a vizinhança.

As *praças maiores* são grandes praças que se transformam em símbolos cívicos, pela beleza e detalhamento do projeto e/ou pela força dos eventos cívicos que costumam nelas acontecer.

Os *parques de vizinhança*, ao contrário das praças maiores e das menores, geralmente muito pavimentadas, são locais com bastante área verde que provêm o necessário contato com a natureza e a relação com as coisas vivas.

Os *parques centrais* são os grandes parques verdes das cidades, utilizados para funções nos fins-de-semana e que podem ajudar a manter o balanço ecológico, essencial à biologia humana .

Como a maioria das cidades desenvolveu-se próxima a cursos d'água, como rios, baías ou oceanos, as *margens* aparecem como espaços abertos acessíveis a todos os moradores, e podem ser exploradas para o lazer.

Francis (1987) aponta, além destes espaços abertos tradicionais, vários espaços abertos inovadores que desenvolveram-se nas últimas décadas, entre eles:

Os *espaços abertos comunitários* desenvolvidos e administrados por seus proprietários, ou seja, os residentes locais, e os *espaços abertos de vizinhança* - como calçadas, esquinas, paradas de ônibus ou lotes vazios - muito usados por crianças e adolescentes. Ambos se transformam em locais importantes, já que criam oportunidade para aprendizado e socialização.

As *feiras* temporárias, que ocorrem em espaços abertos públicos, vêm crescendo em popularidade, pois podem dinamizar parques, ruas ou estacionamentos e contribuir para a vitalidade econômica das áreas urbanas onde se realizam.

E, por fim, os *espaços vazios*, remanescentes na malha urbana, que são vistos, hoje, como espaços com grande potencial recreacional e ecológico.

Segundo Francis (op.cit), estes espaços, muitas vezes, vêm de encontro às necessidades da população, suprimindo faltas que os espaços abertos tradicionais não têm conseguido suprir por inteiro.

Todos estes diferentes tipos de espaços públicos abertos são utilizados pela população de várias maneiras e com maior ou menor intensidade, num quadro geral que será descrito a seguir.

1.3 APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS ABERTOS PÚBLICOS

Os espaços abertos públicos são palco para a realização de diversas atividades: circulação, comércio, passeio, recreação, contato com a natureza, socialização ou simplesmente observação da vida que neles acontece. E é basicamente através dessas manifestações comportamentais que ocorre a apropriação desses espaços e, conseqüentemente, da cidade (Lynch, 1985; Lang, 1994).

Segundo Carr et al (1992), o que molda os espaços públicos e a sua apropriação são as forças que dão consistência à vida pública, sendo estas de naturezas diversas, decorrentes, primeiramente, dos aspectos culturais, dentre os quais inclui-se as necessidades básicas funcionais, a vida social comunitária e o sentido simbólico da vida pública. Num segundo momento, estas forças se originam da tecnologia disponível, da estrutura física dos lugares, da segurança, do fator da superestimulação disponível nas cidades, dos sistemas sociais, políticos e econômicos e do grande interesse, hoje, por uma vida esportiva e saudável.

Sabe-se que cada cultura apresenta um balanço próprio entre vida pública e vida privada. Este balanço depende da interação da realidade física, social, política e econômica da sociedade. Mas, quando o balanço pende excessivamente para a vida privada, de modo que a vida pública e os espaços públicos tornem-se rarefeitos para a comunidade, os moradores podem tornar-se isolados uns dos outros (op.cit). Este isolamento é uma das características que o senso comum mais freqüentemente relaciona com a vida contemporânea nas grandes cidades.

Do sistema de espaços públicos e privados decorrentes de cada situação de balanceamento em particular, surgem formas de apropriação que podem ser encaradas sob pontos de vista diferenciados.

1.3.1 Esvaziamento do espaço público: transformações ou declínio ?

Do ponto de vista da sociologia, Sennet (1998) estudou as transformações nos valores do público e do privado, com o surgimento da cidade industrial e a consolidação do modo de

produção capitalista. O autor coloca o esvaziamento da vida pública e a valorização exacerbada da vida pessoal, prevalecente em certos grupos da sociedade contemporânea, como decorrência da formação de uma nova cultura urbana, que vem sendo processada desde a queda do Antigo Regime³, mas que explodiu, em expressões de destruição física do domínio público - e no seu esvaziamento - , somente após a Segunda Guerra Mundial. Durante o crescimento das cidades industriais européias, nos séc. XVIII e XIX, certas cidades cresceram explosivamente para os parâmetros da época – por exemplo Londres e Paris. As pessoas chegavam em levadas migratórias e havia um aumento significativo do número de estranhos aos moradores locais. As regras de sociabilidade - que eram construídas entre indivíduos que, de alguma maneira, mantinham alguma relação - começaram a mudar. As regras de público e privado também. Como defesa ao estranho, a personalidade individualizada e os encantos morais da vida privada passam, aos poucos, a ser valorizados em oposição à devassidão, heterogeneidade e civilidade da vida pública cosmopolita. Estas tendências vão se consolidando mais e mais até explodir no pós-guerra, levando o foco da vitalidade da cidade a passar dos espaços públicos abertos para os espaços mais íntimos e privados, principalmente a casa de cada família.

Carr et al (1992) resumem as mudanças induzidas pelo aumento do tamanho das cidades a partir da valorização da privatização da vida, introdução de novas tecnologias, substituição de locais de compras da rua para locais fechados e insuficiência de espaços para brincar e para socializar, como de grande perda, já que o sistema de espaços públicos pode ser agregador de indivíduos e pode ajudar na conexão destes com a comunidade e com a natureza.

Para Levitas (1991) somente nos bairros populares ou nas favelas é que as ruas parecem manter-se, parcialmente, como local de vida pública.

A ‘sociedade de consumo’⁴ que se impõe mais e mais na segunda metade do séc. XX (Jameson, 1996) traz consigo a fragmentação e a superprodução de cultura para o consumo, de tal forma que perde-se o sentido de tradição e de história e é criado um mundo sem

³ Antigo Regime: se refere ao século XVIII, período no qual a burocracia comercial e administrativa se desenvolve nas nações, paralelamente à persistência de privilégios feudais (Sennet,1998:67)

⁴ Sociedade de consumo - sociedade onde o consumo não é mais considerado como reflexo da produção, mas concebido como fundamental para a reprodução social (Featherstone, 1997:109)

profundidade e sem separação entre o real e o imaginário. Esta particularidade pode ser observada principalmente no âmbito dos espaços destinados ao lazer, em locais muito em voga como parques temáticos (a privatização do espaço público), locais turísticos e *'shopping centers'* – onde a sensação de brilho superficial e de prazer participativo transitório é essencial - ou na maneira distraída e fragmentada em que, por exemplo, a televisão é assistida no dia-a-dia. (Harvey, 1992; Featherstone, 1997). Esta sociedade, de certa maneira, parece não ter mais tempo, interesse ou possibilidade de valorizar seus 'lugares' e precisa criá-los prontos para o consumo.

Ao mesmo tempo que a fragmentação e o bombardeamento de imagens traz uma ruptura no senso de identidade do indivíduo, o processo de globalização pelo qual o mundo vem passando traz uma visão de que o mundo é progressivamente 'um lugar só' (Featherstone, 1997), um lugar sem 'lugares'. Tudo isso favorece um desligamento emocional do homem com o espaço em que vive.

Se autores como Sennet vêem o quadro atual de desvalorização da vida pública e de valorização da privacidade, como de declínio e causa de esvaziamento das ruas, outros como Brill (1989) apresentam uma análise diferente para a questão: existiria uma transformação da vida pública, não um declínio, visto que esta passou a acontecer em outros espaços que não mais no tradicional espaço da rua. Mudou-se para espaços abertos destinados mais especificamente ao lazer, como praças, parques ou outros espaços especializados.

Considerando que o tempo disponível para lazer hoje é, para muitos, maior do que antigamente, e que as informações do mundo chegam diariamente à casa dos cidadãos, a vida pública parece estar relacionada muito mais à busca de lazer em ambientes abertos do que à necessidade de contato pessoal para a troca de informações, como acontecia antigamente.

Outro raciocínio interessante é o de que o esvaziamento dos espaços públicos pode ser decorrente da atual falta de dependência entre as pessoas. Não se necessita mais do outro para questões de sobrevivência e de defesa, como acontecia no mundo antigo (Chidister, 1989). Porém, para experienciar o mundo e para definir a si mesmo, o homem necessita da presença de outros homens, necessita dos contatos humanos para manter sua sanidade mental (Levitas, 1991; Hillman, 1993). Atentando para o que chama de 'alma da cidade' - que está na relação entre as pessoas, no olhar entre elas – Hillman (1993) explica a violência contra o patrimônio

construído de uma cidade como decorrência, em parte, do descuido da vida subjetiva em nível pessoal e da comunidade. Assim, ainda são úteis e necessários os locais para o encontro, para o contato dos olhares, para se criar a intimidade com a cidade e locais destinados ao lazer, para relaxar - como em parques ou em banhos de mar ou de rio -, de maneira a manter a saúde psíquica e o bem-estar na cidade.

Ao mesmo tempo que em muitas cidades contemporâneas constata-se uma tendência ao esvaziamento dos espaços públicos de suas funções tradicionais de local de encontro e de trocas - mais marcadamente em umas do que em outras cidades, e mais acentuadamente em algumas regiões da cidade do que em outras -, cresce um movimento de interesse no ressurgimento da vitalidade dos espaços públicos, através de planejamento que favoreça a satisfação das necessidades de uma vida pública muito mais estratificada e especializada - é dizer fragmentada - do que tradicionalmente costumava ser. Muitos dos espaços reestruturados de forma a atrair o público (nas áreas centrais das grandes cidades e em bairros residenciais) tem tido sucesso em seus propósitos, apresentando grande incremento no seu uso (Gehl, 1989; Goodey, 1984; Cooper Marcus e Francis, 1990; Whyte, 1988).

No Brasil mesmo, existem programas voltados à revitalização ou requalificação de centros urbanos ou de outras áreas, como por exemplo, o planejamento urbano de Curitiba que, desde o início dos anos 60, considera o espaço urbano como o “*cenário do encontro*” (Mazza Dourado, 1997: 25); o projeto ‘Viva Rio’, uma política de recuperação urbana e o ‘Favela Bairro’ que visa integrar, através de intervenções urbanísticas, as favelas e seus bairros limítrofes, no Rio de Janeiro (op. cit.); o ‘Novo Centro’ que propõe requalificar o centro de São Paulo com atividades diversas e permanentes, adequação e recuperação histórica (op. cit.); o Eixo Tamanduatehy, em Santo André, que se propõe a criar uma nova centralidade para a região do ABC paulista, usando o espaço público como fator estruturante (Pinto, 2000); ou os ‘Corredores Culturais’ no Rio de Janeiro (Del Rio, 1990), ou em Porto Alegre (Prefeitura de Porto Alegre, 1995), como parte dos denominados programas de revitalização das áreas centrais destas cidades, através do resgate histórico, da dinamização econômica e da animação cultural .

Falando especificamente sobre áreas centrais de cidades brasileiras, como São Paulo, Regina Meyer (em Frugoli Jr., 1999) comenta a grande vitalidade daqueles espaços,

discordando do conceito de revitalização, muito usado quando se fala de áreas urbanas centrais: *“o que não falta ali é vitalidade: é uma coisa vibrante, pulsante. Hoje o centro é tão ou mais vital que em outros momentos. Só que está apropriado por uma classe social diferente”*. O que coloca a requalificação do centro como uma palavra mais adequada para as propostas que busquem uma melhor adequação e manutenção daqueles espaços.

Como diferentes áreas da cidade oferecem diferentes distribuições de serviços, tipos de comércio, preços e amenidades, o espaço urbano vai sendo ocupado, gradativamente (com exceção de alguns lugares atípicos), em função das classes em que se divide a sociedade urbana (Santos, 1998). Neste quadro, constata-se que o uso dos espaços público nas áreas apropriadas por distintas classes sociais pode se dar de maneira diferenciada. É freqüente a observação de que *“crescentes parcelas das classes sociais de maior poder aquisitivo se refugiam em espaços excludentes, e boa parte das classes populares se move por um espaço deteriorado, engendrando ocupações permeadas pela transgressão”* (Frugoli Jr., 1995:116). Os ‘shopping centers’ e os condomínios fechados são exemplos dos primeiros, enquanto a periferia e a área central das grandes cidades, do último.

Existe no Brasil, devido ao processo de interiorização territorial do desenvolvimento impulsionado, entre outras coisas, pela ação estatal da ‘marcha modernizadora do oeste’ lançada no período do Estado Novo (Cunha, 1999; Corrêa, 1999), uma grande quantidade de cidades relativamente novas ou muito novas. Em cidades novas, com grande parte da população vinda de fora, desenraizada e sem referências locais que favoreçam a criação de uma imagem forte e estruturadora de cidade, faz-se importante a existência de elementos unificadores que possam cumprir este papel. Como já foi colocado, a vida nos espaços públicos pode ser o elemento que agrega os indivíduos, criando conexões com a comunidade e com o lugar. Portanto, nas cidades de crescimento rápido e recente, é importante entender os processos que influenciam na apropriação dos espaços públicos, de forma a poder - como pensador ou planejador da cidade - atuar eficazmente na direção de um espaço aberto público que seja mais responsivo às necessidades da população, favorecendo a interação e a criação desta imagem forte.

1.3.2 Delimitação do problema

O problema desta pesquisa configura-se como sendo a investigação sobre o processo de apropriação do espaço público. Parte-se da constatação de que a apropriação dos espaços públicos em diversas cidades brasileiras acontece de maneira diferenciada, assim como em setores dessas cidades são identificados diferentes níveis de apropriação de ruas e espaços abertos públicos de lazer, seja por uma predisposição maior por parte da população ou por uma oferta mais adequada destes espaços.

Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, é uma das cidades que devem ao processo de interiorização do povoamento e de nacionalização da fronteira oeste brasileira grande parte de seu desenvolvimento. Configura-se como uma cidade de bairros claramente definidos em relação a características morfológicas e socio-econômicas: de um lado áreas residenciais nobres com mansões, piscinas, lojas especializadas e toda sorte de facilidades nas proximidades e do outro lado, em áreas mais distantes do centro da cidade e servidas, praticamente, apenas por serviços básicos, os bairros residenciais populares (Ebner, 1999), lembrando, de certa forma, o quadro apresentado por Davis (1993) para a Los Angeles dos anos 90 – cidade paradigma deste período. Neste cenário, foram observadas diferenças marcantes de apropriação dos espaços abertos públicos entre diferentes regiões da cidade.

O problema aqui delimitado será investigado através do estudo de caso de espaços abertos públicos específicos da cidade de Campo Grande - ruas e espaços públicos de lazer (praças ou parques)-, que apresentem tipo e intensidade de uso diferenciados.

1.4 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo desta pesquisa é buscar uma compreensão maior sobre a relação do comportamento humano com o ambiente construído no que se refere à apropriação de espaços públicos das ruas e dos espaços públicos de lazer de zonas residenciais urbanas. Este estudo se propõe a investigar quais fatores estão atuando de forma a produzir o tipo de interação existente, seja ela freqüente ou muito esporádica.

Através do estudo das relações entre características físicas dos espaços, características individuais dos moradores e grau de apropriação dos espaços investigados, pretende-se identificar e medir a influência destes fatores no tipo e intensidade de uso daqueles espaços.

A possibilidade deste conhecimento vir a alimentar a discussão sobre o construir a cidade e passar a fazer parte de um acervo que possa contribuir no processo de planejamento dos espaços abertos públicos, é o objetivo mais amplo deste trabalho.

A seguir é descrito o conteúdo do trabalho através do resumo dos procedimentos necessários para alcançar os objetivos expostos.

1.5 CONTEÚDO DO TRABALHO

O trabalho foi estruturado em cinco capítulos. Neste primeiro capítulo foi definido o tema e o problema sobre o qual versará este estudo. Uma discussão maior sobre o problema foi abordada. Os objetivos que norteiam este trabalho foram colocados.

O segundo capítulo estabelece a base teórico-conceitual do trabalho, através da revisão da literatura, enfocando as variáveis que possam contribuir para esclarecer as hipóteses levantadas. São apresentadas as questões relacionadas à vida social nas cidades, aos espaços públicos necessários ao desenvolvimento deste tipo de vida e atributos ambientais que afetam o desempenho dos espaços abertos públicos nas cidades.

O terceiro capítulo apresenta a estrutura metodológica, com a descrição detalhada do estudo de caso, procedimentos e critérios definidos para a seleção da amostra e descrição dos métodos de coleta e de análise de dados utilizados.

O quarto capítulo apresenta e discute os resultados obtidos na pesquisa, através dos múltiplos métodos utilizados, visando a investigação e análise das relações contidas nas hipóteses.

O quinto capítulo apresenta a conclusão do trabalho. Discute as hipóteses exploradas e estabelece as implicações dos resultados obtidos para os estudos das relações ambiente-comportamento e para o desenho e planejamento dos espaços públicos abertos das cidades.

2. CONDICIONANTES NA APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS ABERTOS PÚBLICOS

2.1 INTRODUÇÃO

No primeiro capítulo vimos que a existência de vida pública parece ser um pré-requisito fundamental para o desenvolvimento dos espaços públicos. Estes espaços, criados pelas sociedades ao longo dos tempos, servem como um espelho dos valores públicos e privados dominantes numa sociedade (Carr et al 1992; Itelson et al 1974, em Bonnes e Secchiaroli, 1995), assim como das transformações pelas quais estes valores têm passado. Por outro lado, a existência de espaços públicos adequados pode ser um pré-requisito para o florescimento da vida pública.

Dentro de uma mesma sociedade, diferentes espaços recebem diferentes respostas em termos de uso – denominadas manifestações comportamentais - pelos indivíduos que compõem aquela sociedade.

A área de estudos ambiente-comportamento, na qual esta pesquisa baseia-se, concentra-se no estudo das relações entre indivíduos e o ambiente físico construído, tendo como uma premissa a existência de um processo interativo em que o ambiente é constantemente modificado pelas ações dos indivíduos, ao mesmo tempo que suas experiências e comportamentos são modificados por este ambiente. O entendimento destas relações visa facilitar a construção de espaços mais congruentes com as necessidades humanas. (Lang, 1994; Gifford, 1997).

Neste capítulo, é apresentada uma revisão dos estudos da área de ambiente-comportamento no que se refere ao tema apropriação dos espaços públicos abertos. São abordados os processos de apreensão da imagem ambiental, considerada fonte de informação para a realização de avaliações de desempenho. É discutido o papel dos espaços públicos no preenchimento das necessidades humanas relacionadas ao ambiente construído e dos diversos aspectos que podem influenciar na intensidade de uso dos espaços.

2.2 FORMAÇÃO DA IMAGEM AMBIENTAL E AVALIAÇÃO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

O campo da percepção ambiental, no qual esta pesquisa baseia-se, tem como uma de suas premissas que é possível entender melhor as ações, necessidades e aspirações dos indivíduos em relação ao ambiente construído, a partir do conhecimento sobre como a imagem mental é concebida (Golledge e Moore, 1976).

Para Lynch (1997), a criação da imagem ambiental é baseada no que é visto da forma exterior e do modo como é interpretado. Isto é, resulta de um processo de percepção e cognição do ambiente.

A percepção ambiental é um processo de apreensão, através dos sentidos, dos atributos ambientais que estão imediatamente presentes no ambiente físico, enquanto a cognição ambiental refere-se a processos de armazenagem, organização e uso destas informações ambientais percebidas (Lay, 1992). A natureza deste processo de percepção/cognição é dinâmica, não estática, resultado de um processo bilateral entre o observador e o ambiente, e nela estão envolvidas, além dos atributos físicos do ambiente, a experiência prévia do observador e suas concepções e expectativas, construídas e modificadas no tempo (Lynch, 1991b e 1997). Entende-se, portanto que ambos os processos - percepção e cognição - são necessários para que os indivíduos elaborem uma imagem ambiental. Este processo pode ser visualizado na figura 2.1 :

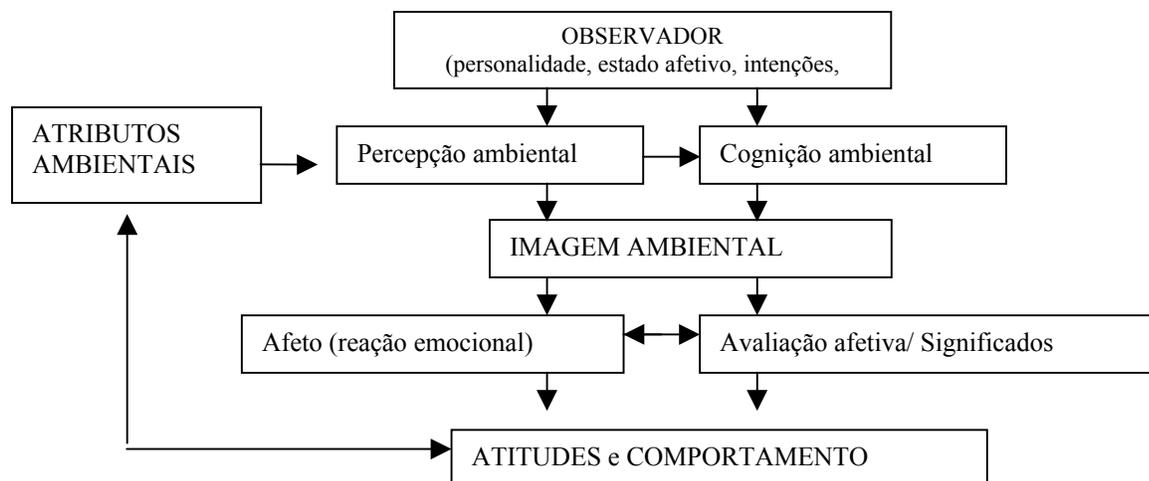


Figura 2.1 Processo de avaliação ambiental expressa no uso do ambiente – adaptada de gráfico de David Miller em Nasar, 1998:5 e de Lay, 1992:52

O modelo apresentado acima permite inferir que o indivíduo apreende a imagem do ambiente construído e sobre ela realiza suas avaliações. Verifica-se que a resposta avaliativa tem relação com os atributos físicos do ambiente e que a avaliação ambiental é permeada

pelos processos de percepção, cognição, formação de atitudes e afeto, manifestos através de comportamento.

Portanto, a avaliação de desempenho ambiental pode ser efetuada a partir das respostas - afetivas ou comportamentais - dos usuários, que podem ser medidas através dos critérios de desempenho 'nível de satisfação do usuário' e 'comportamento'.

Lynch (1997) identificou cinco elementos básicos que estruturam a imagem mental das cidades: caminhos (os percursos), limites (barreiras físicas), bairros (partes da cidade com um caráter homogêneo), nós (espaços usados mais intensamente como o encontro de ruas) e marcos (pontos de referência por se destacarem tipologicamente na paisagem, por uma especialidade de uso ou por representarem um valor simbólico para a população). Estudos posteriores confirmaram a estabilidade destes cinco elementos estruturadores da imagem da cidade, entre diversas populações e lugares, apesar de existirem, dependendo do contexto sociocultural e físico, variações na proeminência dos elementos (Nasar, 1998).

Aos cinco elementos estruturadores da imagem citados por Lynch, Passini (1992) soma três fatores informacionais muito importantes: a organização espacial (princípios pelos quais os espaços são organizados); o fechamento espacial (as formas exteriores fechando os espaços) e a correspondência espacial (a continuidade entre interior e exterior dos espaços construídos). A facilidade com que as partes de um ambiente podem ser reconhecidas e organizadas numa imagem coerente é uma qualidade visual que Lynch (1997) denominou *legibilidade*.

O conceito de imagem de Lynch (1997) refere-se a qualidades físicas de um ambiente e é composto por: identidade (o que permite ao lugar ser identificado como único), estrutura (relação daquele lugar com o próprio observador e com outros espaços) e significado (conexão da pessoa com o lugar através de ligações de ordem prática ou emocional). A qualidade destes componentes facilita ou dificulta o processo de montagem da imagem ambiental e a avaliação dessa imagem influencia nos padrões de comportamento.

Ao grau de facilidade com que o ambiente evoca uma imagem forte em qualquer observador, Lynch denominou de *imageabilidade*. A este conceito, o autor relacionou o trabalho de Stern, que discutiu este atributo como aparência (Stern, apud Lynch, 1997). Lay (1992) apresenta a avaliação da percepção de aparência visual, como decorrência de

qualidades físicas e simbólicas percebidas pelos usuários, tais como variedade das construções, materiais empregados, nível de manutenção das edificações e dos espaços ou tipo de atividade que acontece no espaço. Estas qualidades influenciariam no grau de agradabilidade, afetando a formação da imagem e a avaliação ambiental dos usuários e, em decorrência, suas atitudes em relação àquele ambiente e seu comportamento naqueles espaços.

Complementando o conceito de imagem ambiental, Stokolos e Shumaker investigaram a *imageabilidade social* de um lugar, como a capacidade de “*evocar significados sociais vividos e coletivamente compartilhados entre os ocupantes e usuários de um lugar*” (Stokolos e Shumaker, apud Bonnes e Secchiaroli, 1995:175-176) mostrando que significado – definido por Lynch (1997) como conexão através de ligações práticas ou emocionais -, também tem influência na moldagem do comportamento ambiental.

Para Michelson (1976b, apud Nasar, 1998) os significados e imagens ambientais são, de maneira geral, compartilhados por grupos ou indivíduos de culturas ou características econômicas similares.

Os aspectos considerados na formação da imagem ambiental influenciam, portanto, na avaliação de desempenho do ambiente e na adoção de comportamentos neste ambiente. De acordo com Marans e Fly (apud Lay, 1992), a avaliação ambiental, e logo o uso, depende de quatro fatores: a) das características dos indivíduos, principalmente nível socio-econômico e ciclo de vida; b) das oportunidades à disposição dos indivíduos; c) das percepções de atributos ambientais que influenciem a intensidade de uso dos espaços, como percepções de densidades ou de segurança; e d) de fatores físicos disponíveis no ambiente. A estes fatores devemos acrescentar, de acordo com Lynch (1997), as percepções de conteúdo simbólico dos ambientes, que lhes conferem significado.

Neste trabalho, serão utilizados como critérios de medição do desempenho ambiental, a satisfação dos usuários com o espaço, ou com os atributos deste espaço, e o comportamento adotado por eles no espaço. Estes dois critérios têm sido utilizados em diversos trabalhos (por exemplo, Lay, 1992; Reis 1992) para examinar as relações entre o usuário e os vários aspectos do ambiente construído.

O nível de satisfação do usuário tem sido usado como critério de avaliação, apesar de existirem diferenças de percepção entre os indivíduos: as pessoas percebem os atributos do

ambiente físico e os avaliam baseadas em certos parâmetros de comparação, especialmente por aqueles definidos pelo que elas acreditam estar a seu alcance (Lay e Reis, 1993). A satisfação do indivíduo com o seu ambiente é dependente da avaliação de uma série de atributos contidos em tal ambiente e, considera-se que, ao existir um alto grau de satisfação entre os usuários, existe um bom desempenho ambiental (Lay, 1992).

O comportamento ambiental indica, simultaneamente, de modo observável e mensurável, as percepções, atitudes e avaliações dos usuários com relação àquele ambiente (op.cit.).

2.3 AS NECESSIDADES HUMANAS RELACIONADAS AO AMBIENTE

Na busca da compreensão das forças que influenciam na formação da estrutura urbana, é necessário conhecer as relações das pessoas com os seus ambientes – através de um diagnóstico de suas necessidades e práticas culturais – de forma a poder projetar ambientes coerentes para seus usuários.

Segundo Lang (1994), as necessidades humanas, no que se refere ao ambiente, motivam consciente ou inconscientemente as demandas por facilidades físicas que lhes dêem suporte. São vários os psicólogos que estudaram as categorias das necessidades humanas de maneira a poder embasar um desenho urbano funcional, predominando, atualmente, a aceitação do modelo de hierarquias das necessidades humanas de Maslow (apud Lang, 1987), como a visão mais compreensiva destas categorias de necessidades. A teoria de Maslow - uma teoria holística dinâmica - identifica cinco grupos básicos de necessidades - desde a mais fundamental até a mais sutil. Ao mesmo tempo, necessidades cognitivas e estéticas guiam e dão forma ao processo de obtenção das demais necessidades.

A tabela abaixo apresenta uma correspondência entre as necessidades humanas identificadas por Maslow, as funções do ambiente construído citadas por Fred Steele (apud Lang, 1987) e os mecanismos através dos quais o ambiente construído pode contribuir para suprir as necessidades humanas.

Tabela 1.1 Correspondência entre necessidades humanas, funções do ambiente construído e contribuições do ambiente construído

Necessidades humanas (segundo Maslow)	Funções do ambiente const.	Contribuições do ambiente const.
Necessidade fisiológica	Segurança e abrigo	Abrigo, acesso a serviços
Segurança	Contatos sociais	Acesso a serviços, privacidade, territorialidade, orientação, espaço defensível
Pertencimento	Contato social, identificação/simbólica	Acesso a serviços, espaços comunais, estética simbólica
Estima ou Reconhecimento	Prazer, crescimento	Personalização, estética simbólica, controle
Amadurecimento ou desenvolvimento pessoal	Prazer, crescimento	Acesso a oportunidades de desenvolvimento, controle, escolha
Necessidades cognitivas	Prazer, crescimento	Acesso a oportunidades de desenvolvimento
Necessidades estéticas	Prazer, crescimento	Estética formal, arte pelo valor da arte

Fonte: Lang, 1987

Maslow (apud Lang, 1994) argumenta que as necessidades humanas acontecem numa hierarquia de preponderância, e uma vez que um nível básico de conforto é alcançado, a percepção da necessidade passa para um nível mais alto. Individualmente, existem muitas diferenças entre as prioridades relativas às necessidades, já que os valores não são ordenados hierarquicamente da mesma maneira por diferentes indivíduos (Rapoport, 1978). Fatores composicionais subjetivos, como tipo de personalidade, percepções, aspirações e crenças; e objetivos, como nível socio-econômico, estágio de vida ou gênero a que pertence a pessoa, influenciariam no estabelecimento da prioridade das necessidades (Reis, 1992). Por outro lado os fatores contextuais – relacionados com as características físicas dos ambientes -, contribuem para preencher estas necessidades de maneira mais ou menos adequada. Segundo Lang (1994), quanto maior a intensidade e facilidade com que isto acontece, mais agradável se torna o ambiente para o usuário, contribuindo para o sentimento de qualidade ambiental.

A seqüência de necessidades humanas que o ambiente pode suprir é melhor detalhada a seguir.

2.3.1 Necessidades fisiológicas

A necessidade de sobrevivência é a mais básica necessidade do ser humano. Um teto, infra-estrutura básica (água, luz, esgoto), canais de circulação que ofereçam acesso para pedestres e motoristas, acesso a serviços, acesso a sol, brisa e sombra, são necessidades comuns a todos os seres humanos, se bem que percepções de conforto apresentem variações individuais, tanto por razões fisiológicas quanto psicológicas, pois muito depende dos níveis de conforto a que o indivíduo está habituado (Lang, 1994).

2.3.2 Segurança

Uma vez que as necessidades básicas de sobrevivência estejam razoavelmente satisfeitas, o homem passa a preocupar-se com questões de segurança. Quatro fontes de insegurança física e psicológica são passíveis de se apresentarem no ambiente: poluição e bactérias; eventos naturais, tais como inundações e terremotos; riscos impostos por elementos do ambiente construído e as máquinas utilizadas e, finalmente, o comportamento anti-social de segmentos da população (op. cit).

Dentre estas quatro fontes, Gumbert e Drucker (1996) colocam o medo da violência nas ruas como a causa principal que leva as pessoas a, progressivamente, ficarem isoladas em suas casas e conectadas com o mundo através da mídia ou da rede virtual.

Pesquisas mostram que, através de decisões de planejamento, é possível aumentar a segurança e a sensação de segurança (Newman, 1973; Lynch, 1997; Passini, 1992). Preocupações com i) o grau de segregação de usos incompatíveis; ii) o grau de vigilância, natural e artificial; iii) os mecanismos para conseguir os níveis adequados de privacidade para diferentes atividades, entre eles a territorialidade; iv) a busca por um senso de orientação no lugar e no tempo e v) a busca de um sentido de lugar positivo, ajudariam a alcançar tal objetivo (Newman, 1973).

Há dois tipos de segurança relacionados ao ambiente construído: um tipo, que refere-se à saúde, crimes e acidentes de várias ordens, e o outro, o desejo de evitar o desconhecido, de estar no controle e ter um sentido de lugar, geograficamente e socialmente falando.

Parece existir, nas sociedades urbanas contemporâneas, uma obsessão por segurança física expressa através de soluções arquitetônicas e ambientais que delimitam e reforçam as

fronteiras sociais. Este é o quadro que Mike Davis (1993) coloca como emergente na Los Angeles contemporânea: a defesa de um estilo de vida luxuoso, através da construção de um ambiente segregado, e mesmo de uma “*resposta armada*”, que mantenha a separação. Para ele, a busca “*faraônica*” por segurança residencial e comercial enterra a visão de espaços públicos, com mistura de classes e etnias, como modo de abrandar a luta de classes através da recreação e diversão comuns. Como consequência, é comum se constatar o esvaziamento dos espaços públicos nas áreas habitadas por classes sociais mais abastadas⁵.

Exemplos similares podem ser encontrados em diversos lugares dentro da realidade brasileira, tais como a Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro ou até mesmo o tipo de vida urbana existente na cidade de Campo Grande.

2.3.3 Pertencimento

Segundo Maslow (apud Lang, 1987), relacionado ao ambiente, uma vez que as necessidades fisiológicas básicas de abrigo e de segurança tenham sido equacionadas, a necessidade de pertencimento passa a ser valorizada e buscada pelas pessoas.

A necessidade de pertencimento é suprida pela existência de redes de relações que levam o indivíduo a identificar-se com um ou mais grupos – desde o pequeno grupo familiar até o sentimento de pertencer a uma nação.

Atividades regulares, como passeios por locais específicos – a ‘*promenade*’, há poucos anos ainda tão comum em cidades do interior brasileiro – e eventos que levem estranhos a ficarem juntos, como eventos esportivos, desfiles ou comemorações (por exemplo, a espera da chegada do Ano Novo) estabelecem um senso de identidade de grupo e também dão um sentimento de pertencer a uma cidade (Lang, 1994).

Além de fazer parte de um grupo, muitas pessoas sentem necessidade de pertencer a um lugar – ter raízes em algum lugar. O sentido de ligação com o ‘lugar’ acontece através da identificação simbólica com um local reconhecido como diferente de outros e que possui um caráter próprio (Lynch, 1985).

⁵ Muito mais nos Estados Unidos do que na Europa, quando enfocados os países de onde provêm a maior parte da bibliografia da área de Ambiente-Comportamento.

Tuan (apud Bonnes e Secchiaroli, 1995) investigou o tema do lugar de maneira a entender o problema de laços afetivos estabelecidos com o ambiente físico. Para o autor, os lugares não são resultado só das características físicas do ambiente, mas produto de atos humanos intencionais (gestos, discursos, objetos e ações), numa criação e recriação constantes. Para Canter (apud Bonnes e Secchiaroli, 1995), o ‘lugar’ é visto como o resultado das relações entre as concepções, ações e atributos físicos daquele local.

Proshansky (apud Carr et al, 1992) aponta as experiências vividas em espaços públicos, especialmente as interações sociais, como contribuintes na identidade do lugar e no desenvolvimento da própria identidade do indivíduo. Por exemplo, os espaços ligados às recordações de infância são espaços que podem dar um sentido de continuidade através dos diferentes estágios da vida do indivíduo. De forma que, a alta mobilidade - possível através das atuais tecnologias de transportes e presente em grupos de maior renda - pode trazer consigo a perda deste sentido de ‘lugar’.

2.3.4 Reconhecimento

A necessidade de auto-estima e reconhecimento é comum à maioria das pessoas e grupos, se bem sejam sentidas em diferentes graus tanto pelos indivíduos como pelos grupos ou culturas e subculturas. Busca-se estima e reconhecimento através de caminhos como a aquisição de conhecimento formal ou competência em algum campo, a demonstração de controle sobre a própria vida ou a posse de bens materiais (Lang, 1994).

Na tentativa de obter reconhecimento, os espaços públicos abertos podem ser um palco onde habilidades são mostradas para os outros, como em atividades de adolescentes, por exemplo.

2.3.4.1 Status

Exibir status social é uma maneira de demonstrar a que grupo se pertence e de conseguir estima e respeito por parte dos outros. O status relativo pode ser mostrado, entre outras coisas, através de poder econômico, maneira de falar, volume de privacidade possuído, coisas que a pessoa possui ou o lugar escolhido para viver. Assim a escolha do lugar para

viver – bairro ou construção - é influenciada por razões funcionais, mas também por razões de demonstração de status relativo (Lang, 1994).

Coulson (1980) sugere, através de seus estudos, que a localização da residência numa área de bom status e de caráter amigável, inclusive pela proximidade aos amigos, seria mais importante na determinação da satisfação com o bairro do que a localização conveniente em relação ao local de trabalho e às lojas.

Preferências por formas vinculadas a um conceito de renovação muitas vezes estão ligadas a uma demonstração de status: quanto mais ‘novo’, mais alto o status aparente. O imaginário brasileiro, segundo Goodey (1984), ainda é dominado pelo futuro, pela idéia de crescimento como o ideal a ser alcançado: daí a preferência, muitas vezes encontrada entre nós, por imagens, símbolos e ações que apontem para o novo, desvinculadas do passado, o que dificulta a valorização e a preservação dos espaços existentes - sejam eles construídos ou naturais.

2.3.4.2. Privacidade e controle

Paralelamente à necessidade de pertencer a um grupo, existe, no ser humano, a necessidade de privacidade (Lang, 1994; Altman & Chemers, 1989). A privacidade é uma parte importante do senso de identidade, pois muitas vezes não é fácil perceber e integrar o sentido de todas as coisas que acontecem à pessoa num ambiente público: é necessário tempo e espaço para poder refletir sobre tudo e formular respostas consistentes (Gibson, 1997). Por isso, “*os seres humanos precisam manter uma certa distância da observação íntima por parte do outro para poderem sentir-se sociáveis*” (Sennett, 1998:29).

A privacidade é um comportamento social que direciona os meios pelos quais os indivíduos regulam seus contatos com o mundo social e fazem-se mais ou menos acessíveis aos outros. As pessoas estabelecem o nível de privacidade desejado. Os grupos também. E para conseguir este nível, adotam práticas de regulação da privacidade que afetam o desenho dos espaços e da própria cidade. Os níveis desejados de privacidade variam com a cultura a que pertence o indivíduo, com o sexo, a idade, com a classe social e o uso pretendido para o local (Altman e Chemers, 1989).

A quantidade de privacidade que uma pessoa ou grupo possui está relacionada, além de segurança, com status social. Quanto mais alto o status, mais privacidade é conferida às pessoas – através de mecanismos como convenções sociais ou soluções arquitetônicas e de urbanismo. Aumentar as oportunidades de privacidade é um meio de expressar controle, e quanto maior controle alguém pode ter sobre sua vida e seu ambiente, maior a sua auto-estima (Lang, 1994).

Assim, um balanço entre duas necessidades – participação e isolamento – é base para dar ênfase aos espaços de interação ou de recolhimento. A relação correta com a vizinhança pode depender da possibilidade de balancear o ter privacidade, sem estar isolado, e o ser sociável sem ser forçado a um contato (Coulson, 1980).

A territorialidade faz parte do sistema com o qual o indivíduo ou grupo regula sua privacidade. Território se refere a objetos, lugares ou áreas geográficas que podem ser controlados por um indivíduo ou grupo, em bases permanentes ou temporárias (Altman e Chemers, 1989). Através da definição e do controle de territórios também se regula as regras de funcionamento social promovendo segurança, identidade, status, estabilidade social, sentimento de pertencimento e sentido de lugar (Edney, apud Lay, 1998; Altman e Chemers, 1989).

2.3.4.3 Territorialidade no espaço público

A demarcação territorial pode se dar por barreiras simbólicas ou reais, mas o que é importante para aumentar a segurança, no entender de Newman (1973), é a demarcação clara de quais sejam as jurisdições públicas, semi-públicas, semi-privadas ou privadas, de forma a estimular o controle sobre as áreas.

A territorialidade e o senso de controle sobre um espaço representam um direito do indivíduo ou grupo de se apropriar dos espaços para usá-los, e um de seus valores é o de trazer consigo a mensagem de que alguém se preocupa com tal espaço, que ele pertence a alguém. Esta mensagem é, em geral, respeitada pelas pessoas. Porém, a demonstração de controle de um território por parte de um grupo ou por um indivíduo quando em espaço público pode restringir a liberdade dos outros. Portanto, pode existir conflito entre os direitos territoriais de uma comunidade, ou de alguns membros desta, e os direitos de todos de usufruir do espaço

público e é necessário procurar um balanceamento entre a liberdade de usar um espaço que é público e a necessidade de imposição de certas limitações e controles (Carr et al, 1992).

2.3.5 Necessidades de amadurecimento, necessidades estéticas e necessidades cognitivas

O ambiente pode oferecer oportunidades valiosas de aprendizado informal, seja através da participação em atividades ou através da observação do ambiente e das pessoas. Um ambiente rico em experiências estéticas e cognitivas tende a preencher as necessidades de amadurecimento pessoal dos indivíduos. (Lang, 1994). Para as crianças, a dificuldade em cidades grandes, com o uso da terra segregado e grupos convivendo separados de acordo com seu estágio no ciclo de vida e nível sócio-econômico, a oferta de oportunidades de exploração ambiental é proporcionalmente bem menor, do que em cidades pequenas ou no campo. Além disso, a dependência do automóvel em certas classes sociais, tem tornado a acessibilidade ao ambiente exterior limitada para crianças e adolescentes desses extratos, também dificultando o processo cognitivo daqueles indivíduos (Carr et al, 1992).

Segundo Maslow (apud Lang, 1994) as pessoas necessitam, em certo grau, contemplar a beleza, mas a definição de belo está muito ligada a questões culturais e individuais. Por exemplo, algumas culturas são mais materialistas do que outras e as necessidades de reconhecimento podem predominar sobre a necessidade de experimentar a beleza.

Características individuais como idade, experiência ou nível socio-econômico influenciam nos padrões estéticos percebidos e preferidos. Apesar destas preferências variarem com as condições socioculturais, estudos recentes têm confirmado um consenso sobre elas entre indivíduos de um mesmo grupo. Isto sugere que a beleza do ambiente é menos subjetiva e qualitativa do que se pensava anteriormente (Nasar, 1998).

Toda esta gama de necessidades humanas são demandas que os espaços públicos podem suprir em alguma medida, como se discutirá a seguir.

2.3.6 O papel dos espaços públicos no preenchimento das necessidades humanas

De acordo com Carr et al (1992) são cinco os propósitos gerais pelos quais as pessoas procuram os espaços abertos públicos: conforto (físico e psicológico), relaxamento, engajamento passivo com o ambiente, engajamento ativo com o ambiente e descobertas. Estes propósitos podem acontecer de maneira isolada ou combinados entre si.

Nos espaços abertos, alguns indivíduos buscam locais para relaxar, outros procuram mudanças físicas e sociais, atividades que podem incluir a interação com os outros indivíduos, compras, participação da vida das ruas, atividades físicas ou o simples flunar. Espaços públicos abertos, entre outras coisas, dão acesso a ar fresco, sol e a locais tranquilos dentro do ambiente agitado da cidade (Carr et al, 1992; Lynch, 1985; Pesavento, 1999).

Os espaços públicos bem sucedidos, com suas características de espaço de encontro e de troca, facilitam a participação em atividades de grupo e favorecem o sentimento de ser parte da comunidade e da vida da cidade. São locais que expandem as possibilidades de escolhas individuais e trazem satisfação com um mínimo de investimento social e econômico; neles, o indivíduo tem a chance de encontrar desafios negados em outros ambientes mais protegidos e mais dispendiosos do espaço urbano; possibilitam o engajamento em ações raras nos espaços privados, mas possíveis de acontecerem nos espaços públicos, levando a uma relação mais direta do indivíduo com o mundo (Lynch, 1991b). Os espaços públicos abertos podem servir como local para novos contatos não especializados ou não usuais, livres das restrições que a vida diária rotineira impõe. A quebra de barreiras sociais, mesmo que por pouco tempo e superficialmente, é um aprendizado importante no processo de socialização. Além disso, o espaço público urbano, quando adequado, oferece a oportunidade de olhar para o outro de maneira protegida (Gumpert e Drucker 1996).

Lynch (1997) argumenta que os espaços abertos ajudam na compreensão da organização e da natureza do ambiente urbano, facilitando a percepção e a criação da imagem ambiental da cidade. Segundo o autor, como entender a estrutura espacial e temporal do ambiente é fundamental na memorização do espaço, no sentido de orientação e na criação de um sentimento de pertencimento e controle sobre este ambiente. Denota-se daí a importância dos espaços públicos, já que a ampla visão da cidade que possibilitam, facilita esta compreensão. O entendimento é fonte de segurança emocional e base para um sentimento de

auto-identificação e relação com a sociedade. Importante para tanto, além da legibilidade dos marcos referenciais gerais, são as relações existentes entre os espaços públicos da cidade.

A configuração geral do espaço público e seus elementos tem um papel importante também na percepção da beleza, de acordo com Lozanos (apud Lang, 1994). Se apropriadamente arranjados, podem contribuir substancialmente para o efeito estético do ambiente urbano.

Para Hester Jr.(1989) existem hoje seis caracterizações de uso em espaços abertos. Além de local e máquina de recreação, um item de consumo ou uma ‘justaposição’ de diferentes funções possíveis ou necessárias. Em certos casos, fonte de recurso econômico (isto entre as classes de baixa renda), em outros, o espaço aberto como um meio de reconecção com o ambiente natural e com a comunidade e finalmente a topofilia – o desejo de estar conectado com os lugares físicos através da emoção, como foi investigado por Tuan (apud Bonnes e Secchiaroli, 1995). A topofilia se refere a sentimentos positivos em relação aos lugares. Este autor examinou também o fenômeno que ele define como ‘sentido de lugar’, como um produto da capacidade intencional de refletir sobre aquele lugar e, portanto, de apropriar-se dele num nível afetivo de uma maneira auto-consciente, o que implica em uma certa distância entre o ser e o lugar, que permita ao ser a apreciação consciente daquele lugar.

Dependendo de como se configura, o espaço público pode dar uma identidade positiva ou negativa a uma área ou bairro, atuando como marco e símbolo, e pode possibilitar, ou restringir, oportunidades para as pessoas, amigos ou estranhos se encontrarem e compartilharem a experiência de estar num ‘lugar’ (Lang,1994).

A busca de espaços públicos mais responsivos às necessidades humanas, mais democráticos e significativos, pode levar a uma nova dimensão da cultura pública. Segundo Carr et al (1992) o movimento pela dinamização dos espaços públicos pode incrementar a tolerância entre as pessoas, pois ver gente diferente de si mesmo respondendo de modo semelhante ao mesmo lugar cria uma ligação, mesmo que temporária, entre os indivíduos.

Altman e Chemers (1989) apresentam três teorias sociológicas sobre a vida nas cidades, que podem ser úteis no entendimento do papel dos espaços públicos no ambiente urbano:

a) As teorias deterministas, para as quais o tamanho da cidade e as altas densidades populacionais produzem estímulos que levam, freqüentemente, a respostas como desligamento, distanciamento e menosprezo pelas necessidades dos outros. Estas teorias vêem o crime, a doença e a desorganização familiar, eventualmente, como resultado das pessoas estarem mais isoladas e alienadas dos outros em cidades grandes e organizadas da maneira como o são hoje em dia, diferente de como costumavam estar em suas cidades pequenas.

b) As teorias composicionais, que vêem os moradores das cidades relacionados à sua vida em família, aos grupos estendidos e às vizinhanças locais, sendo a qualidade destes grupos de maior influência no bem estar dos residentes do que o tamanho total da cidade. A densidade e outros fatores afetariam, somente indiretamente, a vida dos moradores, através da economia e da política.

c) As teorias sub-culturais, que combinam as posições das teorias deterministas e das teorias composicionais. Conciliam a visão de que os diferentes grupos a que as pessoas pertencem – étnicos, ocupacionais, religiosos - influenciam a vida na cidade, mas também que aspectos tais como tamanho, densidade, heterogeneidade, têm um forte impacto sobre as pessoas. O tamanho das cidades possibilita ainda a formação de novas sub-culturas – étnicas, ocupacionais, de minorias, criminais, homossexuais, etc... - e aumenta a possibilidade de conflitos entre subgrupos quando estes entram em contato e competem por espaço e por recursos.

Da mesma forma que a vida social nas cidades parece depender da combinação de aspectos composicionais e contextuais, o preenchimento das necessidades humanas estabelecidas pela vida social depende da combinação de múltiplos e complexos aspectos de ambas as ordens. A satisfação com o ambiente, e logo, o comportamento ambiental, depende da eficiência com que este ambiente preenche as necessidades existentes.

Procura-se, a seguir, identificar, a partir da literatura, quais os fatores que afetam a satisfação e o comportamento dos usuários dos espaços abertos públicos.

2.4 FATORES QUE AFETAM O DESEMPENHO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Vários fatores foram identificados como influentes no desempenho de espaços abertos públicos oferecidos pela cidade e, conseqüentemente, nas interações sociais que neles acontecem. Conforme mencionado anteriormente, aspectos relacionados a características dos indivíduos - fatores composicionais - e aspectos ligados a características físicas dos espaços - fatores contextuais - afetam o estabelecimento de prioridades de necessidades e, portanto, afetam o uso dos espaços abertos públicos. Por outro lado, o próprio uso seria um dos fatores que influencia na apropriação dos espaços, pois, de acordo com Whyte (1980), a presença de pessoas é o que mais atrai outras pessoas para os espaços.

2.4.1 Dimensões de desempenho

Podemos considerar as mesmas dimensões de desempenho relacionadas à forma espacial da cidade, que Lynch (1985) coloca como características básicas para a existência de um bom assentamento, como desejáveis para o sistema de espaços abertos públicos, já que estes estruturam a cidade e lhe dão feição. Estas características se desenvolveriam dentro de conceitos gerais de continuidade, conexão e abertura. São elas: *vitalidade* (a forma com que o espaço sustenta as funções vitais de sobrevivência: a funcionalidade); *sentido* (grau no qual o espaço pode ser claramente percebido e mentalmente diferenciado através de estrutura, congruência, transparência, legibilidade e significado); a *adequação* às atividades que se deseja realizar no espaço; o *acesso* diversificado, igualitário e suscetível de controle local e, finalmente, *controle* (o grau em que o uso e o acesso aos espaços e atividades são controlados pelos que os usam). E isso tudo mediante justiça e eficácia interna para cada uma das dimensões, o que remete à facilidade do exercício dos direitos dos usuários⁶, colocada por Carr et al (1992) como necessária à dinamização dos espaços públicos.

Lynch argumenta que estas dimensões de desempenho funcionam em uma interdependência mútua e podem variar, em grau de prioridade, de acordo com a cultura e o

⁶ Direitos dos usuários: a liberdade de usar e se apropriar do espaço e a possibilidade de exercer certo controle sobre o lugar. As qualidades necessárias para promover os direitos dos usuários: acessibilidade física, visual e simbólica, liberdade de uso e possibilidade de executar algumas mudanças no ambiente.

desenvolvimento da sociedade. Assim, o nível de recursos disponíveis, a homogeneidade ou não de valores, o grau de concentração de poder e a estabilidade relativa da sociedade e do entorno teriam influência na valorização das diferentes dimensões.

Para Gehl (1987), os pontos chaves para a animação dos espaços públicos são *facilidade de acesso*, boas *áreas de permanência* e possibilidade de ter *alguma coisa para fazer* naquele espaço. Para este autor, atividades opcionais e sociais⁷ acontecem nos espaços públicos quando as qualidades do ambiente são favoráveis para o ‘ficar’ e para o ‘mover-se’, quando um mínimo de desvantagens e um máximo de vantagens física, psicológicas e sociais acontecem e quando o ambiente é agradável sob todos os aspectos. Um ambiente é agradável sob todos os aspectos quando é protegido do crime, do tráfego, do clima, tem qualidades estéticas e um sentido de lugar - que surge quando características visuais permitem um sentimento de que aquele é um lugar especial, único, inspirando as pessoas a permanecerem naquele espaço. Em resumo *segurança, conforto, beleza e significado*.

Semelhante às variáveis apontadas por Gehl, Francis (1987) apresentou, como dimensões que influenciam no uso dos espaços abertos públicos, variáveis ligadas ao ambiente físico: a *imagem do local* – a aparência -, a *segurança*, a *acessibilidade*, o *conforto ambiental* e a *variedade de usos e de usuários*.

Entre os muitos aspectos que influenciam na apropriação dos espaços públicos, destacamos com maior ênfase, através da revisão bibliográfica apresentada a seguir, além da diversidade de usos, aspectos relacionados às características físicas dos espaços (fatores contextuais) e aspectos culturais e sócio-econômicos dos indivíduos (fatores composicionais).

2.4.2 Diversidade e intensidade de usos

⁷ Atividades opcionais, são atividades que acontecem nos espaços abertos públicos quando existe desejo de participar, tempo e lugar para acontecer: coisas como dar uma caminhada, tomar um sol ou apreciar a paisagem. Atividades sociais são atividades que dependem da presença de outros no espaço para acontecer: brincadeiras, conversas, olhar ou escutar as pessoas.

O uso de um espaço aberto é um indicador crítico de seu desempenho (Lay, 1992; Whyte, 1980).

Quando vazio, ou vandalizado, um espaço público aberto simplesmente não funciona. Por outro lado, como a presença de pessoas nos espaços é um processo auto-reforçado – quando alguém começa a fazer alguma coisa, há uma tendência a que outros se juntem a ele (Gehl, 1987; Whyte, 1980) - o nível de atividade de uma área pode ser estimulado quando incentiva-se um maior número de usuários a utilizar os ambientes e encoraja-se permanências individuais mais prolongadas nos espaços.

Espaços que acomodem usos mistos ou integrados apresentam maior riqueza e vitalidade do que espaços de um único uso (Trancik, 1986). Portanto, atividades de várias ordens acontecendo simultaneamente, em espaços próximos, com públicos diferenciados, tenderiam a dinamizar o ambiente com a presença humana e a congregar um maior número de usuários. É certo que algumas atividades são incompatíveis, mas muitas não o são, e se o interesse é incentivar o uso dos espaços de forma mais intensa seria conveniente investir em heterogeneidade de funções que sirvam a um público heterogêneo.

Num trabalho clássico, “Morte e vida das grandes cidades americanas”, Jane Jacobs (1967) já advogava um princípio máximo para a cidade apresentar-se viva e saudável: uma densa e intrincada diversidade de usos que se sustentem e apoiem uns nos outros, tanto econômica quanto socialmente. A diversidade de usos traz a diversidade de usuários, tanto na rua quanto na praça pública.

Atualmente, o uso misto das áreas da cidade, das suas ruas, é advogado por muitos planejadores urbanos. No entanto, Lang (1994) chama a atenção para o fato de que muitas pessoas estão dispostas, e mesmo desejosas de trocar os benefícios de áreas de usos mistos pelas áreas vistas como de maior status – áreas mais homogêneas e segregadas, que são vistas como locais de maior prestígio. Esta escolha reflete as necessidades de auto-estima e de reconhecimento, já comentadas anteriormente.

O uso das ruas, praças e parques para atividades sociais, opcionais ou recreacionais apresentam particularidades que serão discutidas a seguir.

2.4.2.1 O uso das ruas

Apesar da rua poder existir como um local de permanência além de local de passagem e de, tradicionalmente, ser reconhecida como um local de interação social, hoje, em muitos locais, deixou de ser um lugar de permanência para ser unicamente lugar de passagem (Sennett, 1998).

Como discutido no capítulo 1, o processo de evolução das ruas acompanha a evolução da organização social e tecnológica da humanidade. Desde a época em que a rua era centro de informações passou por crescentes especializações, pelas ruas das corporações e depois zonas de trabalho especializadas, zonas residenciais separadas e zonas só de entretenimento ou comerciais, sempre no sentido de favorecer organizações e solidariedades que criaram e ajudaram a desenvolver a sociedade humana. O desenvolvimento do sistema de classes estratificado aumentou ainda mais a especialização das ruas, criando bairros de diferentes classes espalhados pela cidade (Levitas, 1991). Neste processo, as especializações foram determinantes no esvaziamento da diversidade que caracterizava tradicionalmente os espaços públicos.

Avanços tecnológicos de toda as ordens concorrem para este quadro, mas os avanços nas áreas de transportes e de comunicações são os mais definitivos como liberadores da necessidade de se estar à rua para realizar muitas das atividades prioritárias da vida urbana. Assim como as classes de renda mais altas têm maior acesso a estas tecnologias (com seus custos), são as que podem dispensar com maior eficiência as relações de convivência de vizinhança baseadas nas relações de dependência um do outro. Em consequência, as regiões da cidade que servem a estas classes são as que apresentam menor índice de movimento nos espaços das ruas (Rapoport, 1978).

Apesar das evidências em relação a um esvaziamento dos espaços das ruas em certas partes da cidade, a possibilidade de ver outras pessoas nos espaços de circulação como base para interações, amplia o senso de segurança e de pertencimento ao lugar (Lang, 1987). As características de uso de uma área influenciam, de acordo com Jacobs (1967), a presença de pessoas nas ruas, onde um uso misto entre residências e comércio/serviços dá maior consistência ao movimento de pedestres, durante as várias horas do dia, do que um uso homogêneo.

A proposta de requalificação da cidade como um objeto de desenho urbano, incluindo a atenção aos espaços públicos, é uma resposta ao interesse crescente de muitos grupos por uma vida de maior sociabilidade. Em muitas cidades, principalmente européias, o aumento de tempo livre disponível na sociedade tem levado a uma adaptação de padrões da vida nas ruas: ruas de pedestres foram criadas e a vitalidade destas, ano após ano, cresce em intensidade e criatividade.

Por exemplo, em 1986, um estudo sobre a vida nas ruas centrais de Copenhague revelou a triplicação das atividades sociais recreacionais em quinze anos pesquisados, nas regiões onde foi investido esforços no sentido de incrementar a vida pública. Nesse estudo, Gehl (1989) demonstra que a rua é o maior espaço livre da cidade e que não existe outro espaço que, a tão baixo custo, possa oferecer tantas oportunidades de prazer a um tão amplo e variado número de pessoas. Quanto mais as pessoas ficam na rua, mais elas se encontram, e maior é o contato e a conversação observada.

Neste sentido foram propostos, inicialmente na Holanda e depois por outros países da Europa, os “*woonerfs*”, como espaços onde se procura favorecer o uso social e recreacional em ruas residenciais com prioridade para pedestres, com locais para crianças brincarem e locais para sentar, mantendo o acesso veicular em baixa velocidade, para as residências. O arranjo tem a intenção de transmitir a mensagem de que a ‘rua pertence ao morador’ e de promover o seu uso em atividades sociais organizadas pelos residentes (Pressman, 1987), demonstrando ser positivo, especialmente para a apropriação de um espaço maior por parte das crianças, que são tão dependentes do espaço imediatamente próximo a suas casas (Eubank-Ahrens, 1987).

Mesmo no Brasil, tentativa semelhante foi esboçada em São Paulo, durante a administração municipal do período 1988/92, quando era possível a uma vizinhança reivindicar ações físicas para que o espaço daquela vizinhança tivesse o trânsito de passagem dificultado, priorizando a movimentação dos pedestres através das baixas velocidades que seriam induzidas na área.

O sucesso das tentativas de criação de espaços abertos especiais para convívio não é, no entanto, generalizado. No caso da limitada aplicação, das idéias do movimento norte-americano de ‘*ruas de sociabilidade*’, defendido por pesquisadores de desenho ambiental,

como Donald Appleyard e Willian Whyte, que reconhecem a importância da baixa velocidade de tráfego e da qualidade ambiental para o nível de utilização dos ambientes públicos pelos residentes, Francis (1987b) aponta a relutância de vários órgãos do poder público em devolver aos usuários o controle das ruas. No estudo de experiências realizadas com ruas privadas, Francis observou que a criação destes enclaves privilegiados contribui para alargar problemas sociais e age contra um ideal de cidade democrática com diversidade econômica e social. Quanto ao movimento de *'ruas de pedestres'* nas áreas centrais urbanas, funcionaria, na maior parte dos casos, para resolver problemas de relação entre comércio e circulação de veículos, não atendendo questões como diversidade comercial, acesso público e vitalidade das ruas, o que poderia estar contribuindo para esvaziar aqueles espaços.

Em sua proposta de *'ruas democráticas'*, Francis (1987b:29), mantém a visão da rua como o local mais positivo e mais acessível para a vivência pública contemporânea. Para ele, ruas democráticas são *"as que são bem usadas, convidam à participação direta, oferecem oportunidades de descoberta e aventuras, são localmente controladas e globalmente acessíveis"*, e são altamente desejáveis para manter o dinamismo da cidade. Na busca de espaços públicos mais democráticos, o autor propõe uma política que seja negociada entre aqueles diretamente interessados nos espaços e que incentive a participação pública. Para Francis, um ingrediente fundamental para o sucesso das ruas como espaços públicos é a existência de uma política que leve a um processo contínuo e aberto de participação.

A liberdade de usar um espaço aberto público é um fator importante na vitalidade daquele espaços, mas tende a ser distribuído de maneira não uniforme pela população, por restrições culturais e/ou por políticas de projeto e de manutenção. A falta de políticas de inclusão nos espaços públicos pode encorajar conflitos entre grupos que passam a usar estes espaços como campo de batalha e, com isso, afastam muitos dos potenciais usuários (Carr et al, 1992).

2.4.2.2 O uso das praças e parques

As praças e os parques servem para vários propósitos: arejar e iluminar áreas urbanas densas, criar um núcleo para uma vizinhança, ser um local de encontro ou de prática de atividades físicas ou, simplesmente, permitir a uma pessoa estar ao sol ou à sombra.

A natureza de uma praça pública, segundo Sennett (1998), é condizente com a vocação de mesclar pessoas e diversificar atividades. Hoje, porém, são encontradas muitas praças contemporâneas projetadas de maneira a negar esta vocação: são locais vazios, que servem somente como passagem. Nelas, o autor vê expressas as limitações da vida pública contemporânea, resultado da especialização, homogeneização e isolamento, mesmo que no meio da multidão.

Para Chidister (1989), faz-se necessário substituir a visão da praça e da rua como locais públicos primários da cidade por uma visão mais ampla do que seja, hoje, uma paisagem pública e dos seus propósitos e significados para a vida das pessoas. A grande quantidade de oportunidades para o modo de vida privado, juntamente com a fragmentação da cidade mudaram a imagem da área central como concentração heterogênea de atividades e ponto focal da cidade. A vida pública se fragmentou em locais especializados e estes já não mantêm as características de heterogeneidade e livre acesso que tradicionalmente os definiam. Os espaços públicos de lazer parecem seguir o mesmo caminho, acontecendo de modo hierarquizado no tecido da cidade e especializando-se em servir a quem mora ou trabalha nas proximidades.

Frúgoli Jr. (1995) relata um uso observável, hoje, em muitas praças urbanas centrais de grandes cidades: a sua utilização com ocupações ligadas à busca da sobrevivência por uma população excluída do mercado de trabalho formal. São atividades que vão desde o pequeno comércio informal até a marginalidade. E, conforme esta camada da população se apropria da praça pública, outras camadas – médias e altas – desenvolvem aversão a estes espaços e escolhem outros para suas atividades. Esta separação entre usuários da praça pode ser traduzida, segundo Lang (1994), como receio. Para ele, a rejeição a certos usos, em certas áreas, vem, principalmente, da percepção quanto ao tipo de pessoa que se utiliza do local. O medo surge, geralmente, quando alguém se depara com pessoas diferentes de si mesmo. Neste caso, é o desconhecido que perturba o sentimento de segurança.

Mas, de modo geral, praças e parques são, hoje, vistos e utilizados principalmente como espaços para lazer. Via de regra, são ótimos lugares para tanto, pois neles o lazer é gratuito e pode alcançar todas as classes, categorias e indivíduos. O lazer ativo possível de acontecer na praça e no parque, com uma participação consciente e construtiva, trabalha as

relações sociais fazendo um balanceamento com as outras formas de lazer moderno – livros, televisão, cinema - que induzem ao isolamento e à passividade (Yurgel, 1983).

O uso dos espaços públicos de lazer parece ser grandemente influenciado pela qualidade do espaço externo, assim como a oportunidade de falar com outras pessoas. As conversas nos ambientes públicos podem se desenrolar entre acompanhantes, pessoas que se encontram no caminho ou com estranhos. Porém, com estranhos é mais difícil de acontecer e precisa de incentivo, um catalisador, algo sobre o que se falar: o que Whyte (1980) chama de triangulação - alguma coisa acontecendo no espaço sobre a qual possa-se iniciar uma conversação. Crianças representam um grande catalisador para toda esta dinâmica, e proporcionar espaços destinados a atividades infantis é incentivar o uso das praças e parques públicos de forma multiplicada.

As características de uso do entorno também influenciam na forma de apropriação destes espaços: se estiverem localizados dentro de uma zona altamente comercial, serão mais usados como passagem ou para uma pausa mais tranquila no dia de trabalho e se estiverem localizados em área mais residencial, seu uso se dará mais nas horas que as pessoas retornam a suas casas depois de seus afazeres (Cooper Marcus e Francis, 1990).

Como foi dito anteriormente, o uso dos espaços públicos de lazer está vinculado à resposta física ao que foi percebido dos atributos do ambiente e da satisfação com aquele ambiente, e é afetado pelas características físicas dos espaços e pelas características dos indivíduos que os utilizam ou deixam de utilizar.

Aspectos relativos às características físicas dos espaços, e que influenciam no tipo e intensidade de apropriação dos espaços públicos, são discutidas no próximo item.

2.4.3 Aspectos relativos ao ambiente construído – fatores contextuais

A configuração dos espaços públicos tem seu papel a desempenhar na questão da apropriação destes espaços, já que, frente à influência de aspectos relativos às características dos indivíduos em seu comportamento ambiental, vários autores concordam quanto à visão de

que o ambiente físico pode facilitar ou inibir este comportamento. (Lang, 1987; Rapoport, 1987; Gehl, 1987).

A leitura e a compreensão da estrutura do espaço urbano – a legibilidade, que influencia a formação da imagem ambiental e, conseqüentemente, o comportamento - podem ser feitas a partir de suas partes. Três escalas do espaço urbano, classificadas por hierarquia de complexidade, podem ser usadas como base para a análise espacial: a rua, o bairro e a cidade (Rossi, 1995; Lamas, 1990).

Os elementos morfológicos que caracterizam as ruas são as construções (com seus volumes e fachadas), as relações que estas estabelecem entre si e com o espaço remanescente e os detalhes como mobiliário, vegetação, pavimentos, etc. O traçado das ruas, as praças, quarteirões com características comuns, os monumentos e, ainda, as áreas verdes são os elementos que estruturam a escala do bairro. Na escala da cidade os elementos morfológicos que facilitam a leitura da forma são os bairros, as grandes vias e as grandes áreas verdes, os monumentos e outros elementos referenciais, como certos edifícios (Lamas, 1990).

Nesta estrutura, aparecem os atributos e ofertas dos espaços que favorecem certos comportamentos e não outros – sejam estas atividades físicas ou mentais (Gibson, apud Lang, 1987 e 1994; Gifford, 1997). Dentre estes comportamentos estão incluídos os tipos de uso dos espaços públicos abertos e a frequência com que estes vão ser utilizados. Assim, para os autores, através do estudo dos atributos físicos dos lugares onde ocorrem determinados comportamentos, pode-se entender como estas unidades de espaço são percebidas pelos seus usuários, dentro de diferentes estruturas culturais e para diferentes grupos de pessoas. Por outro lado, para Lewin (apud Bonnes e Secchiaroli, 1995), o estudo dos processos de atribuição de significado a ambientes específicos, dentro de um contexto de convenções sociais, normas e valores culturais, complementa o conhecimento das razões para os comportamentos nos espaços.

O entendimento das implicações das condições físicas dos espaços é importante quando se acredita que é possível favorecer a criação de condições melhores, ou piores, para eventos externos e criar cidades cheias de vida, ou cidades sem vida, através de decisões de planejamento. É uma possibilidade valiosa porque a escolha de estar no ambiente externo

pode depender exatamente do quanto este ambiente responde às necessidades e expectativas de quem o utiliza.

Porém, contra a tendência de exercer controle excessivo ao planejar os espaços, Hough (1994) defende a prática de fazer ‘tão pouco quanto possível’, uma visão orgânica e evolucionária de planejamento que incentivaria a intervenção democrática, a participação dos usuários e a diversidade, com respeito aos processos sociais e ecológicos da região ou comunidade em questão.

Os atos de andar, ficar, sentar, olhar, ouvir e falar necessitam de qualidades físicas no espaço que os favoreçam. Por exemplo, andar demanda espaço, dimensionamento de ruas de acordo com o fluxo de pessoas, pavimentação favorável e em boas condições, distâncias aceitáveis e contrastes espaciais que tornem interessante a caminhada. Ficar nos locais externos, já demanda detalhes que apresentem interesse (uma vista, pessoas ou atividades para observar...) - e que dêem suporte à atividade de ficar (locais para sentar, nichos, plantas, árvores ...) (Gehl, 1987).

Como já foi dito, a rede de relações sociais pode ser afetada pela inadequação dos espaços construídos. Por exemplo, o projeto pode ter influencia decisiva nas questões de privacidade e, conseqüentemente, no isolamento entre os vizinhos (Coulson, 1980; Keller, 1979); ou a falta de ambientes onde as pessoas possam participar de grupos pode ser um limitador na formação destes grupos (por exemplo, lugares próximos às residências para adolescentes praticarem esportes ou se reunirem para conversar). Com isso, o grau de interações face-a-face decresce e o número de ligações entre pessoas também. Lang (1994) afirma que a cidade grande tem, proporcionalmente, menos ambientes onde as pessoas podem participar, do que a cidade pequena, pois forças de mercado e aparentes preferências individuais por não envolvimento levaram a instituições cada vez maiores e à despersonalização de muitas interações entre pessoas.

Sintetizando, o escasso oferecimento de estrutura física ou suas ofertas pouco apropriadas às necessidades reais da população ou à estruturação da imagem da cidade, incentivaria o esvaziamento dos espaços de uso público.

A seguir serão discutidos fatores contextuais específicos que, segundo a literatura (principalmente Francis, 1987) são necessários para suprir as necessidades humanas

relacionadas ao ambiente e influenciam na apropriação dos espaços abertos públicos: adequação e conforto ambiental, aparência e agradabilidade, segurança e acessibilidade.

2.4.3.1 Adequação e conforto ambiental

Lynch (1985) define a adequação como o grau em que um espaço ou objeto se ajusta à conduta habitual dos seus usuários e lembra que, além dos fatores fisiológicos ligados ao corpo humano, o conforto necessário depende, intimamente, da cultura: das expectativas, normas e formas de fazer as coisas.

Appleyard (1973) lista os confortos necessários aos ambientes como relativos a necessidades de luz, limpeza, conforto climático, quietude, facilidade de movimento e dimensões espaciais coerentes com as densidades (as pessoas não gostam de sensações de espaços ‘apinhados’ ou de espaços muito ‘vazios’).

Para Jacobs (1997), os elementos básicos existentes nas boas ruas são, em princípio, a existência de lugares para caminhar com conforto (sombreadas, quando for calor; ensolaradas, quando frio), além de calma e segurança. É interessante que a rua seja definida por construções ou por árvores, que tenha um senso de transparência do que ocorre nos espaços interiores, que forneça coisas que distraiam os olhos e que tenha começo e final claros.

Assentos adequados e confortáveis, sol, proteção para o vento, chuva e outros elementos climáticos foram apontados como importantes razões para o uso dos espaços abertos e satisfação dos seus usuários (Francis, 1987; Whyte, 1980).

Densidades x Dimensionamentos

A densidade⁸, como o dimensionamento, pode ser percebida de modo diferenciado pelos indivíduos ou grupos, dependendo do contexto e da expectativa de densidade correta, que depende do nível de adaptação a densidades altas ou baixas e de fatores como idade e sexo, entre outros. Em termos de interação social, a densidade percebida envolve fatores de

⁸ Densidade: aqui é usada como a relação entre o número de pessoas que vivem ou usam determinada área (Rapoport, 1975).

controle do nível de interação desejado pelo grupo. Em geral, quanto mais pessoas por unidade de área, mais interações, ou interações em potencial existem, mas vários fatores como o relacionamento da residência com o espaço externo a ela, o desenho da área, do bairro e mecanismos psicológicos, culturais e sociais podem influenciar na efetivação das interações (Rapoport, 1975).

As densidades absolutas, no entanto, podem servir como um parâmetro para definir os dimensionamentos necessários aos espaços abertos públicos, num contexto semelhante. Jacobs e Appleyard (1987) sugerem que uma densidade mínima para dar suporte a uma vida urbana gira em torno de 37 domicílios /ha (80-150 hab./ha) podendo ir até 475 hab./ha em grande parte da cidade e ainda mantendo a qualidade urbana.

Uma crítica a zonas residenciais pouco densas está relacionada com a idéia de que estas seriam lugares de pouca vitalidade. Porém, Lynch (1985) indica que existem lugares anônimos, ou lugares cheios de significado, seja qual for a densidade dos mesmos.

O dimensionamento dos espaços deve ser adequado ao volume de usuários, de tal forma que as densidades de pedestres sejam confortáveis: isto acontece quando é possível caminhar rapidamente sem esbarrar nos outros (Jacobs, 1997).

Densidades razoavelmente altas e construções razoavelmente baixas são recomendadas, por Gehl (1987), como formas de investir na dinamização dos espaços das ruas.

Nas praças, a escala proporcional à densidade e ao fluxo de pessoas é um fator importante para a permanência, assim como a variedade de possibilidades de escolha, o que as transformam em espaços socialmente confortáveis (Whyte, 1980).

Equipamentos, mobiliário, vegetação e iluminação

Como já foi comentado, a oferta de locais adequados e suficientes para sentar é um importante fator para a permanência nas praças (Whyte, 1980).

Espaços destinados às atividades das diversas faixas etárias, mantendo uma certa segregação a fim de evitar conflitos e apelos, tanto para homens quanto para mulheres, também são fatores que, segundo Cooper Marcus e Francis (1990), aumentam o sucesso das

praças e parques, como por exemplo quadras de jogos, locais para recreação informal, além do playground, locais para caminhadas, locais para skate, áreas com permissão para bicicletas e locais para socialização informal e para descanso.

Quanto ao playground, pode conter, além dos equipamentos tradicionais (nos quais as crianças escorregam, pulam, balançam e sobem), equipamentos mais maleáveis, como água e lama, muito apreciados pelas crianças e outras opções que permitam desenvolver aspectos cognitivos, sociais e emocionais, além de possibilidades de trabalhar o sistema motor-fino, que muitas vezes é esquecido. Oportunidades de fazer pequenas modificações e adaptações da disposição do material, também são muito valorizadas pelas crianças (op.cit.).

A vegetação é fundamental para o conforto ambiental: o uso adequado de plantas, além do aspecto estético favorável, pode suprir necessidades de ventilação, proteção à insolação e radiação e de conservação e drenagem do solo. Os tamanhos, formas e perenidade da folhagem da vegetação são importantes como barreiras, maiores ou menores, relacionadas à incidência do sol, à passagem das brisas e ao abaixamento da temperatura do ar e da alta luminosidade (Machado et al, 1986). Assim como em locais de clima frio a insolação é desejável, o inverso ocorre em locais de clima mais quente, onde espaços sombreados tendem a ser mais utilizados.

Uma iluminação artificial adequada, além de aumentar a sensação de segurança dos espaços, permite a sua utilização por períodos mais prolongados, como no caso de quadras esportivas ou pistas nas praças e parques.

2.4.3.2 Aparência e agradabilidade

Um trabalho sobre satisfação com os espaços próximos à residência, realizado na Inglaterra por Coulson (1980), apontou a aparência como responsável por 30% desta satisfação - a aparência relacionada ao grau de espacialidade, à manutenção e às vistas desde dentro dos domicílios, com preferências por vistas com verde, árvores e alguma atividade humana.

A vegetação, a largura das ruas, uma certa variedade e alguma continuidade nas edificações, além da manutenção dos espaços, são aspectos que compõem a aparência do bairro. O balanço entre espaços construídos e não construídos, também. Nas praças e parques,

elementos como árvores, água, bancos e caminhos, as proporções dos espaços e algum tipo de fechamento, quando sabiamente arranjados, ajudam a criar uma aparência positiva e, assim, uma conexão também positiva com o lugar (Kaplan e Kaplan, 1998).

Lay (1992), conclui que o grau de imageabilidade do lugar - medido pelo caráter do espaço que se expressa no grau de espacialidade do ambiente e no grau de clareza da estrutura do lugar - somado à atratividade das construções e da paisagem, afetam a percepção da aparência do lugar. As características morfológicas das edificações, através de detalhes que expressem status, são valorizadas pelos usuários nas questões de avaliação da aparência. O grau de espacialidade (adequação da quantidade de espaço disponível) e a estrutura do lugar, expressa no grau de abertura ou fechamento do espaço (fechamento funcional mais que fechamento físico), também o são.

Um dos meios mais apreciados para simular a vitalidade e a versatilidade, como contraste com os elementos construídos rígidos da cidade, é a colocação de plantas nos espaços públicos, apesar de que muitas vezes sejam utilizadas espécies inadequadas para o que se pretende alcançar. Fatores como espaço adequado para as raízes, quantidade de sombra que tal espécie pode ou não fornecer, beleza da floração ou cuidados que as plantas requerem, precisam ser levados em consideração (Schmidt e Stahr, 1979).

A manutenção é um fator chave para a aparência positiva dos espaços. A boa manutenção dos espaços abertos – conservação e limpeza - promove o orgulho pelo bairro e indica um baixo nível de vandalismo. Espaços abertos bem cuidados são sinônimo de prestígio para certa área da cidade, o que aumenta a satisfação com aquele lugar (Lang, 1994; Coulson, 1980; Lay 1992).

A aparência é um dos elementos que compõem a agradabilidade de um ambiente. A agradabilidade pode ser afetada, além dos elementos físicos, pelos aspectos simbólicos ligados a estes elementos, originados das interações entre indivíduos e/no ambiente. Os indivíduos tendem a avaliar um ambiente – e portanto sua agradabilidade - baseados em seus valores e atitudes sociais, somados às suas percepções das qualidades estéticas e formais daquele espaço (Lay, 1992). A vida e as interações sociais que acontecem nos espaços também contribuem para a impressão geral do lugar (Cullen, 1974; Gehl, 1987).

O impacto visual que o espaço da cidade produz nos seus moradores ou visitantes, através de vários elementos e de seus relacionamentos, foi estudado por Cullen (1974). Para o autor, este impacto gira em torno de: a) uma sensação de espaço, b) a sensação de caráter (bonito, feio...) e de composição, c) a estrutura do lugar (perspectivas que se abrem e fecham) e d) o uso e manipulação dos espaços e composições pelo usuário, através do entendimento de sua organização.

2.4.3.3 Segurança e controle

O sentimento de segurança tem se mostrado um pré-requisito importante para o uso dos lugares pelas pessoas. Certamente, a segurança tem muito a ver com a natureza da organização social ou com comportamentos anti-sociais e, sobre estes aspectos, a configuração física não tem influência. Mas, sobre outros - alguns processos sociais e cognitivos - certos arranjos físicos do layout do lugar podem influir, produzindo maior segurança e sensação de segurança para as pessoas. Algumas providências, como a segregação de usos não compatíveis⁹, maior grau de acessibilidade visual, níveis desejados de privacidade, facilidade de territorialização e o favorecimento da orientação no tempo e no espaço e do sentido de lugar social e geográfico – alcançado através do sentido de associação com uma área geográfica e/ou uma posição no tecido social - são alguns fatores apontados pelas pesquisas como favoráveis à segurança física e psicológica dos usuários (Lang, 1994).

a) Controle visual

A acessibilidade visual facilita a vigilância natural dos espaços, aumentando a sua segurança. Este tipo de vigilância envolve o olhar cotidiano sistemático sobre a vida que acontece nos espaços públicos, principalmente nas ruas. É uma vigilância feita naturalmente pelos residentes e usuários de uma área, e não por terceiros. Envolve ver, engajadas nas atividades da vida diária, as outras pessoas, e vê-las como iguais (Jacobs, 1967; Newman, 1973).

⁹ Alguns usos são incompatíveis por causa do impacto negativo no conforto ou na auto-estima das pessoas, por exemplo. Porém a segregação dos usos, quando desnecessária, esvazia os espaços (Lang, 1994).

Na sua proposta de espaço seguro, Oscar Newman (1973) trabalha com a idéia de um *'espaço defensivo'* buscando uma maior segurança contra o crime num território com aumento de oportunidades de vigilância, principalmente vigilância natural, o que criaria um ambiente sob o controle dos residentes.

Jane Jacobs (1967) defendia o uso misto do solo e a vigilância natural das ruas em quarteirões de dimensões curtas, como meio de trazer uma sensação de segurança a estas ruas. Tal configuração, se mantida por bastante tempo, seria também a base para o desenvolvimento de um senso de comunidade e de compromisso entre as pessoas, o que reforçaria ainda mais a sensação de segurança.

Bill Hillier (1988), ao abordar o tema segurança, defende a idéia de que, quanto maior a presença natural de pessoas, maior a vigilância natural do espaço, o que o leva a sugerir a busca do incremento do movimento natural de pessoas nos espaços não privados. No texto em que se posiciona contra a onda modernista de fechamento, repetição e hierarquização dos espaços, o autor coloca algumas recomendações quanto à busca de uma rehumanização dos espaços externos. Dentre estas, sobressaem: a necessidade da existência de linhas de visão que permitam o reconhecimento da estrutura espacial maior, a existência de um núcleo de integração que se relacione com todas as rotas e a existência de portas (passagens entre o público e o privado) em todos os espaços externos ao sistema.

b) Definição e controle de território

O *'espaço defensivo'* proposto por Oscar Newman (1973), seria um território marcado por barreiras simbólicas ou reais, com as áreas de influencia fortemente definidas. Através da definição e do controle de territórios, é possível regular as regras de funcionamento social, promovendo, entre outras coisas, a segurança dos espaços e a percepção de segurança. (Edney, 1976, apud Lay, 1998; Altman e Chemers, 1989)

Os territórios podem ser limitados, marcados ou personalizados e serão defendidos por aqueles que se sentem responsáveis pelos espaços sobre os quais tenham alguma medida de controle contra intromissões indesejadas. Se ninguém sente-se responsável por um território, o

nível de controle e de manutenção deste tende a diminuir (Hall, 1974; Newman, 1973; Lay, 1992).

Os territórios precisam de limites marcados - fisicamente ou de maneira mais sutil - para serem identificados como tal. Cercas, muros, símbolos ou sinais são maneiras de se marcar os limites. O controle do espaço pode se dar pela manipulação do acesso através de barreiras que impeçam o movimento ou pelo aumento da visibilidade do espaço, para o grupo de controle. Se o espaço é pequeno, como o jardim de uma casa ou edifício, por exemplo, e pode ser mantido com pequeno custo, torna-se mais fácil a um indivíduo ou pequeno grupo tê-lo sob o controle. Mas se o espaço é grande, e/ou é dispendiosa a sua manutenção, só grandes organizações podem controlá-lo (Lynch, 1985).

c) Intensidade do tráfego de veículos / Circulação de pedestres

A sensação de maior segurança decorrente do tráfego de veículos em baixa velocidade, é um fator que favorece um maior uso das ruas residenciais por pedestres (Appleyard, 1981, apud Carr et al, 1992; Gehl, 1987; Monheim, 1979). Já o uso intenso do automóvel particular no interior da cidade, como principal meio de transporte e sem controle das velocidades, traz consigo outras conseqüências negativas, além do perigo no uso das ruas. Dentre elas, isolamento das pessoas, prejuízo do tecido social das comunidades, diminuição da beleza dos espaços, grandes áreas reservadas a estacionamentos, barulho e poluição, todos fatores que contribuem para a diminuição da vitalidade das ruas (Crawford, 2000).

O movimento por '*ruas habitáveis*', através do qual se incentiva o uso de baixas velocidades em zonas mistas residenciais, é um movimento bastante disseminado na Europa. Como já foi comentado anteriormente, nos Estados Unidos idéias semelhantes são defendidas, mas a sua aceitação não parece ser tão extensa quanto no ambiente europeu (Francis, 1987b). Uma proposta destes movimentos é a adoção, dentro de bairros residenciais, de velocidades veiculares baixas (25-30km/h), favorecendo ruas como caminhos para pedestres e bicicletas, com bastante espaço verde e lugares para jogos de crianças. A prioridade de uso é para pedestres, depois ciclistas e por último os automóveis. Separadas destas zonas internas residenciais, as ruas de tráfego contínuo de veículos permitiriam velocidades de 50-70 km/h (Eichenauer et al, 1979) .

No Brasil, o uso de automóvel como principal meio de transporte é generalizado somente a partir da faixa de renda média para cima (em torno de 16% da população¹⁰). Mesmo assim, a estrutura viária nas grandes metrópoles, como em São Paulo por exemplo, está no nível da saturação, com o transporte individual dominando as ruas¹¹. Se por um lado os veículos são necessários para viabilizar as distâncias nas cidades de nossos dias, o uso do automóvel particular em alta velocidade, é sinônimo de insegurança e isolamento, já que não permite o olhar, o permanecer e o contato, tornando a experiência com a cidade muito empobrecida para o seus usuários. (Wiedenhoeft, 1977). Já velocidades baixas, além de favorecer a segurança dos pedestres, forçam o motorista a interagir com o que acontece no entorno e o tornam parte integrante do que está se passando na rua (Eichenauer et al, 1979).

Buscando atenuar os problemas decorrentes da necessidade de uso de transporte individual nas cidades, os autores (op. cit) propõem, além da redução da velocidade do tráfego, o reforço do transporte coletivo e a renúncia à motorização total e à mobilidade sem barreiras.

2.4.3.4 Acessibilidade

A acessibilidade é um ingrediente fundamental para o uso dos espaços públicos e, fundamental, também, quando analisada a distribuição destes espaços, na qualidade de um assentamento humano.

Como já conceituado anteriormente, o espaço aberto é aberto quando é acessível para todos, sendo o controle do sistema de acesso um dos principais meios empregados para impor um controle social. Para Lynch (1985), a diversidade das coisas a que se tem acesso e a equidade de acesso para os diferentes grupos da população são aspectos importantes do sistema de acesso aos espaços da cidade. Melhorar o sistema de acessibilidade aos espaços inclui, entre outras coisas, abolição de barreiras sociais e físicas, melhora da legibilidade do sistema de transportes e incremento deste sistema.

¹⁰ Estimado sobre dados do IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1999 -, levando-se em conta famílias com faixa de renda de 10 salários para cima.

¹¹ Folha de São Paulo, 7/7/00

A importância da acessibilidade é comprovada, por exemplo, entre famílias que possuem crianças em áreas residenciais: o acesso fácil e seguro aos espaços abertos próximos à residência é o fator de maior peso na satisfação com a área (Appleyard, 1981, apud Lang, 1994).

A redução das distâncias, criando uma rede de caminhos mais rápidos e cômodos para os pedestres, é vista por Peters (1979), em contraposição à cidade planejada para o uso preferencial do automóvel, como uma alternativa para incentivar a habitabilidade e a utilização do espaço público em bairros residenciais.

Um sistema de espaços públicos tão compacto quanto possível e pequenas distâncias a percorrer, são vistos por Gehl (1987) como forma de aumentar o contato entre as pessoas nos espaços públicos. Além disso, pequenos locais de transição entre o espaço interno e externo das residências - como pátios ou alpendres - localizados junto à entrada da residência e nas fachadas voltadas para o espaço público, são locais que dão suporte à vitalidade das ruas através da possibilidade de realização de diferentes atividades mantendo a acessibilidade visual e funcional com o espaço público.

Localização dos espaços

Para Hillier (1988), somado ao fator cultural, o que cria um modelo de movimento numa cidade é função de seu padrão de integração¹² e da sua inteligibilidade¹³, resultados da configuração espacial urbana. O padrão dos contatos sociais e como estes são gerados está relacionado com a maneira pela qual o plano da cidade cria um modelo de integração geral e uma forma de núcleo de integração particular. Assim, a localização de um espaço, o seu relacionamento com os demais espaços da malha urbana e a clareza com que é possível entender esta relação, influenciariam no padrão de movimento e, portanto, nos padrões de uso daquele espaço.

A apropriação de uma praça é influenciada pela proximidade do fluxo de pessoas da rua (acessibilidade física), pela facilidade de visualização (acessibilidade visual) e pela

¹²integração: medida da menor quantidade de linhas necessárias para passar através de todas as linhas de um sistema de linhas (Hillier, 1988:69), ou seja uma questão ligações e facilidade de acesso.

¹³ inteligibilidade: grau no qual uma informação espacial numa linha de visão, é guia da importância daquela linha no sistema como um todo (Hillier, 1988: 76) ou seja, a parte fornecendo informações sobre o todo.

existência de uma certa concentração de pessoas na área (Whyte, 1980). Portanto, de maneira a não ficarem desertas, praças e caminhos de pedestres devem estar localizados onde as pessoas estão ou querem estar. De modo geral, as pessoas tendem a usar lugares bem localizados, seguros e que forneçam níveis apropriados de privacidade e de interesses (Lang, 1994).

2.4.4 Aspectos relativos às características dos usuários – fatores composicionais

É argumento encontrado na literatura o de que as características individuais dos usuários influenciam no uso dos espaços públicos, pois diferentes pessoas têm percepções, expectativas e avaliações diferentes dos espaços, de acordo, entre outras coisas, com seu estágio no ciclo de vida, seu nível sócio-econômico, seu estilo de vida ou sua conexão com aqueles espaços (Carr et al, 1992; Lang, 1994; Nasar, 1995; Rapoport, 1978).

Fatores culturais podem afetar a cognição e as avaliações afetivas do sistema de espaços e, portanto, o seu uso. Para Rapoport (1978), entre eles se sobressaem a organização da comunicação, a natureza das relações sociais, o caráter e justaposição dos diversos grupos culturais e o próprio sistema de lugares existente. O autor estuda a tendência das pessoas agruparem-se com outras que possuam estilo de vida semelhante ao seu. Os grupos dispõem de uma rede homogênea de relações. Segundo ele, estas redes precisam ser reconhecidas e entendidas no seu funcionamento para que o desenho dos espaços possa comportá-las e não destruí-las.

Por definição, uma cultura compartilha um sistema de símbolos, valores, percepções e normas, e um sistema de crenças sobre quais comportamentos são apropriados em diferentes circunstâncias (Altman e Chemers, 1989). Por exemplo, em algumas culturas as pessoas parecem ter uma necessidade maior de afiliação que em outras, ou há culturas nas quais é maior a necessidade de reconhecimento, o que favorece a emergência de hábitos que trazem este reconhecimento como, por exemplo, a quantidade de privacidade buscada ou a preferência de uso do automóvel (numa demonstração de status), sempre que possível (Lang, 1994).

Rapoport (1978) discute o conceito de público e privado argumentando que, dentro de uma mesma sociedade, esta noção pode ser diferenciada em função da classe, sexo ou idade. Por exemplo, a classe trabalhadora tenderia a desejar uma interação e um estímulo que não encontra no trabalho, enquanto as classes mais altas procurariam preservar uma maior privacidade em favor de um isolamento maior. Por outro lado, os jovens teriam um conceito de espaço interativo diferente do conceito de uma pessoa idosa. O mesmo serve para mulheres e homens. Assim, o conceito de público e privado, um aspecto ligado à cultura e à experiência do indivíduo, afetaria de forma marcante, o tipo e intensidade de uso dos espaços.

2.4.4.1 Ciclo de vida

A faixa etária em que o indivíduo está inserido modifica sua forma de usar os espaços públicos, pois suas necessidades, tempo disponível e preferências são diferenciadas pela etapa no ciclo de vida em que se encontra.

As crianças são, potencialmente, os principais usuários de espaços com possibilidades de lazer, pois passam uma boa parte do dia brincando (Eubank-Ahrens, 1987). Crianças abaixo de 9 anos necessitam de oportunidades para brincar perto de casa, com a possibilidade de vigilância dos pais, e crianças de todas as idades não se afastam muito de suas casas, usando mais os espaços próximos à residência, quando disponíveis e adequados (Coulson, 1980).

Segundo Lang (1994), as necessidades de conhecimento e experiencição do mundo, para as crianças, são melhor supridas em cidades pequenas ou em bairros que mantenham a dinâmica de pequena cidade.

Os adolescentes, apesar de terem o ambiente da própria casa ainda como importante, passam a valorizar sobremaneira o grupo de amigos. Os grupos de adolescentes necessitam de espaços agradáveis onde se encontrar, participando de atividades, explorando o mundo e se auto-testando, na sua natural busca de identidade e de territorialidade. Talvez estes espaços possam se localizar na proximidade de suas casas, desde que preservada a tranquilidade dos outros grupos ou indivíduos (Eubank-Ahrens, 1987).

Os adultos são mais móveis e independentes que as outras faixas do ciclo de vida, podendo escolher mais amplamente os lugares onde vão passar seu tempo. Muitos adultos, no

entanto, escolhem maneiras rotineiras de viver, segregados, em muitos aspectos, do contato de pessoas diferentes deles mesmos (Lang, 1994).

As pessoas idosas, muitas vezes, têm sua mobilidade limitada e gostam de observar as atividades da vizinhança, pois desejam estar expostas a novas experiências mas, ao mesmo tempo, se sentir seguras (Cranz, 1987 apud Lang, 1994).

2.4.4.2 Nível sócio-econômico e estilo de vida

O nível sócio-econômico do indivíduo tem influencia sobre muitos aspectos de sua vida, como a área da cidade em que reside, seu nível de instrução ou suas experiências e expectativas. O estilo de vida adotado pelo indivíduo é também muito influenciado pelo seu nível sócio-econômico. Estilo de vida pode ser entendido como as regras que as pessoas adotam e os comportamentos específicos que elas tendem a exibir em determinados ambientes (Lang, 1987) e, conforme estudo de diversos autores, influencia profundamente no uso dos espaços públicos.

Existem diferenças marcantes entre os estilos de vida das culturas mediterrâneas, pró-urbanas e das culturas anglo-saxônicas, com uma tendência anti-urbana (Rapoport, 1978) expressa, por exemplo, na cultura norte-americana através de valores como o alto nível de individualidade, a preferência por muito espaço aberto e por alta mobilidade individual (Zelinsky, apud Lang, 1994).

Estes valores favorecem uma situação habitacional de baixa densidade, voltada para os espaços privados. O padrão de organização familiar nuclear com interação intensiva entre adultos e crianças, as redes de relações com amigos e não tanto com parentes e um estilo de vida centrado na família nuclear, somados a um nível de renda elevado, resultam em espaços segregados com grandes quintais particulares que, segundo Michelson (1976, apud Lang, 1987) funcionam bem apesar das baixas densidades que induzem. Neste caso, a demanda por carros é grande e os adolescentes, crianças e idosos que ficam mais restritos aos ambientes próximos às residências, são particularmente afetados pela grandes distâncias e pela falta de mobilidade.

No Brasil, solução semelhante é escolhida por famílias de maior poder aquisitivo, quando as questões de violência urbana permitem. Quando não, a escolha, geralmente, passa a ser viver em grandes condomínios verticais ou horizontais, atitude que nem sempre tem garantido a segurança buscada.

Um ambiente com casas mais próximas, onde as aberturas oferecem uma oportunidade para a vigilância natural da rua, numa área com ocupação mista, facilitaria interações e movimento de pedestres. Este tipo de ambiente é coerente com um estilo de vida que dê mais ênfase às interações de grupo do que às ações individuais (op.cit).

Como nas culturas ocidentais os padrões familiares mudaram e as condições de trabalho também (mais pessoas têm mais tempo livre, mais aposentados com um bom tempo de vida pela frente), aumentou a demanda por boas opções para atividades de lazer. Como já foi comentado anteriormente, no tempo livre disponível, o espaço público pode servir como um local importante – mesmo o mais importante espaço de lazer - mais facilmente acessível que outros espaços para ir e para encontrar outras pessoas (Gehl, 1989).

No estilo de vida, também são influentes os padrões de comportamento culturalmente diferenciados no que se refere a hábitos de compras, de trabalho e recreação (Lang, 1987).

A família nuclear se torna mais importante, quando as redes de parentes - que são as redes básicas em muitas culturas - devido à alta mobilidade social e espacial de alguns grupos, se torna dispersa (Lang, 1994). Este é o caso de parte da população brasileira que migra para as novas regiões de ‘fronteira do capital’¹⁴, em busca de uma melhoria ou início de vida.

Pesquisas têm demonstrado que quando a mulher precisa trabalhar fora, o que acontece freqüentemente nos dias de hoje, com grande influência no estilo de vida de toda a família, aumenta a demanda por um ambiente que dê suporte físico e social à família, através de facilidades urbanas próximas e maior infra-estrutura social (op.cit).

A influência da tecnologia

¹⁴ Fronteira de capital – novos espaços que o capital nacional busca para se expandir (entrevista com Prof. Tito C. M. de Oliveira - UFMS)

A proliferação de verdadeiras redes de comunicação social e interativa significa que, em alguns casos, alguns grupos sociais estão agora estabelecendo relações mais próximas via redes eletrônicas do que via proximidade física (Gumbert e Drucker, 1996).

Reproduzindo a cidade real, a cidade virtual não inclui o grande grupo dos excluídos no acesso à tecnologia de rede ou às informações que circulam por ela (Graham, 1996). Somente 20% da população mundial têm real possibilidade de acesso ao mundo informacional. A este fica mais fácil vincular-se, através das tecnologias de comunicação, aqueles que compartilham dos mesmos interesses do que aqueles que compartilham a mesma localização física. O mesmo não se aplica aos restantes 80% da população - em grande parte os mesmos que não possuem automóvel particular. Portanto, para esta parcela da população, o sistema tradicional de espaços públicos abertos – as ruas e os espaços públicos de lazer - continua a manter seu papel primordial na construção da rede de relações.

É importante frisar que o contato humano não é abolido das suposições dos que pensam positivamente a cidade virtual: um encontro iniciado via e-mail ou num ‘*chat*’, pode ter continuidade na praça pública, ou vice-versa. Neste caso, a cidade virtual pode funcionar como um vestibulo para a cidade real (op.cit.).

A possibilidade de transcender tempo e espaço pela tecnologia traz uma reorganização do sistema íntimo de valores. De acordo com Gumpert (1996), através desta mudança, as percepções, os valores atribuídos e as demandas feitas aos ambientes físicos estão se modificando, abrangendo o espaço público neste contexto. No entanto, concordando com Levitas (1991), acredita-se que a tecnologia não pode substituir o diálogo humano, o círculo de amigos, a sociedade de companheiros, pois são estas coisas que sustentam o crescimento humano e a reprodução da cultura e sem elas toda uma complicada estrutura urbana passa a perder seu significado.

Meio de locomoção

Rapoport (1987) caracteriza a atividade do caminhar nas ruas como função de variáveis físicas e culturais. O desejo de usar ou não a rua tem a ver com regras não escritas de costumes, tradições, hábitos, estilo de vida, atitudes de reserva ou sociabilidade e definição de atividades apropriadas para aqueles espaços. Se existir o desejo *a priori* de caminhar ou ficar

nos espaços, então o desenho destes espaços passa a contar. O ambiente dá suporte às atividades através do conforto, do grau de interesse que desperta e do sentimento de satisfação que induz.

Para o psicanalista Hillman (1993), caminhando tornamos o espaço um lugar, uma morada, um território. Além disso andar nos coloca em contato com a nossa natureza animal, na verdade uma necessidade para o equilíbrio do homem como um todo. Hoje, porém, muitas vezes é preciso o médico prescrever o caminhar, esta função básica que está sendo posta de lado pelo homem moderno. Nas cidades novas, grandes e dispersas - como são a grande parte das cidades norte-americanas e, também, em certa medida Campo Grande, com sua ocupação espalhada e seus freqüentes vazios urbanos - cidades que parecem feitas só para o olhar, eliminou-se a necessidade e a possibilidade de caminhar. Isto retira a vitalidade da cidade já que esta está pelas ruas, no movimento das pessoas, nas possibilidades de encontros. Dificultou-se também, com a falta do caminhar, a apropriação do território e a transformação do local em um 'lugar'.

É principalmente através do caminhar/circular que o indivíduo monta a imagem mental de seu ambiente (Rapoport, 1987). Como os pedestres têm um conhecimento muito mais detalhado dos lugares, do que os motoristas e os usuários de transportes coletivo, são os mais aptos a ter uma idéia clara dos significados dos lugares da cidade e a aproveitar as atividades ligadas ao ficar nos espaços. A tendência à extinção da espécie 'pedestre' entre os componentes de algumas classes sociais mais favorecidas economicamente, dificulta o conhecimento e a apropriação dos espaços públicos da cidade pelos indivíduos destas classes.

O possuir e usar automóvel, além de favorecer tanto a privacidade quanto o controle sobre o próprio comportamento, é uma parte importante na busca de reconhecimento pelos outros. Dentre os que necessitam deste reconhecimento com maior intensidade pode-se encontrar forte valorização deste objeto (Lang, 1994), paralelamente a uma desvalorização do hábito de caminhar.

O espaço urbano projetado prioritariamente para o automóvel alterou muito a experiência dos indivíduos com a cidade, pois tráfego (fluxo de veículos, dimensionamento de ruas, etc.), quando intenso, é um impedimento tanto para a locomoção de pedestres como para as interações sociais ordinárias. A territorialização do espaço da rua pelos seus moradores -

por onde eles circulam com maior liberdade e confiança - está diretamente ligada à intensidade de tráfego na rua (Appleyard, 1981 apud Del Rio, 1990; Moudon, 1987; Gehl, 1987).

Na cidade planejada para a dinâmica do automóvel, existe uma dispersão de pessoas e eventos, funcionalmente segregados pela própria estrutura da cidade, enquanto que numa cidade estruturada conscientemente para a reunião de pessoas e eventos os espaços públicos são os elementos mais importantes do plano da cidade e todas as funções são efetivamente localizadas olhando para as ruas (Gehl, 1987).

Além destes fatores que influenciam no estilo de vida adotado pelos indivíduos, a vitalidade dos espaços públicos depende dos hábitos de interações pessoais adotados pelos usuários, como será discutido a seguir.

2.4.4.3 Interação entre usuários

As redes sociais que estruturam o ambiente cultural são formadas por pessoas que compartilham regras e códigos e se unem de duas maneiras. Uma, através da faixa etária, parentesco, etnia, laços econômicos, políticos ou religiosos. Estes grupos se localizam em espaços específicos - que são percebidos como bairros ou territórios definidos - têm preferências particulares, atividades recreativas, locais de atividades específicos e diferentes estilos de vida, que incluem a maneira de usar os espaços públicos. E outro tipo de rede de relações, que se apoia em interesses comuns, mas não depende de proximidade física para acontecer, como é o caso de grupos sociais de maior renda com mobilidade maior, que armam sua rede de amizades independente da localização de suas residências (Lang, 1994; Hillier e Hanson, 1984; Brill, 1989).

As tecnologias de locomoção, como o automóvel, que facilitam que as pessoas estejam perto com os mais variados propósitos, e as de comunicação, como o telefone, levaram a que a proximidade de moradia não seja tão importante como era no convívio entre as pessoas (Lang, 1994). Hoje, as redes de relações de vizinhança dependem, para a sua existência, da predisposição das pessoas que ali vivem e também da percepção dos moradores de que existem oportunidades para tal - da imagem sobre o bairro. Quando a imagem é de uma comunidade completa, grande número de atividades - morar, comprar, lazer, trabalhar - acontecem a nível local (Suttles, apud Lang, 1994). Para existirem as interações sociais nos

espaços públicos, deve existir um denominador comum entre as pessoas: interesses em comum, um passado em comum ou problemas em comum (Gehl, 1987; Lang, 1994).

A interação entre moradores também tem influência na percepção de segurança de certas áreas. De acordo com Lay (1992), grupos de baixa renda freqüentemente dependem do senso de comunidade entre residentes para superar problemas de segurança. Como não podem contar com meios de controle e segurança mais onerosos, dependem uns dos outros para a defesa de seus territórios. Assim, o nível de interação e de amizades em áreas de baixa renda aumenta a sensação de segurança entre os residentes da área e logo o uso dos espaços públicos.

O aumento da auto-suficiência em indivíduos ou famílias tende a promover a perda da necessidade de laços de vizinhança (Keller, 1979). Nas classes altas de vida privada, as relações primárias (familiares, amigos ou grupos especiais) são mais importantes do que a vida da vizinhança, enquanto nos bairros da classe trabalhadora ocorrem muitos tipos de dependências e de inter-relações na própria vizinhança (Rapoport, 1978), o que pode tornar o espaço público destes bairros mais dinâmico do que os de classes mais altas, no que se refere às atividades sociais.

É constatado que a organização política do mundo e o desenvolvimento tecnológico e econômico levou a uma mudança do sistema de dependência entre as pessoas. Redes nacionais suprem necessidades que antes eram supridas a nível comunitário (defesa, alimentação, roupas, etc.), retirando a necessidade de suporte da comunidade, comum na era pré-industrial. A rede social perdeu sua importância como fator de sobrevivência. Além disso, para as classes mais favorecidas, a partir do avanço tecnológico a casa se torna muito especializada e passa a ser o centro da sua vida, o foco da vitalidade. Estes fatores trazem um desejo de privacidade, que caracteriza o modo de vida contemporâneo e, mesmo quando no meio da multidão, cria-se uma área de isolamento através de uma linguagem do corpo que pede distanciamento. (Chidister, 1989). Mas, sem as relações sociais, isolado, o homem, na visão de Levitas (1991), pode se transformar de criatura criativa em vítima passiva de um sistema poderoso – neste caso, o mundo globalizado. Portanto, para a autora, é preciso aumentar a interação social através do reverso da centralização: investindo na organização local e criando ambientes que

encorajem os contatos. Para ela, é preciso manter a base da organização orgânica¹⁵ de cooperação humana que dá consistência à interação social, e com isso trazer satisfação e sentido aos usuários dos espaços públicos.

Na satisfação das pessoas com o seu ambiente de moradia, a importância de fatores sociais, como a amizade entre vizinhos, não deve ser esquecido. É constatado, por Coulson (1980), que áreas com vizinhanças amigáveis tendem a ser aquelas com mais atividade nos espaços externos.

2.4.4.4 Experiência prévia com espaços públicos

Através das experiências vividas em determinados espaços, conexões simbólicas, a nível de indivíduo, são criadas. Conexões individuais com o espaço público emergem de várias maneiras – através das experiências pessoais que aquele espaço evoque, por uma tradição de uso ou por eventos especiais que ali aconteçam - e, na maioria dos casos, repetidas experiências diretas são necessárias para a criação desta conexão (Carr et al, 1992).

Ligações com um universo maior através da presença de natureza ou de elementos construídos neste sentido, também são possíveis (op. cit.).

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão da literatura demonstra que vários fatores influenciam os diferentes modos de apropriação dos espaços abertos públicos:

- O próprio uso do espaço, que pode incrementar ou restringir a apropriação daquele espaço.

¹⁵ Organização orgânica - solidariedade ou coesão orgânica - baseada na interdependência através das diferenças, como as resultantes da divisão do trabalho (Durdkhein, apud Hillier e Hanson, 1984:18) A solidariedade orgânica requer um espaço densificado e integrado para existir enquanto o outro tipo de solidariedade – a mecânica- que é baseada na integração pelas igualdades de crença e valores prefere os espaços segregados e dispersos.

- Diferenças contextuais, relativas às características físicas dos espaços, como aparência, agradabilidade, segurança, acessibilidade e adequação ambiental.
- Diferenças composicionais, relativas às características dos usuários, como idade, nível socio-econômico, estilo de vida, interação entre usuários e experiência prévia com espaços públicos.

Contudo, considerando os argumentos analisados, permanece aberta a questão sobre quais fatores – se composicionais ou contextuais – estariam afetando mais intensamente o tipo de apropriação dos espaços abertos públicos.

Para alcançar os objetivos deste estudo, ruas e espaços públicos de lazer da cidade de Campo Grande serão investigados segundo os procedimentos metodológicos definidos no próximo capítulo.

3. METODOLOGIA

3.1 INTRODUÇÃO

No capítulo anterior, foram discutidos aspectos relativos a tipos e intensidade de uso dos espaços públicos abertos e identificadas variáveis que podem afetar este uso.

Neste capítulo, uma breve descrição do problema de pesquisa e seus objetivos são colocados. A estrutura metodológica é apresentada e definidas as variáveis consideradas para avaliar o desempenho dos espaços abertos públicos.

Aplicando a um estudo de caso a metodologia utilizada por pesquisadores da área Ambiente-Comportamento, para avaliar o desempenho de ambientes construídos, pretende-se avaliar quais os aspectos que influenciam mais fortemente o uso dos espaços abertos públicos. A satisfação do usuário com o ambiente e o comportamento (Reis e Lay, 1995) serão os critérios usados para medir o desempenho dos espaços abertos públicos investigados.

É apresentado o estudo de caso, acompanhado de um breve histórico sobre a cidade de Campo Grande-MS, e descritas as principais características das três áreas que configuram a amostra, assim como os critérios adotados para a sua escolha.

O trabalho empírico necessário é definido. São descritos os múltiplos métodos de pesquisa adotados e relatada a aplicação e registro desses métodos.

É feita uma descrição dos métodos de análise de dados a serem utilizados.

3.2 PROBLEMA A SER INVESTIGADO, OBJETIVOS DA PESQUISA E HIPÓTESE

O problema deste estudo configura-se como sendo a investigação sobre o processo de apropriação do espaço público: se é decorrente do declínio da própria vida pública, expresso em fatores composicionais, ou de transformações físicas introduzidas nos espaços públicos - fatores contextuais.

Conforme observações anteriores ao trabalho, constatou-se a marcante diferenciação de tipos e intensidade de uso dos espaços públicos, entre diferentes cidades do país. O interesse em identificar as razões da diferença de apropriação destes espaços - que pode ser entendida como de apropriação da própria cidade e de uma conexão mais forte entre moradores e ambiente urbano – foi o estímulo inicial do trabalho.

Partindo da premissa de que existe relação entre a apropriação dos espaços, aspectos de ordem cultural e sócio-econômica (fatores composicionais) e aspectos de ordem física (fatores contextuais), este estudo tem como objetivo investigar quais os fatores que afetam mais fortemente os tipos e a intensidade diferenciados de uso de espaços abertos públicos urbanos – ruas, praças e parques. Pretende-se identificar os aspectos culturais e sócio-econômicos mais relevantes na apropriação dos espaços públicos da cidade e o papel que a estrutura física está desempenhando na apropriação destes espaços.

A hipótese a ser investigada pressupõe que fatores composicionais (de ordem cultural e sócio-econômica) influenciam no uso dos espaços públicos de maneira preponderante sobre os fatores contextuais (de ordem física).

Por questões operacionais, a hipótese será investigada separadamente quanto a ruas e a espaços públicos de lazer (praças e parques), pois estes espaços envolvem diferentes relações entre as variáveis.

Através do estudo de caso da cidade de Campo Grande – MS, a investigação será estruturada da seguinte forma:

- Medir e comparar o grau de apropriação dos espaços abertos públicos – espaços públicos de lazer e ruas - em áreas residenciais diferenciadas; conhecer o perfil comportamental de cada espaço estudado, em relação à faixa etária dos usuários, faixa de renda e ao tipo de atividade ali desenvolvida;
- Conhecer a avaliação do usuário sobre o desempenho dos espaços estudados;
- Verificar o quanto o estilo de vida (em seus vários aspectos) e a interação entre usuários ou moradores influenciam na apropriação destes espaços;
- Verificar se diferentes tipos e intensidade de uso são afetados por tempo de moradia e origem dos usuários;

- Identificar os elementos ambientais que limitam, ou que dão suporte, ao uso.
- Verificar o quanto as variáveis físico-espaciais – aparência, agradabilidade, acessibilidade, segurança e adequação ambiental (como dimensionamento, mobiliário, vegetação, pavimentação e iluminação) - influenciam na apropriação dos espaços estudados.

3.3 ESTUDO DE CASO

3.3.1 Seleção do estudo de caso

Campo Grande, MS, caracteriza-se por apresentar marcantes diferenças de apropriação de espaços abertos públicos. Assim, a cidade foi escolhida para estudo por apresentar casos de áreas com pouca utilização dos espaços públicos abertos e, ao mesmo tempo, áreas onde acontece um uso bem mais intenso destes espaços. Além disso, foi escolhida, também, por ser uma cidade de crescimento rápido e recente e pelas características da população, com uma grande proporção de moradores vindos de fora, de várias origens.

3.3.2 Breve histórico da cidade

Campo Grande é uma cidade que acaba de completar 100 anos. Seu crescimento e desenvolvimento estão ligados ao processo de ocupação do território brasileiro em direção ao interior e, nas últimas décadas, da “marcha modernizadora do oeste” (Cunha, 1999). Sua história é marcada por sua localização geográfica – fica no encontro dos caminhos que ligam o leste com o oeste e o norte com o sul do estado de Mato Grosso. A passagem da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1914, determinou o futuro da cidade como ligação da região Oeste com o resto do Brasil. A transformação do centro-oeste em nova fronteira agrícola nacional, nas décadas de 50/70, e a designação de Campo Grande para capital do novo Estado de Mato Grosso do Sul, em 1977, foram outros fatos marcantes no processo de crescimento da cidade. Polo regional de uma vasta região agro-pastoril pobremente habitada, Campo Grande

concentra em si a grande maioria do movimento comercial do Estado e os serviços mais sofisticados que este oferece.

A cidade, que sempre atraiu novos moradores, teve um crescimento rápido: a partir dos anos 40, a cada década, duplicava sua população, até a década de 70.

Tabela 3.1 Crescimento populacional de Campo Grande

ANO	POPULAÇÃO URBANA	TAXA CRESCIM. ANUAL
1929	10.117	11.63
1939	23.054	8.58
1949	33.198	3.71
1959	61.287	7.33
1969	122.133	7.14
1979	265.593	8.06
1989	476.681	6.02
1999	645.046	3.07

Adaptada de Arruda e Martins, PLANURB, 1999

Se, inicialmente (no pós Guerra do Paraguai), foi povoada por brasileiros do interior, principalmente por mineiros e paulistas em busca de terras, a pequena vila recebeu, desde o início do séc. XX grande afluxo de indivíduos de origem árabe e, durante a construção da ferrovia (a partir de 1911), de origem japonesa. Durante a década de 50/60, novo movimento em busca de terras trouxe nova onda de migrantes, desta vez principalmente de gaúchos, paranaenses e paulistas. A proximidade com a fronteira oeste brasileira também tem favorecido a chegada de pessoas oriundas dos países vizinhos, principalmente do Paraguai (Bittar, 1999).

Quando da divisão do Estado de Mato Grosso em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1977), o crescimento populacional de Campo Grande passa para médias de 8% ao ano, uma das mais altas do Brasil. Atualmente este ritmo arrefeceu, mas ainda está acima das médias nacionais. Em 1996, a cidade contava com uma população de 600.069 hab.¹⁶, dos quais praticamente 70% não naturais de Campo Grande. Ao mesmo tempo, a malha urbana da cidade se expandia e pode-se ter uma idéia do seu rápido crescimento através dos mapas da

¹⁶ De acordo com a Contagem da População de 1996/IBGE.

evolução da malha (fig. 3.1), nos quais é possível notar que a explosão do tecido se dá a partir da década de 60.

O ritmo rápido de crescimento não pode ter deixado de influenciar, de maneira marcante, vários aspectos da cidade: o espírito de busca de progresso, a imagem de cidade de grande mescla cultural ou a existência de expressiva quantidade de bairros muito novos e ainda não totalmente estruturados.

Campo Grande - que teve seu desenho de cidade definido a partir de uma planta em traçado xadrez, com ruas largas e grande lotes - é uma cidade espraiada (fig. 3.2), com uma área muito grande se comparada ao seu tamanho populacional, de acordo com Ebner (1999). Para a autora, são 33.400ha de área urbana, que comportariam uma população de 2.500.000 hab. e onde vivem 600.000 hab. Isto se deve a fatores como tipologia habitacional baseada em residências unifamiliares, tamanhos de lotes utilizados, generoso perímetro urbano e grande quantidade de vazios dentro deste perímetro. Na área urbana de Campo Grande, predominam baixíssimas densidades (0 a 20 hab./ha) na periferia, com um adensamento para densidades médias (de 20 até 60 hab./ha)¹⁷ na zona central e alguns bairros que a margeiam.

¹⁷ ainda abaixo do mínimo de 80 hab./ha caracterizador de uma densidade urbana e muito abaixo do que a ONU recomenda, 450 hab./ha.

Fig. 3.1 Evolução da malha urbana de Campo Grande

Fig. 3.2 Mapa geral de Campo Grande

Ebner (op.cit.) descreve a estrutura urbana de Campo Grande, entre outras coisas, como de grande segregação das classes de renda alta e média em bairros exclusivos (ou quase) destinados a suas moradias, próximos entre si e com os serviços e comércio de conveniências também nas proximidades. A tendência de localização destes bairros é a de ocupação do setor leste da cidade, próximo ao centro, enquanto os bairros mais populares foram ocupando as áreas mais distantes do centro e/ou de difícil acesso.

Os loteamentos e conjuntos populares encontram-se, predominantemente, entre os setores sul e oeste da cidade. O acesso aos bairros periféricos se dá pelas saídas em direção a outras cidades (saídas de São Paulo, Rochedo, Três Lagoas, Sidrolândia, Cuiabá e Aquidauana). Estas saídas têm tratamento igual ao do centro da cidade: maior adensamento,

uso misto e maior coeficiente de aproveitamento do terreno. São avenidas com alta atividade comercial, de serviços e de trânsito e que formam os principais eixos de transporte da cidade.

Outros elementos muito importantes da estrutura viária desta cidade são as principais vias de circulação da área central, que formam o mini-anel rodoviário (fig 3.2), contornando a região central e aliviando o tráfego na área ao fazer a ligação entre os bairros.

Campo Grande é uma cidade com grande concentração de veículos, 1 a cada 4 habitantes¹⁸, com uma média de automóveis particulares de 1 unidade a cada 2,5 domicílios¹⁹, concentrados, principalmente, nos bairros mais próximos ao centro. É uma cidade onde se privilegia o uso de transporte individual, com transporte coletivo deficiente.

O trânsito na cidade é violento, sendo a 7ª pior taxa de óbitos no trânsito do país (5,8 mortes a cada 100.000 hab.), com tendência crescente deste índice quando enfocados os últimos dez anos²⁰. A violência na cidade tem crescido também em outro aspecto: Campo Grande é a 9ª capital do Brasil em homicídio contra jovens (65,3 mortes em cada 100.000 hab., quando a média nacional é de 25,9 mortes por grupo de 100.000 hab.), tendo crescido muito nos últimos 10 anos (63,6% de crescimento), a exemplo do que vem acontecendo nas demais capitais da região²¹.

A cidade, localizada no cerrado da região Centro-Oeste brasileira, possui um clima agradável, com médias de temperatura entre 23-24°C, apresentando no meses mais frios (maio, junho ou julho) médias em torno de 15°C e nos meses mais quentes (qualquer outra época) médias em torno de 33°C²².

¹⁸Fonte: Perfil sócio-econômico de Campo Grande – 1998. Prefeitura Municipal de Campo Grande

¹⁹Calculado a partir de dados do censo 1991, IBGE

²⁰ Fonte: Mapa da Violência II, publicado pela UNESCO e divulgado no jornal Correio do Estado do dia 20 de agosto de 2000.

²¹ Idem, divulgado no jornal Correio do Estado do dia 17 de agosto de 2000.

²² Fonte: perfil sócio-econômico de Campo Grande – 1998. Prefeitura Municipal de Campo Grande.

3.3.3 Seleção da amostra

Com base nos principais argumentos mencionados na literatura e nos objetivos e hipótese deste trabalho foram escolhidas três áreas residenciais da cidade com população de diferentes níveis sócio-econômicos. As soluções arquitetônicas e urbanísticas e as densidades das áreas são também diferenciadas.

3.3.3.1 Critérios para seleção das áreas

- Nível sócio-econômico diferenciado entre as áreas
- Uso do solo (predominantemente residencial)
- Existência de EPL (espaço público de lazer)
- Densidades diferenciadas
- Intensidade de uso dos espaços públicos diferenciados
- Época de ocupação

Fig. 3. 3 Mapa de Campo Grande com as três áreas

Nível sócio-econômico

Foram escolhidos, como objeto de estudo, três áreas residenciais da cidade, sendo a Área 1, uma região de alto poder aquisitivo, a Área 2, um bairro popular, e a Área 3, uma região de poder aquisitivo médio (fig. 3.3).

A escolha de três áreas com nível sócio-econômico diferenciado levou à eleição de três áreas em locais específicos da malha urbana já que, de acordo com Ebner (1999), os bairros de maior poder aquisitivo concentram-se no setor leste da cidade, próximos ao centro, e os bairros populares estão em regiões afastadas do centro.

Dentro destas três áreas, foram estudadas ruas residenciais e espaços públicos de lazer.

Uso do solo e existência de espaço público de lazer (EPL)

As três áreas escolhidas são predominantemente residenciais, existindo nas três algum comércio de abastecimento básico nas proximidades.

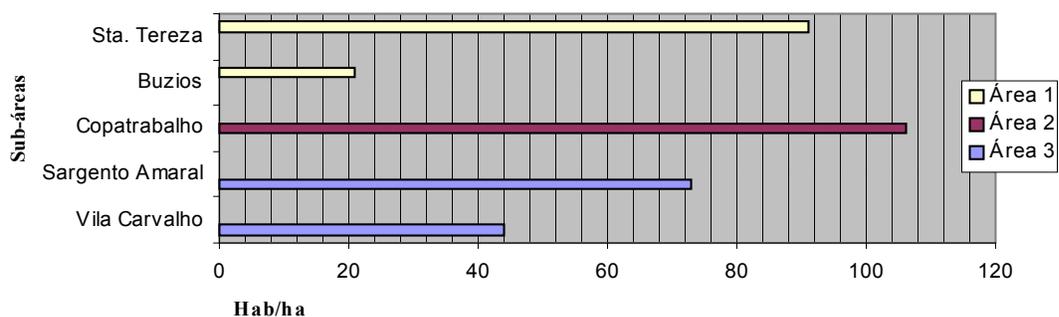
As três áreas possuem um EPL bem estruturado, seja uma praça de vizinhança, um parque de vizinhança ou um parque central. Os EPLs estudados se localizam num raio de até 400m de caminhada de qualquer ponto das sub-áreas residenciais estudadas. .

Os EPLs foram escolhidos em função da sua localização na zona residencial, ou bem próximos desta: dois deles (EPL 1 e EPL 2) estão relacionados diretamente à área residencial, enquanto o EPL 3, além de próximo a bairros residenciais e ao Centro é um referencial para a cidade toda. Na classificação de Halprim, o EPL 1 pode ser considerado um ‘parque de vizinhança’, o EPL 2 uma ‘praça’ e o EPL 3, um ‘parque central’.

Densidade

A média de pessoas por residência, que na Área 2 é de 4,1 hab./unidade, nas áreas 1 e 3 é um pouco mais baixa, de 3,6 e 3,7 hab./unidade. Somada à variedade de tamanhos de terrenos e de tipologias por áreas, chega-se a densidades bem desiguais. Dentro das três áreas escolhidas, as sub-áreas selecionadas para estudo mais aprofundado das ruas apresentam densidades diferenciadas (fig. 3.4). A Área 2 (bairro popular), apresenta as maiores densidades

(103 hab./ha). A Área 1 (alto poder aquisitivo) apresenta variações: a sub-área Santa Tereza, tem uma densidade calculada em torno de 90 hab/ha, enquanto a sub-área Búzios aparece com uma densidade bem menor (21 hab/ha) – a menor densidade entre as sub-áreas estudadas. A Área 3 (poder aquisitivo médio) apresenta as densidades intermediárias deste estudo, sendo a sub-área Sargento Amaral bem mais densa que a sub-área Vila Carvalho (73 e 44 hab/ha,



respectivamente).

Figura 3.4 Densidades nas sub-áreas

Intensidade de uso

A partir de observações preliminares, nota-se que as áreas apresentam diferenças marcantes no volume de uso dos espaços públicos abertos - ruas e EPLs. As ruas da Área 2 são expressivamente mais utilizadas para atividades variadas do que as ruas da Área 1 e da Área 3. Os EPLs 2 e 3 são muito utilizados, enquanto o EPL1 apresenta uma utilização fraca.

Para definir as áreas e sub-áreas a serem estudadas, foram utilizadas, além das observações preliminares, entrevistas e mapas mentais com moradores e usuários, que demonstraram ser, os três EPLs, importantes marcos referenciais para cada área e esclareceram as percepções de limites de sub-áreas e, em parte, o funcionamento das mesmas.

Época de ocupação da área

As datas de urbanização e ocupação destas áreas representam diversas etapas da evolução dos bairros residenciais da cidade, desde a década de 1920 até loteamentos ocupados durante a última década, de 1990. A sub-área Vila Carvalho (Área 3) é a de ocupação mais antiga; a Área 2 e as sub-áreas Santa Tereza (Área 1) e Sgto. Amaral (Área 3), de ocupação simultânea na década de 70; e a sub-área Búzios, a de ocupação mais recente.

3.3.3.2 Características das áreas

a) Área 1 – Itanhangá

A Área 1 (fig. 3. 5, pg. 76) está localizada perto da área central da cidade e tem os mesmos limites do setor urbano Itanhangá Park, um dos treze setores que compõem a Região Urbana denominada Centro (ver fig. 3.3 - Área 1). Ao norte e nordeste da área existe uma região recentemente incorporada à cidade, com grandes vazios.

Caracteriza-se por ser uma região com morfologias viárias diversificadas, e tipologias habitacionais predominantes de grandes residências unifamiliares, construídas dentro de amplos terrenos, de dimensões variadas, normalmente fechados por muros altos. A densidade deste setor da cidade²³ é de 35 hab/ha²⁴. Na parte central da Área 1, encontra-se uma parte da área mais densa, com conjuntos habitacionais construídos na década de 70 e condomínios verticais mais recentes. Mais a oeste, voltam a predominar residências isoladas em terrenos, com dimensões menores.

A Área 1 é delimitada por vias bastante movimentadas, como as ruas Joaquim Murtinho, Av. Fernando Corrêa da Costa, e cruzada pela rua Chaadi Scaffi (fig. 3.6). No cruzamento destas três ruas localiza-se o polo comercial da área.

²³ Setor : corresponde a uma área territorial contínua que serve como base para contagem populacional pelo IBGE.

²⁴ Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande - PLANURB. População de Campo Grande por distritos, regiões e setores: 1996.

Fig. 3.5 Foto aérea da Área 1

Fig. 3.6 Mapa geral da Área 1



As ruas são arborizadas com vegetação de grande porte, propiciando sombra e aspecto agradável.

A leste da área encontram-se amplos lotes vazios, que se tornaram acessíveis há poucos anos, através da continuação da Av. Fernando Corrêa da Costa. Os vazios existentes quebram a continuidade da área com a cidade.

As ligações desta área com os outros bairros são feitas, geralmente, através de carro particular pelas vias mencionadas e não a pé ou de ônibus. A área toda tem pouca ligação com outras regiões da cidade através de transporte coletivo.

Dentro da área, quarteirões de grandes dimensões (como é o caso da sub-área Búzios, fig 3.6) dificultam a circulação de pedestres.

Ruas

Nesta área, foram selecionadas duas sub-áreas (fig. 3.6), por apresentarem tipologias residenciais diferenciadas entre si (em tamanho, nível sócio-econômico e densidade) e serem características da área.

Da primeira sub-área fazem parte a rua Santa Tereza e adjacências (fig. 3.7). É constituída por um grupo de sobrados inicialmente padronizados, muito apreciados pela população, construídos na década de 70, pouco depois da construção do condomínio vertical vizinho de 2 pavimentos – o Copamorena. Vários destes sobrados estão sofrendo modificações, através de ampliações e reformas, destinadas a abrigar residências maiores e uns poucos escritórios e consultórios.

A segunda sub-área é constituída pela rua Búzios e adjacências, onde predominam residências grandes de alto padrão, fechadas por altos muros (fig. 3.8).

	
Figura 3.7 Sub-área Sta. Tereza	Figura 3.8 Sub-área Búzios

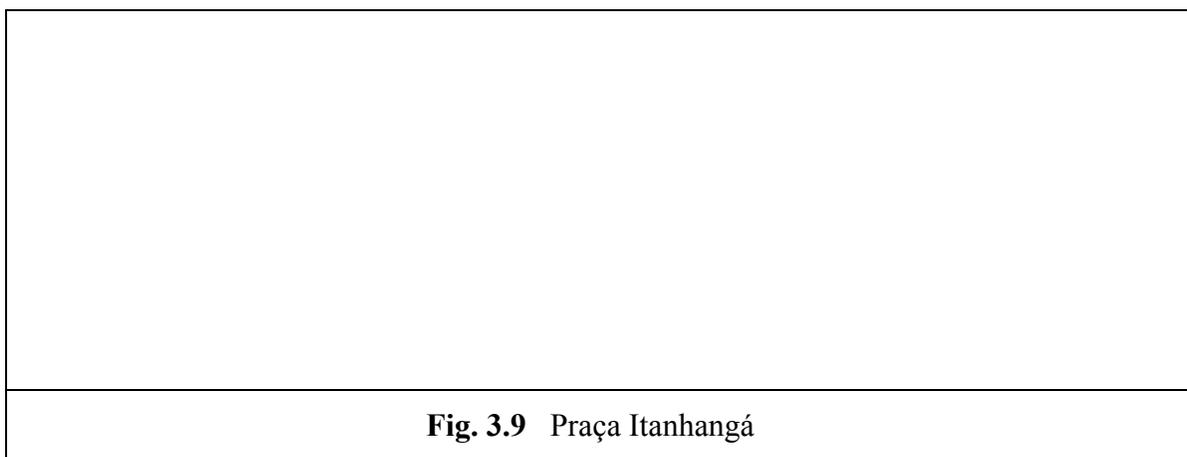
As sub-áreas escolhidas para estudo estão claramente delimitadas pela tipologia homogênea das habitações - no caso da Sta. Tereza - e pelo traçado orgânico das ruas e padrão das habitações - no caso da sub-área Búzios.

A sub-área St. Tereza é mais densa que o restante da área pela tipologia de construções adotada e tem uma densidade calculada de 90 hab./ha. A sub-área Búzios tem a densidade baixa (21 hab./ha), semelhante à predominante no setor Itanhangá.

Espaço Público de Lazer

A Praça Itanhangá (fig. 3.9) é um parque de vizinhança, inaugurado em 1985. Em 1995 foi cercado por gradil durante uma remodelação, com acesso através de dois portões. Ocupa uma área aproximada de 18.000m².

Este espaço público de lazer era, anos atrás, um referencial da cidade como local de paisagem primorosa, rica vegetação e córregos naturais, com raio de abrangência de vários bairros. O projeto paisagístico não apresenta a mesma qualidade original, mas o local continua a ser agradável pela presença do verde e pelo contato com os córregos. Os usuários, hoje, estão mais restritos a moradores da área.



A manutenção da praça Itanhangá está a cargo da Fundação FUNLEC.

b) Área 2 - Copatrabalho

A Área 2 de nosso estudo está localizada na região urbana do Ibirusú, dentro do setor Santo Amaro (ver fig. 3.10, p. 80). É constituída por conjunto habitacional popular de casas térreas isoladas, construído e ocupado na década de 70 – o Copatrabalho. Está localizada na região Noroeste da cidade, próxima à saída para Rochedo e no limite urbanizado da cidade

(ver fig. 3.3). Seu acesso se dá através da Av. Presidente Vargas, uma via coletora de todo este setor.

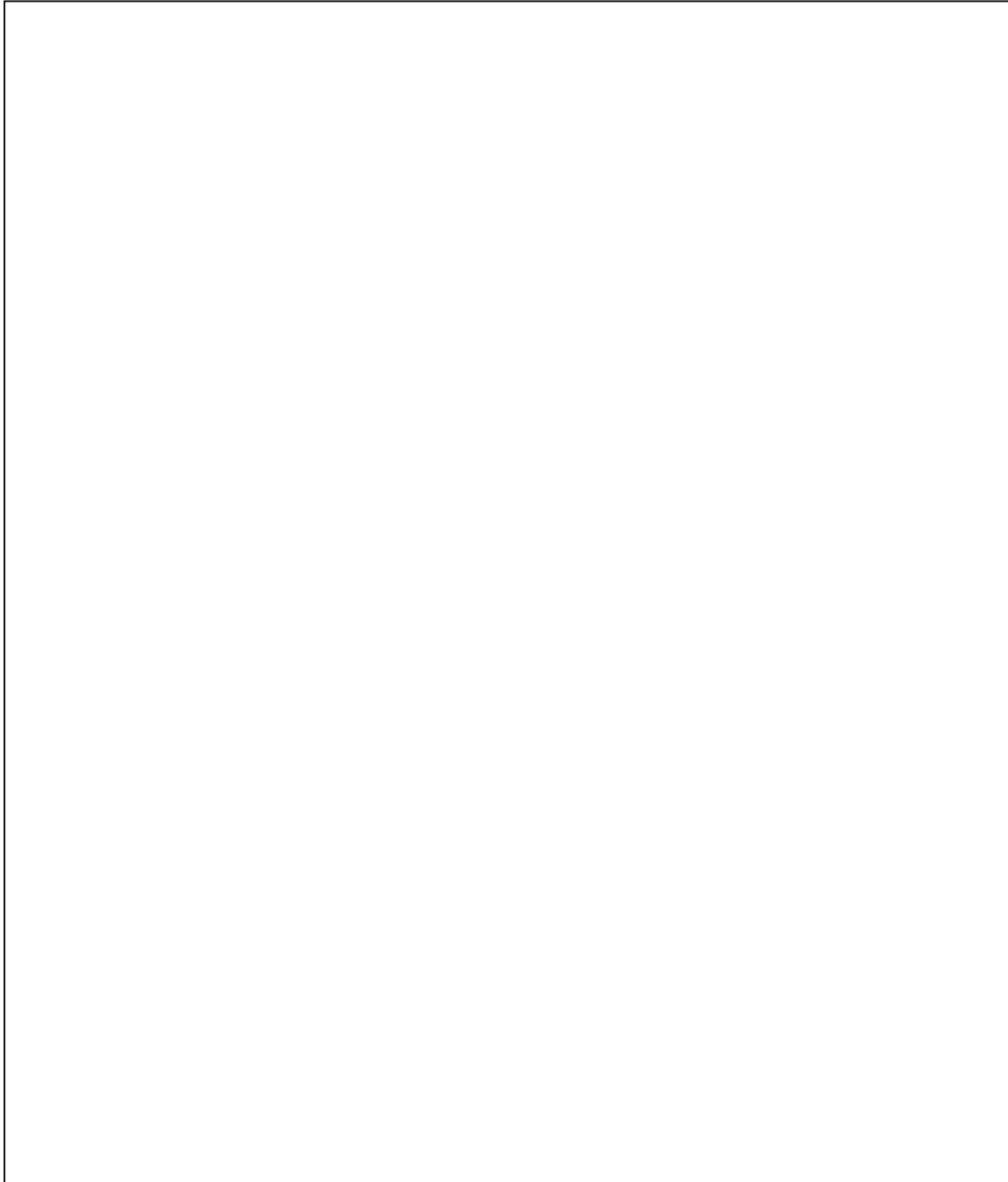


Fig. 3.10 Foto aérea da área 2 – Copatrabalho

O conjunto Copatrabalho é estruturado por uma avenida central - Av. Florestal (fig. 3.11) que concentra em sua extensão o comércio e os serviços oferecidos, gerando movimento de pedestres. Por esta avenida passam as duas linhas de transporte coletivo, consideradas satisfatórias. As demais ruas do conjunto são residenciais. Na Av. Presidente Café Filho, existe algum comércio, mas é insipiente se comparado com o da Av. Florestal.

Fig. 3.11 Planta da área 2



O conjunto habitacional conta com equipamentos comunitários como a praça central, a sede da Associação de Moradores, o salão da Associação de Moradores, a creche, a escola municipal e o posto policial. Todos estes equipamentos se localizam na quadra central do conjunto.

O Copatrabalho limita-se, ao norte e ao sul, por áreas residenciais bem menos adensadas, e a leste por uma grande área de propriedade do exército. As áreas limítrofes ao conjunto apresentam uma densidade média de 49 hab./ha, mas o próprio conjunto habitacional tem densidade maior, aproximadamente 106 hab./ha, com uma população estimada em 5.700 habitantes.

A Área 2 está bem delimitada como bairro pelo fato de ser um conjunto habitacional com características diferenciadas das áreas adjacentes, por conta da maior densidade, data de construção e nível sócio-econômico dos moradores. Os limites se fazem naturalmente pelas ruas de contorno do conjunto: Av. Presidente Café Filho, rua Bacaba e Av. Presidente Vargas. A ligação com os bairros limítrofes está prejudicada pela falta de continuidade entre as ruas da Copatrabalho e as do Sto. Amaro. A ligação com os demais bairros e com a área mais central da cidade é feita pela rua Yocuama ou, na grande maioria dos casos, pela Av. Presidente Vargas, de ônibus, automóvel, ou mesmo a pé, no caso de deslocamento para bairros adjacentes.

Ruas

Do bairro, foram selecionadas para estudo a Av. Florestal e algumas ruas perpendiculares a ela, desde a rua Guanandi até a rua Abiurena, (fig. 3.11). Estas ruas apresentam diferenciação de uso – comércio e serviços na Av. Florestal (fig. 3.12) e residencial nas demais (fig. 3.13). A densidade e o nível sócio-econômico mantêm-se aparentemente homogêneo por todo o conjunto.

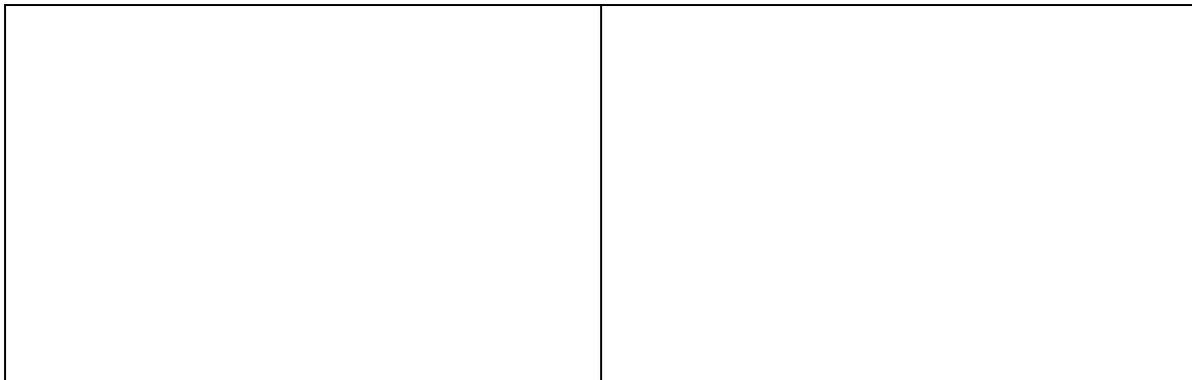


Fig. 3.12 Av. Florestal

Fig. 3.13 Típica rua secundária do conj.

Espaço público de lazer

A Praça Copatrabalho (fig. 3.14) localiza-se no centro do conjunto residencial. A área da praça é de aproximadamente 9.500 m², sem gradis, e caracteriza-se por proporcionar local de encontro, recreação e práticas sociais. É utilizada pelos moradores do bairro e de bairros vizinhos.

A praça é facilmente percebida e alcançada por quem circula na avenida principal do bairro, ou pela Av. Café Filho. Sendo uma praça aberta, fica acessível durante todos os períodos.

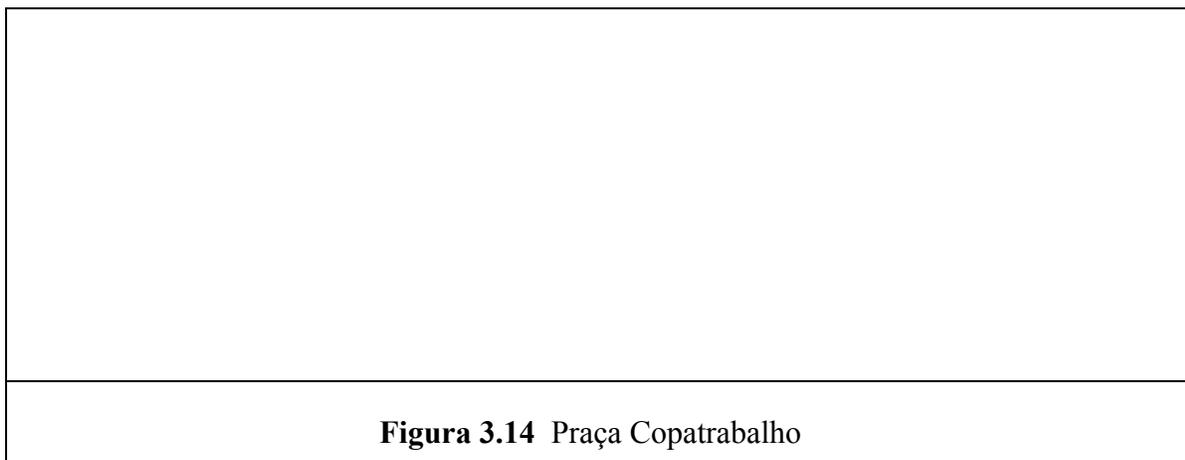


Figura 3.14 Praça Copatrabalho

A manutenção é responsabilidade da Associação de Moradores do bairro.

c) Área 3 – Horto Florestal

A região do Horto Florestal (fig. 3.15, pg.84) está situada parte no setor urbano, Vila Carvalho, e parte no setor urbano, Amambaí, na região urbana do Centro. Localiza-se no limite do setor Centro (ver fig. 3.3; pg. 72), a região mais antiga da cidade.

É atravessada por algumas das principais vias de circulação do centro: a rua Calógeras (rua de comércio intenso no setor de reposição de peças), Av. Ernesto Geisel (rua do córrego), Av. Fernando Corrêa da Costa (rua do córrego) e rua 26 de Agosto (por onde passa grande número de linhas de ônibus). É constituída de bairros de classe média antigos, com padrões de parcelamento que trouxeram taxas de densidades maiores do que a média da cidade.

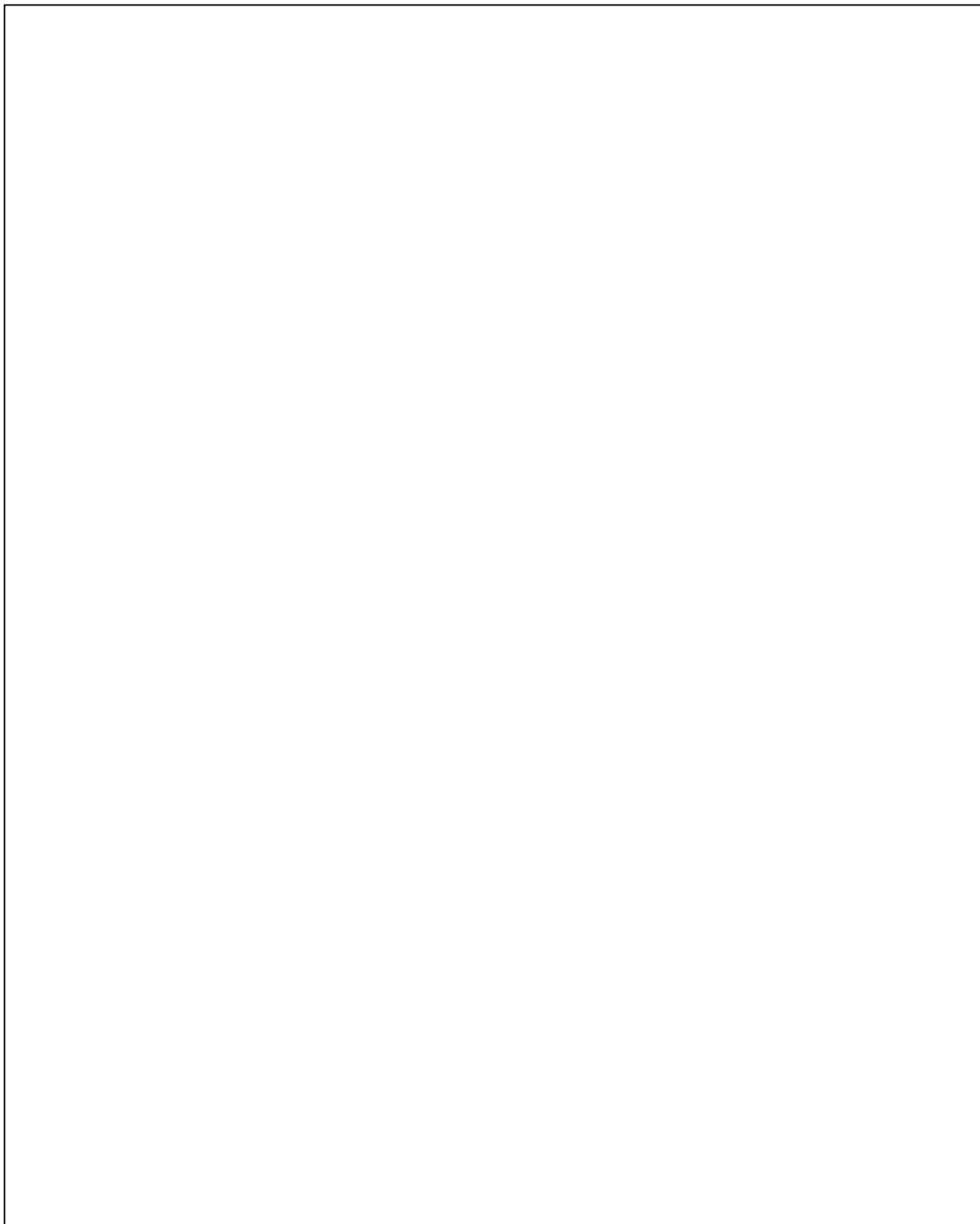
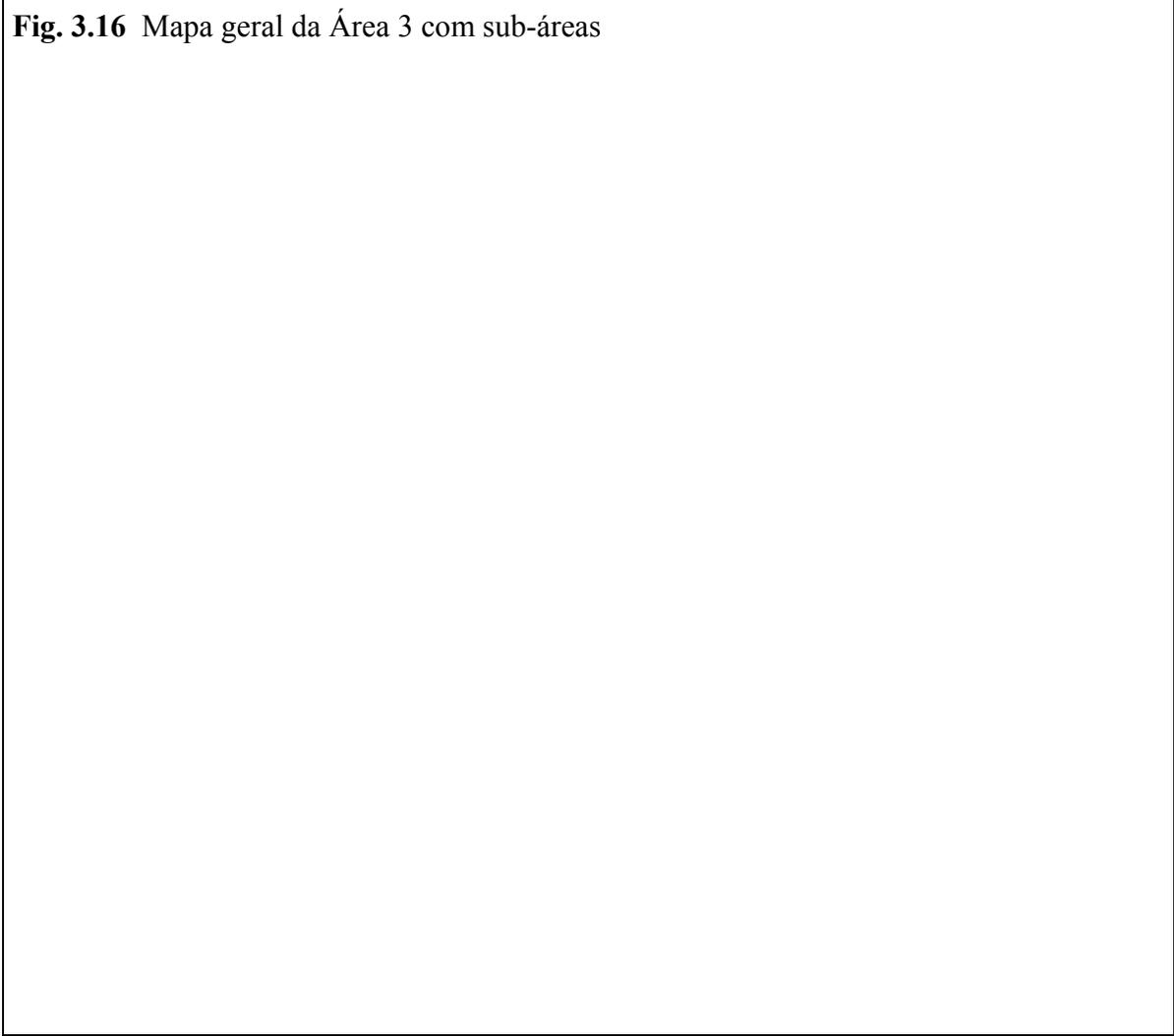


Fig. 3.15 Área 3 (foto aérea)

A Área 3 está localizada na interseção de três setores da região urbana do Centro: o Centro, a Vila Carvalho e o Amambaí. A Vila Carvalho apresenta praticamente a mesma densidade do Centro e a Sto. Amaro se apresenta bem mais densa (fig. 3.16).

Fig. 3.16 Mapa geral da Área 3 com sub-áreas

A área contida no retângulo abaixo do texto da Fig. 3.16 é atualmente vazia, não apresentando o mapa mencionado na legenda.

Ruas

Foram consideradas duas sub-áreas diferenciadas: uma parte da Vila Carvalho, loteamento antigo que teve sua ocupação iniciada na década de 20, e um conjunto habitacional - Sargento Amaral - da década de 70, que faz parte do Setor Amambaí, mas com uma densidade maior que a daquele setor.

Foram selecionadas ruas características da região por apresentarem densidades residenciais diferenciadas entre si (a Vila Sargento Amaral mais densa que a Vila Carvalho). O nível sócio-econômico entre as duas vilas é semelhante.

A Vila Carvalho tem densidade média calculada em 43 hab/ha, com residências térreas, isoladas, em vários casos com generosos quintais (fig. 3.17). As ruas percorridas são predominantemente residenciais (com exceção de uma quadra na Av. Noroeste), mas o bairro apresenta-se permeado por áreas de uso misto (pequenos serviços e comércio ao lado das residências).

Na Sargento Amaral a densidade média é maior do que a da Vila Carvalho, 73 hab./ha. As habitações são térreas, de alvenaria, em lotes pequenos, com muito pouco terreno livre nos lotes (fig. 3.18). Esta sub-área é mais puramente residencial que a anterior.

Figura 3.17 Vila Carvalho	Figura 3.18 Sgto. Amaral

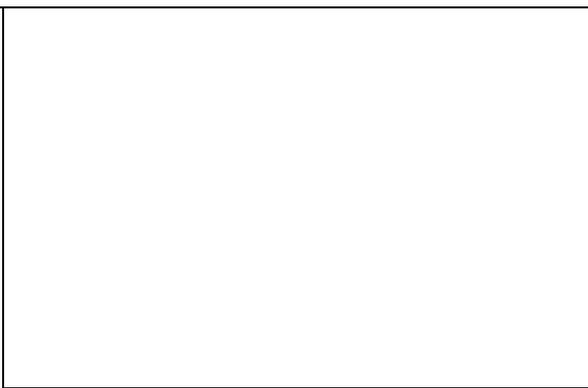
A Área 3 apresenta limites bem definidos entre as partes, sub-áreas estudadas, e entre a área toda e outros bairros, o que foi levantado através dos mapas mentais. O Parque Horto Florestal faz parte do limite norte da área.

Estes limites são também barreiras que, de certo modo, dificultam o contato com as áreas adjacentes, já que são ruas de tráfego intenso, largas e, no caso da Noroeste e da Ernesto

Geisel, com as barreiras adicionais dos trilhos ou do córrego, ambos com passagens esporádicas. Não fossem estas barreiras, os bairros próximos seriam facilmente alcançados a pé.

Espaço público de lazer

Inaugurado em 1995, o parque Horto Florestal (fig. 3.19) está localizado na área mais central da cidade. Ocupa um espaço aproximado de 48.000m². Este é o parque melhor estruturado e mais dinâmico da cidade.

Está situado em local histórico, na região onde cruzavam-se os córregos Prosa e Segredo, que deram origem ao povoamento inicial e que sempre acompanharam o imaginário da população, referenciados através de elementos simbólicos e do espelho d'água construído junto à entrada principal do parque.	 <p data-bbox="779 1186 1367 1257">Figura 3.19 Parque Horto Florestal</p>
--	---

O Horto Florestal é um parque com uma atividade programada intensa e é usado por pessoas de toda a cidade, mesmo de bairros distantes. Sua reserva de árvores de grande porte é valiosa como local que propicia tranquilidade perto do centro.

Um equipamento importante é a Biblioteca Pública. Nas imediações do Horto encontram-se vários equipamentos que atendem à cidade como um todo, como o SENAC, o Mercado Público, o teatro do SESC. Está localizado a 10min. de caminhada do centro da cidade e do terminal de integração do sistema de transporte coletivo.

A conservação do parque é feita, por convênio, pelo SENAC.

O acesso ao parque Horto Florestal é controlado através de gradil e cinco portões.

3.4 ESCOLHA DOS MÉTODOS

Buscando conhecer a realidade sobre a frequência e a maneira como são usados os espaços pesquisados, foram utilizados diversos métodos de coleta de dados. O uso simultâneo de múltiplos métodos é importante para ressaltar a validade dos resultados e afirmar a confiabilidade da pesquisa.

A análise qualitativa enfatiza o papel do pesquisador como instrumento de coleta de dados no próprio local de estudo, já que está direcionada a entender e interpretar a situação do ponto de vista da população estudada e do seu conhecimento pessoal daquela realidade (Low, 1987). Métodos qualitativos (como entrevistas ou observações) esclarecem certas questões que os métodos quantitativos (questionários) podem deixar sem explicação. Os métodos quantitativos possibilitam a generalização dos resultados, através da investigação de fenômenos análogos que produzam resultados semelhantes.

Neste estudo, foi usada uma combinação de levantamentos de arquivo, mapas mentais, entrevistas, levantamentos físicos, observações comportamentais e questionários com o objetivo de cruzar as informações dos diferentes métodos e dar maior respaldo às análises.

3.4.1 Levantamentos de arquivo

Foram coletadas informações sobre a configuração das áreas residenciais e dos EPLs, o histórico destas áreas e as densidades existentes.

Através das plantas e de fotografias aéreas, foi possível estabelecer a configuração das áreas, entendida a estrutura viária, a relação entre espaços construídos e vazios urbanos.

Estas plantas também serviram de base para o levantamento físico.

3.4.2 Entrevistas

As entrevistas foram realizadas em duas etapas. Inicialmente foram realizadas entrevistas informais com algumas pessoas chaves na estruturação dos espaços públicos da

cidade: políticos, administradores de órgãos relacionados com estes espaços, arquitetos e alguns trabalhadores diretos dos espaços.

Numa segunda etapa, foram realizadas entrevistas informais com os usuários, durante e após a aplicação dos questionários, com o objetivo de esclarecer sentimentos e motivos para certas atitudes.

No decorrer dos levantamentos de dados *'in loco'*, as declarações dos usuários sempre foram levadas em conta e anotadas quando referiam-se a pontos que não eram contemplados nos questionários. Desta forma, coletou-se uma série de informações que esclarecem mais a rotina de uso daqueles bairros. Após a aplicação dos questionários e das observações sistemáticas, foram feitas entrevistas com alguns usuários para esclarecer as razões de algumas atitudes que aquelas técnicas não puderam esclarecer.

3.4.3 Mapas mentais

Foram aplicados mapas mentais e entrevistas informais com usuários dos EPLs escolhidos e/ou com moradores do entorno destes (num raio de 400m – um raio confortável de caminhada), de forma a esclarecer a dinâmica da região.

O mapa mental consiste em croqui esquemático realizado pelo usuário, de memória, sobre os elementos mais importantes que percebe num bairro, região ou cidade, com o objetivo de auxiliar no entendimento da imagem ambiental percebida por este usuário, através do esclarecimento dos elementos estruturadores daquela região, tais como limites, marcos e caminhos.

Foram realizados cinco mapas por área. Estes foram sempre acompanhados de entrevistas informais, que complementaram as informações. Os mapas ajudaram a definir os limites das áreas de estudo e a escolha das ruas que seriam estudadas mais profundamente. As informações preliminares, levantadas através das entrevistas e dos mapas, serviram de apoio para a elaboração dos questionários que seriam aplicados posteriormente nestas áreas.

3.4.4 Levantamento físico

Tendo como base as plantas das ruas e praças e as fotos aéreas, os espaços abertos selecionados foram levantados com o objetivo de produzir plantas atualizadas das áreas. Foram levantados: vegetação de porte, tipo de pavimentação e barreiras físicas existentes nas vias de pedestres; a largura das calçadas, o fechamento espacial, o tipo de contato visual existente entre o interior dos lotes e a rua e entre o interior da residência e a rua (correspondência espacial), os locais destinados para sentar e a iluminação. Os registros em planta baixa foram digitados nas plantas bases das áreas, através do software Autocad, e usados no cruzamento de informações quando da análise dos dados.

As plantas de projeto e fotos aéreas dos EPLs foram atualizadas através do levantamento físico de equipamentos existentes, vegetação, tipos de piso, bancos e iluminação.

3.4.5 Observações comportamentais

A fim de conhecer o comportamento dos usuários – um dos critérios adotados neste trabalho para medir o desempenho dos espaços públicos – foram realizadas observações, em duas etapas. O objetivo de obter informações sobre a regularidade dos comportamentos e atividades, os usos dos lugares (novos usos, usos previstos e mal-uso) e as oportunidades e restrições de uso decorrentes do projeto foi, assim, operacionalizado, conforme apresentado por Reis e Lay (1995).

Numa primeira etapa, foram efetuadas observações preliminares para definir as áreas de estudo. Depois de conhecer melhor as características particulares das áreas, definiu-se a amostra e, finalmente, foram feitas observações a fim de reconhecer os comportamentos mais marcantes nos espaços públicos e os horários de maior intensidade de uso. A partir destas observações, foi possível montar uma estratégia para a segunda etapa das observações, com

horários e os percursos definitivos já definidos. Determinou-se dois períodos diários para a observação dos espaços. Um, no período da manhã e outro, no fim de tarde, que foram os momentos de maior intensidade de uso observado nas ruas daquelas áreas.

Foram definidos os comportamentos a serem observados *in loco*, em cada EPL e em cada rua escolhida, com o objetivo de registrar os tipos de uso e a frequência com que estes ocorrem naqueles espaços. Os comportamentos observados foram classificados em seis categorias : (1) caminhar; (2) sentar); (3) brincar; (4) trabalhar; (5) estar parado e (6) passear de bicicleta.

Os usuários dos espaços foram observados levando-se em conta sua faixa etária: (a) crianças (até 13 anos); (b) jovens (de 14 a 19 anos); (c) adultos (de 20 a 60 anos) e (d) idosos (acima de 60 anos).

Para definição da faixa etária um tanto abrangente do grupo de adultos, usou-se o critério de independência e autonomia que, em geral, as pessoas entre 20 e 60 anos possuem, em decorrência do período de maior produtividade profissional.

Numa segunda etapa, os dados foram coletados de forma sistematizada, durante os sete dias da semana, durante duas semanas consecutivas. As observações ocorreram no início do verão, quando as temperaturas são altas (como o são durante praticamente o ano todo), e num período em que aconteceram diversos dias com chuvas de verão. Foram feitas observações em duas áreas, (1 e 3), durante o mês de dezembro de 1999, antes do término do ano escolar. Pela dificuldade de realizar as observações nas três áreas no mesmo período (grande distância das áreas e tempo necessário para anotar as observações), na Área 2 as observações foram feitas durante o mês de janeiro de 2000, durante as férias escolares.

Foram apontadas as peculiaridades mais marcantes sobre as condições climáticas no momento da observação e alguma particularidade do espaço (como a ligação a alguma função comercial, algum evento especial acontecendo) que induzisse a algum uso específico.

As observações comportamentais foram efetuadas através de percursos pré-determinados, pelas ruas escolhidas e pelos três EPLs, e foram registradas em mapas codificados, tendo como base as plantas atualizadas dos espaços em estudo. Os mapas comportamentais foram digitados no software Autocad, para melhor exploração dos dados. Segundo a literatura, olhar o comportamento registrado em mapas pode dar ao investigador

uma visão geral do que está acontecendo no espaço como um todo, em determinado momento ou, com a sobreposição das informações de diversos dias, ter a idéia do quanto as atividades se repetem em lugares específicos. Esta informação facilita a análise da relação do comportamento com o espaço físico.

3.4.6 Questionários

A aplicação de questionários é uma técnica utilizada para medir regularidade entre pessoas através de relato verbal. Os questionários têm a característica de poderem ser aplicados simultaneamente a grande número de usuários e de serem analisados quantitativamente, o que torna os dados da pesquisa generalizáveis. Devido a estas características, a aplicação de questionários tem sido um dos procedimentos mais comuns para a coleta de informações sobre o grau de satisfação de usuários com o seu ambiente (Lay e Reis, 1993).

Foram aplicados questionários estruturados com questões fechadas de escolha múltipla e questões abertas. A construção do questionário foi orientada pelas variáveis a serem investigadas e auxiliada pelas entrevistas realizadas com usuários, observações preliminares nas áreas em questão e execução de um número reduzido de mapas mentais (cinco em cada área, realizados junto à primeira etapa das entrevistas).

A clareza, estrutura e abrangência do questionário foi testada junto a um número pequeno de pessoas, usuárias dos espaços selecionados, no que se denomina amostra piloto. Com base nesta amostra, as questões foram reformuladas.

Os questionários foram aplicados diretamente pela pesquisadora, aos usuários das áreas selecionadas que se dispusessem a respondê-los. O tempo médio de preenchimento do questionário ficou entre 20 e 30min., o que foi considerado como excessivo por alguns respondentes, principalmente entre os moradores e usuários das ruas.

Em cada área foram aplicados 30 questionários entre os usuários da praça, 25 entre as pessoas encontradas nas calçadas das ruas em estudo e 25 entre pessoas que estivessem em suas casas, moradores das ruas em estudo. O total de questionários aplicados foi de 240.

Perfil dos respondentes

A amostra de respondentes consistiu em 66,7% de adultos, 30% de jovens e 10% de idosos. Do total de respondentes 56,7% eram mulheres.

Ocupação/Profissão

Dentre os respondentes, 20% exercem profissões com nível de 3º grau, 13,8% profissões com nível de 2º grau, 11,3% profissões com nível de 1º grau e o restante em outras profissões, sendo que 49% dos respondentes não exerce profissão formal, incluindo estudantes, aposentados e do lar, os quais tendem a dispor de mais tempo para utilizar os espaços públicos.

Nível sócio-econômico

A maioria dos respondentes situa-se em faixas de renda familiar entre 5 a 10 salários (35%) e 3 a 5 salários (31,7%), sendo que a maioria - 52,5% - anda de carro. A maioria dos respondentes mora em casa própria e faz parte de uma família com 3 ou 4 pessoas (57%). Mas existem algumas particularidades quanto às faixas de renda salarial familiar, entre as três áreas.

Respondentes com as mais altas faixas de renda aparecem mais na Área 1, onde 37% dos moradores têm renda entre 5 e 10 salários e 33%, entre 10 e 20 salários, sendo a única das áreas onde 10% dos moradores têm renda familiar maior que 20 salários. Apesar dos dados obtidos através dos questionários, deduz-se, pelas características tipológicas das moradias, que mais famílias da Área 1, do que as que declararam, tenham renda superior a 20 salários. A Área 3, onde 70% dos moradores têm renda familiar de 5 a 10 salários, apresenta níveis de renda intermediários entre as três áreas. As rendas mais baixas estão na Área 2, onde 50% dos moradores têm renda familiar de 3 a 5 salários mínimos.

Origem dos moradores

Sobre a origem dos respondentes: 36,7% nasceram em Campo Grande e 26,3% vêm do interior do estado, na maioria dos casos (55%) há mais de 10 anos. As regiões de origem mais representativa, fora do Estado, são a Região Sul, (de onde vieram 13% dos respondentes) e a Região Sudeste, (de onde provieram 11%); 40% dos sulistas chegaram entre 5 e 10 anos atrás e 40%, há mais de 10 anos. Da região Sudeste, 53% vieram há mais de 10 anos (fig. 3.20).

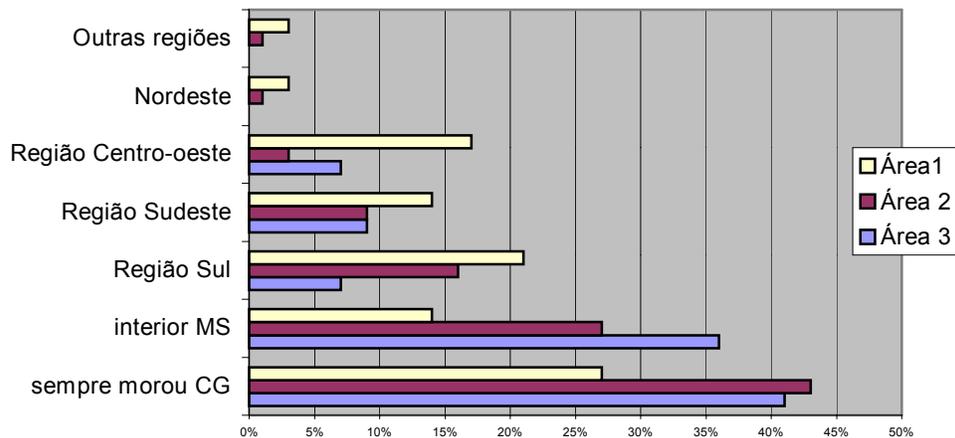


Figura 3.20 Origem dos moradores por área

Existe uma significativa diferença entre as três áreas quanto à origem de seus moradores (Φ , Sig. = 0,02296). Nas Áreas 2 e 3, a grande maioria dos respondentes moradores sempre morou na cidade de Campo Grande ou veio do interior do Estado, há mais de 10 anos. Diferente destas, na Área 1 a maioria das pessoas veio de outras regiões, também predominantemente chegadas há mais de 10 anos.

Sendo assim, o perfil dos moradores das três áreas caracteriza-se predominantemente por ser o de moradores antigos (mais de 10 anos), vindos ou das regiões Sul ou Sudeste (mais na Área 1), ou pessoas que sempre moraram na cidade ou chegaram do interior do Estado há mais de 10 anos (mais nas Área 2 e 3).

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados obtidos através de métodos qualitativos – entrevistas, observações e levantamentos físicos – foi feita pela interpretação das respostas de entrevistas e da análise visual dos dados oriundos dos levantamentos físicos digitados em Autocad.

Os dados oriundos das observações foram interpretados pela frequência dos comportamentos nos espaços, através dos mapas comportamentais, já codificados no Autocad e funcionando como gráficos de frequência.

Os dados obtidos com os questionários - dados quantitativos - foram tabulados pelo programa estatístico SPSS (Norussis, 1990) e, através deste, feitos testes estatísticos não paramétricos²⁵ descritivos, tais como frequências, tabulação-cruzada (χ^2 e Phi) e Kruskal-Wallis. Dos testes descontínuos foram considerados aqueles que apresentaram significância estatística (Sig.) estabelecida como < 0.05 (op.cit.).

Foram feitas inferências através do teste de correlação Spearman. Para os testes de correlação foram adotados os intervalos representados na tabela abaixo:

Tabela 3.2 Intervalos de correlação

Intervalos	Correlação
0.0 a 0.3	Fraca
0.3 a 0.5	Moderada
0.5 a 0.7	Forte
0.7 a 0.9	Muito forte
0.9 a 1.0	Excepcional

adaptada por Kohler (1999)

Do cruzamento da análise destes dados (qualitativos e quantitativos) pretende-se chegar a conclusões sobre a hipótese levantada.

²⁵ Testes não-paramétricos, ou de livre distribuição, não dependem de formas precisas de distribuição da amostra. Permitem inferências, independentemente das características de distribuição da frequência dos dados (Reis e Lay, 1995).

ANÁLISE DO DESEMPENHO DOS ESPAÇOS ABERTOS PÚBLICOS

4.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, são apresentados e analisados os resultados da investigação, obtidos através dos diversos métodos utilizados (levantamentos físicos, questionários, entrevistas e observações), com o propósito de explorar as relações existentes entre aspectos sócio-econômicos, aspectos físicos e o tipo e intensidade de uso dos espaços públicos abertos – ruas e espaços públicos de lazer.

A hipótese de que aspectos de ordem cultural e sócio-econômica influenciam no uso dos espaços públicos, de maneira preponderante sobre os aspectos de ordem física, foi explorada através da avaliação de desempenho dos espaços abertos públicos, considerando os indicadores satisfação e comportamento nos espaços, e através da análise de como e quanto os fatores composicionais, como o perfil dos usuários e seus estilos de vida, e os fatores contextuais, como adequação ambiental, agradabilidade, aparência, segurança e acessibilidade, estariam influenciando na apropriação dos espaços abertos públicos estudados.

Inicialmente, são apresentadas as características físicas e o perfil comportamental de cada área. A seguir, é avaliado o desempenho dos espaços através do tipo e intensidade de uso, nível de satisfação dos usuários e da análise dos fatores contextuais e composicionais mencionados na revisão da literatura efetuada no Cap. II, buscando medir como e quanto estes fatores influenciam na apropriação dos espaços abertos.

Uma investigação mais profunda sobre as conexões existentes entre os espaços estudados e os demais espaços da cidade, apesar de considerada importante, não foi efetuada, por limitações estruturais e temporais na execução do presente trabalho.

4.2 AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL: TIPO E INTENSIDADE DE USO DOS ESPAÇOS

A avaliação comportamental será efetuada por tipo de espaço público estudado –

ruas e espaços públicos de lazer – sendo apresentada, em primeiro lugar, a descrição física de cada área, seguida da descrição de uso (tipo e intensidade), de maneira a possibilitar e comparar o nível de apropriação de cada espaço, relacionando-o com as características físicas espaciais.

4.2.1 Características físico-espaciais e comportamentais das áreas

4.2.1.1 Área 1: Itanhangá

A Área 1 (fig. 4.1) é uma zona residencial estudada através de duas sub-áreas de diferentes características morfológicas e sócio-econômicas: sub-área Búzios e sub-área Sta. Tereza. A primeira, com alto nível de renda familiar, e a segunda, com renda familiar média – alta e média.

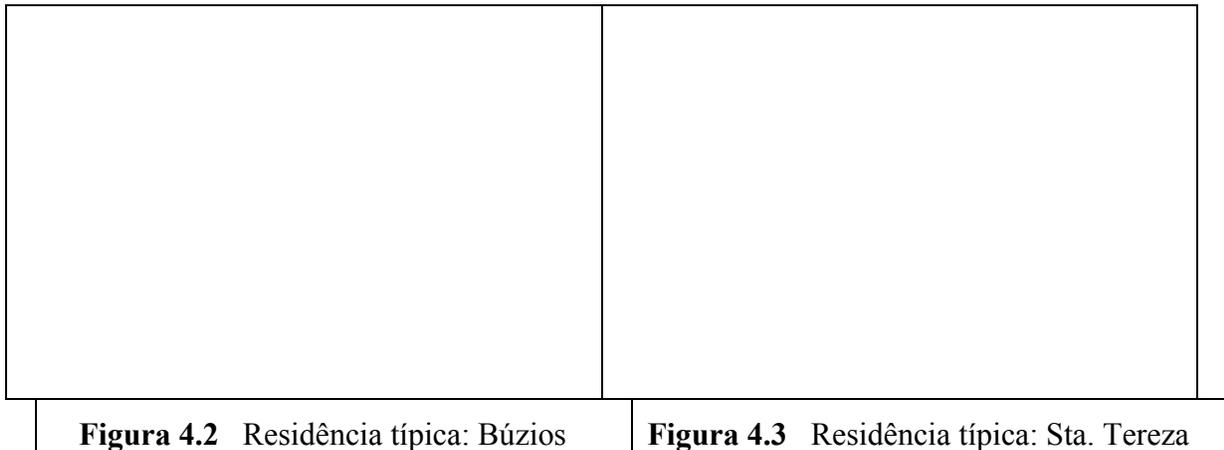
A rua Chaadi Scaff (fig. 4.1 e 4.7 a), com 12 m de largura, separa as duas sub-áreas, apresenta volume elevado e velocidade intensa de tráfego e atua como barreira entre a sub-área Sta. Tereza, o polo comercial e a Praça Itanhangá. O interior da sub-área Búzios constitui-se de uma única rua de 500m de comprimento, sem cruzamentos, tornando a acessibilidade funcional limitada ao polo comercial e à Praça Itanhangá.

As edificações da sub-área Búzios são, em sua totalidade, residências recentes (menos de 15 anos), de padrão alto, isoladas em terrenos generosos, com boa parte do terreno dedicada a jardins internos (fig. 4.2). As da sub-área Sta. Tereza são originalmente sobrados idênticos, construídos há 20 anos, em muitos casos adaptados, de bom padrão construtivo, mais densamente implantados do que na sub-área anterior, mas mesmo assim mantendo pequeno jardim ou pátio de fundos (fig. 4.3).

A área tem pouca ligação com outras regiões da cidade por meio de transporte coletivo, sendo altamente generalizado o uso de automóveis pelos residentes. As linhas de ônibus passam pela rua Joaquim Murinho, onde está localizado o comércio básico (padaria, açougue, revistaria, farmácia e lanchonetes) e estabelecimentos de maior porte, próximo à rua Chaadi Scaff. Este pequeno polo comercial localiza-se, aproximadamente, a 300m da sub-área Sta. Tereza e a 800m da sub-área Búzios.

Fig. 4.1 Área 1 - Itanhangá – levantamento físico

Esta área possui, ainda, uma escola particular de 1 ° e 2 ° grau ao lado da Praça Itanhangá. Nos bairros vizinhos de São Bento e Bela Vista, existem outras escolas com toda a grade curricular²⁶.



As ruas estudadas, nas duas sub-áreas, apresentam-se com as seguintes características :

Tabela 4.1 : Características físicas predominantes nas ruas, Área 1

	<i>Sub-área Búzios</i>	<i>Sub-área Sta. Tereza</i>
<i>Largura ruas (carrossável)</i>	10 m	7m
<i>Fluxo de veículos</i>	Pequeno	Pequeno
<i>Largura calçadas</i>	2,70m	1,50m
<i>Pavimentação calçadas</i>	Lajotas, Cimento, Grama	Lajotas, Cimento, Grama
<i>Barreiras nas calçadas</i>	Canteiros, Desníveis	Cant., Desn., Lixeiras, Árv.
<i>Tamanho médio lotes</i>	500 m2	250 m2
<i>Tamanho médio casas</i>	400 m2	120 m2
<i>Tipo residência</i>	Sobrados	Sobrados
<i>Fechamento lotes</i>	66% muros altos	50% muros altos
<i>Arborização(espac. aproximad.)</i>	12m	27m
<i>Iluminação públ.</i>	33m	33m

²⁶ Todas as séries do ensino fundamental e médio.

O fechamento espacial predominante, feito por muros altos (acima 2m), impede a continuidade espacial entre dentro e fora do lote (fig. 4.4). Na sub-área Búzios, mesmo quando o fechamento é por gradil, as soluções arquitetônicas não favorecem o contato visual com a rua. Na sub-área Sta. Tereza, quando o fechamento é feito por gradis (50% dos casos), a solução arquitetônica adotada, de janelas da sala e quartos voltadas para a rua, permite o contato visual entre o interior da casa e o espaço público (fig. 4.5).

Figura 4.4 Fechamento espacial: Búzios	Figura 4.5 Fechamento espacial: Sta.Ter.
A presença de barreiras nas calçadas dificulta, e, em certos casos, impossibilita totalmente a passagem de pedestres (fig. 4.6).	
	Figura 4.6 Barreiras: Búzios

Os usos

De acordo com as observações sistemáticas efetuadas nas duas sub-áreas, as ruas são muito pouco utilizadas para atividades sociais e são raras as pessoas caminhando (52% dos respondentes moradores da área só usam a rua para deslocamentos – em grande parte de automóvel – e somente 6% utilizam as calçadas para conversar com vizinhos).

Fig. 4.7a Mapa Comportamental das ruas Área 1, parte da tarde

Fig. 4.8b Mapa comportamental das ruas Área 1 –parte da manhã

Os mapas comportamentais (fig.4.7a e 7b) apresentam uma síntese das observações feitas à tarde - horário mais movimentado do dia - e pela manhã, durante sete dias consecutivos.

Não foram observadas crianças brincando pelas calçadas (somente 5% dos moradores respondentes da área permitem que crianças brinquem nas calçadas).

Dos respondentes moradores desta área, 27% afirmam utilizar as calçadas para roda de tereré²⁷, apesar de tal comportamento não ter sido constatado durante os períodos de observação.

Apesar da proximidade da sub-área Santa Tereza com o polo de abastecimento da Joaquim Murtinho, não foram observadas pessoas caminhando com pacotes de compras nas mãos. Também não foram observados pedestres com pacotes de compras na sub-área Búzios.

As poucas pessoas encontradas nas calçadas desta área são, na maioria, homens trabalhando como guardas particulares em pontos estratégicos e empregados domésticos lavando as calçadas. No período da manhã, foram observados somente adultos e, no período da tarde, algumas crianças e adolescentes caminhavam na sub-área Santa Tereza, e, em menor quantidade, na sub-área Búzios.

<p>As pessoas em estado de permanência estão localizadas nas proximidades de seus locais específicos de trabalho (na frente ou próximos a casa que guardam) e sempre procurando a sombra da árvore mais próxima (fig. 4.8).</p>	
---	--

²⁷ Tereré: bebida de origem indígena, semelhante ao chimarrão, tomada com água gelada.

Figura 4.8 Permanência: Guardas particulares

Os guardas particulares utilizam, normalmente, cadeiras portáteis para sentar nas calçadas.

As passagens de pedestres entre a rua Búzios e a Caioás (fig. 4.9), onde foram observados problemas de erosão e falta de calçamento, e entre a rua Búzios e a rua sem saída Puriú (fig. 4.10), são ladeadas pelos muros laterais das residências, não possuem iluminação e, nelas, não foram observados usuários.

Figura 4.9 Passagem pedestres 1	Figura 4.10 Passagem pedestres 2

Na sub-área Sta. Tereza, adolescentes costumam sentar à sombra dos pilotis do conjunto Copamorena, fechado por gradis, que não impedem a visão da rua, e com uma mureta que serve de banco para os usuários. Externo à Praça Itanhangá, de frente para a rua Porto Belo, um banco de madeira também serve de ponto de encontro.

4.2.1.2 Área 2 - Copatrabalho

A Área 2 é um bairro popular de periferia formado por um conjunto habitacional, com predominância de famílias com rendas médias baixas.

O conjunto habitacional configura-se por uma rua central de acesso – a Av. Florestal – que concentra o comércio local, os pontos referenciais do bairro e a distribuição do transporte coletivo, e por ruas secundárias residenciais (fig. 4.11), de pequena distância até a rua principal, o que favorece a locomoção a pé pelo bairro. A ligação com o centro da cidade é muito clara, através da Av. Florestal e da Av. Presidente Getúlio Vargas, por duas linhas de

ônibus que percorrem as mesmas vias onde os moradores motorizados circulam preferencialmente.

Figura 4.11 Levantamento físico Área 2

As casas foram originalmente construídas com cobertura de telha de fibrocimento, com áreas em torno de 30 a 60 m ² , em padrão popular. Muitas destas residências foram reformadas, com adição de área construída no recuo frontal até o limite do lote, utilizada como varanda ou abrigo de carros (fig. 4.12).	
	Figura 4.12 Residência típica Copatrabalho

Foram constatados alguns casos de subdivisão dos lotes resultando em mais de uma residência por lote e aumentando a densidade da área. Quando os acréscimos não tomaram todo o terreno, laterais, fundos ou recuo frontal formam pequenos pátios, geralmente pavimentados.

O comércio básico de alimentação, bares e lanchonetes, vestuário e pequenos serviços, concentra-se na Av. Florestal. Existem alguns pequenos estabelecimentos nas ruas secundárias e na Av. Pres. Café Filho – pequenos bares, institutos de beleza e outros serviços.

Apesar das dimensões da Av. Florestal (15m de largura, com canteiro central), o movimento de veículos não interfere como barreira viária.

A área possui escolas públicas de 1º grau (nos fundos da Praça Copatrabalho), de 2º grau (na entrada do conjunto, junto à Av. Presidente Getúlio Vargas) e ainda pequenas pré-escolas particulares. O Colégio Militar localiza-se em frente à entrada do conjunto, na mesma avenida.

As características das ruas do bairro estão sintetizadas na tabela abaixo:

Tabela 4.2 Características físicas predominantes das ruas Área 2

	<i>Av. Florestal</i>	<i>Ruas laterais</i>
Largura ruas	15 m (com cant. central arb.)	7m
Fluxo de veículos	Médio	Pequeno
Largura calçadas	8,5m(esq) e 4m (dir)	1,50m
Pavimentação calçadas	Cimento e Grama	Cimento
Barreiras nas calçadas	Parte gramada dos 8,5m	Canteiros, Lix, Árvores, Mat/Const
Tamanho médio lotes	Originalmente só lotes lat.	250 m ²
Tamanho médio casas	Só comércio e serviços	50 a 120 m ²
Tipo residência	Adaptações p/ comércio	Térreas
Fechamentos lotes	Só portas comerciais	86% gradis c/ visibilidad.
Arborização	11m	25m
Iluminação	27m	35m

O contato visual desde o lote com as calçadas é feito através dos gradis e, em muitos casos, através das portas das salas que são conservadas abertas (fig. 4.13).

Figura 4.13 Porta aberta para a rua	Figura 4.14 Cadeiras varandas /abrigos

É frequente a existência de cadeiras em varandas e abrigos de automóveis (fig. 4.14).

A presença de barreiras nas calçadas dificulta, e muitas vezes impede, a passagem. É freqüente a presença de barreiras constituídas principalmente pela existência de árvores, equipamentos (lixeiros, floreiras, postes), material de construção (fig. 4.15 e 4.16), portões de garagem que abrem para fora e falta de manutenção da pavimentação das calçadas, que causam estreitamento, chegando, em vários casos, a impedir a passagem.

Figura 4.15 Barreiras físicas temporária	Figura 4.16 Barreiras físicas permanentes

Os usos

As observações na área Copatrabalho mostram uma alta freqüência de uso das ruas e calçadas. É grande o número de pessoas caminhando, conversando, sentadas ou não, pessoas jogando (cartas, bola, taco), tomando tererê, passando de bicicleta e crianças brincando nas ruas perpendiculares à Av. Florestal.

Por toda a área, há uma grande variedade de usuários envolvidos em atividades funcionais, sociais e recreacionais.

Os mapas comportamentais (fig. 4.17a e 4.17 b) das observações feitas na área nos períodos da manhã e tarde são apresentados a seguir:

Fig. 4. 17a Mapa Comportamental Área 2 - tardes

Fig. 4.17b Mapa comportamental Área 2 – manhãs

Por ser a rua comercial e por onde passam os ônibus, a Av. Florestal apresenta um movimento intenso de pessoas caminhando durante as horas de pico. São observadas atividades como andar de bicicleta e sentar em bar ou similar. Nesta rua, muitas pessoas andando com pequenos pacotes de compras nas mãos e, ainda, crianças com pacotes são freqüentemente observadas, apontando para o hábito de compras na própria área.

Nas ruas residenciais, nota-se maior freqüência de atividades tais como sentar para conversar e olhar o movimento – em cadeiras ou na própria calçada –, cuidar de crianças, (fig. 4.18) ou brincar (fig. 4.19), todas atividades relacionadas à frente das casas.

<p>Figura 4.18 Sentando nas calçadas</p>	<p>Figura 4.19 Brincando nas ruas</p>
<p>As pistas de rolagem das ruas são muito utilizadas para brincar, muitas vezes para sentar à sombra (em cadeiras, próximo à calçada ou no meio fio, e muito para caminhar (fig.4.20).</p>	
	<p>Figura 4.20 Caminhando nas ruas</p>

As calçadas são mais utilizadas para sentar (em cadeiras portáteis, no meio fio, no próprio chão, encostados ao muro) do que para caminhar. Isto confirma o fato das calçadas não serem adequadas para a circulação de pedestres pela presença das barreiras apontadas anteriormente, numa largura de 1,5m. Conseqüentemente, como o movimento de veículos é pequeno, a circulação de pedestres ocorre mais intensamente nas pistas de rolagem das ruas do que nas próprias calçadas.

De modo geral, as concentrações maiores de usuários são observadas em bares, lanchonetes ou nas frentes das casas de certos moradores, talvez por serem mais populares, por terem crianças para observar ou apreciarem estar à frente tomando tereré.

Nota-se que a existência de sombra na calçada favorece a escolha do local para sentar, mas a sua falta não é empecilho definitivo para tanto, já que foram observadas várias pessoas sentadas também ao sol.

As observações desta área foram feitas durante as férias escolares o que leva os estudantes a terem mais tempo para freqüentar os espaços públicos. Porém, a presença de adultos também é marcante. Dentre as três áreas, esta é a área com maior proporção de crianças, adolescentes e jovens por domicílio.

O aspecto geral desta área lembra uma cidade do interior, com um ritmo de vida mais relaxado e os relacionamentos de porta revelam-se visíveis nas observações efetuadas.

4.2.1.3 Área 3 - Horto

A Área 3 – Horto (fig. 4.21), localiza-se muito próxima ao centro, com distribuição de usos comerciais e de serviços nas proximidades, de tal forma que podem ser percorridos a pé desde as residências. Chega-se ao centro com uma caminhada de 10 minutos e ao parque Laucídio Coelho (local de feiras agropecuárias tradicionais na cidade) com outros 10 ou 15 minutos de caminhada no sentido contrário ao centro. A proximidade de pontos de ônibus por onde passa a maioria das linhas da cidade, também favorece os deslocamentos.

Desta área, foram escolhidas duas sub-áreas residenciais, diferenciadas por densidades, tipo de loteamento e época de ocupação: Vila Carvalho e Sargento Amaral.

Figura 4.21 Levantamento físico da Área 3

As duas sub-áreas estão separadas pela Av. Noroeste que atua como barreira física, tanto pela largura (35m) quanto pelo canteiro central (de 15m) ocupado pelos trilhos da ferrovia, que é acidentado. A passagem de veículos entre as sub-áreas é efetuada somente pela rua Henrique Vasquez.

Na Vila Carvalho, existe um fluxo de passagem de veículos de intensidade moderada, tornando-se mais intenso nas ruas Joaquim Manoel de Carvalho, Bernardo Franco Baís e Henrique Vasquez. A largura destas ruas (em torno de 15m) somada à largura das calçadas (em média 3m), apesar do fluxo de veículos, não aparentam representar barreiras dentro do bairro. O fluxo de veículos na Sgto. Amaral é o de acesso às residências, existindo algum trânsito de passagem pelas ruas Tônico de Carvalho e rua Sodré.

A área possui escolas públicas e particulares dentro da própria Vila Carvalho, e nos bairros próximos. Escolas tradicionais do centro estão ao alcance com uma rápida caminhada.

O comércio básico da área encontra-se concentrado na Av. Noroeste e na esquina desta com a rua Tônico de Carvalho, mas nota-se que na Vila Carvalho os estabelecimentos se espalham também no interior da sub-área. Já na Sgto. Amaral, existem poucos pontos de comércio no interior da área (somente dois estabelecimentos de serviços). Na confluência da Av. Presidente Geisel com a Av. Fernando Corrêa da Costa postam-se vários ambulantes nas calçadas e canteiros centrais da Fernando Corrêa, em dias de maior movimento do parque Horto Florestal.

Na Vila Carvalho as casas são geralmente de alvenaria (fig. 4.22), mas encontram-se alguns exemplos de casas de madeira. Muitas são construções antigas para os padrões da cidade (até década de 40/50), de acabamento simples e individualizado.

Figura 4.22 Residências típicas: Vila Carvalho	

Nesta Vila Carvalho encontram-se, em alguns casos, soluções de casas geminadas ou pequenas vilas com vários domicílios com entrada em comum. Varandas na parte frontal ou outro tipo de espaço aberto e coberto são soluções muito frequentes nas duas sub-áreas.

Na Vila Carvalho, os terrenos são amplos e muitas vezes observa-se a existência de quintais com vegetação, diferente da Sgto. Amaral, onde os terrenos são menores, restando pequenos pátios pavimentadas.

<p>Na Sgto. Amaral, as casas são padronizadas, pois foram construídas simultaneamente como um conjunto habitacional (década de 70). Posteriormente, foram adaptadas pelos moradores (fig. 4.23a).</p>	
Figura 4.23a Residencia típica Sgto. Amaral	

O tipo de fechamento predominante, feito por gradil alto ou baixo, permite a visualização das ruas. Nas residências mais antigas é onde são encontrados os fechamentos mais baixos, e nota-se a tendência de optar por soluções de fechamentos mais altos, quando o imóvel é reformado (fig. 4.23b e 4.23c).

Fig. 4.23b Casa antiga com muro baixo	Fig. 4.23c Reforma de muros antigos

Algumas características das calçadas e das ruas são sintetizadas a seguir:

Tabela 4.3 Características físicas predominantes das ruas Área 3

	<i>Vila Carvalho</i>	<i>Sgto. Amaral</i>
Largura ruas (carrossável)	7 a 15 m	7 a 12 m
Fluxo de veículos	Médio	Médio/pequeno
Largura calçadas	1 a 3,5 m	1,5 m
Pavimentação calçadas	Cimento	Cimento
Barreiras nas calçadas	Desníveis, falta de manutenção	Desníveis
Tamanho médios lotes	500 m ²	300 m ²
Tamanho médio casas	40 a 130 m ²	70 a 120 m ²
Tipo residência	Térreas	Térreas
Fechamentos lotes	68% gradis alt./17% baixos	66% gradis alt./17% baixos
Arborização (esp. entre árv.)	8m (várias arvores antigas)	20 m
Iluminação(m rua entre postes)	25m	20m

O aspecto geral da Vila Carvalho é de região tranqüila, de ruas largas e sombreadas. Na Sgto. Amaral as ruas mais estreitas e mais densas em edificações que na sub-área anterior, também são tranqüilas.

Usos

Os mapas comportamentais da área do Horto (fig. 4.24a e 4.24b) mostram presença predominante de adultos no período da manhã e presença bem mais diversificada em faixas etárias, à tarde.

Fig. 4.24 a Mapa comportamental Área 3 – tardes

Fig. 4.24 b Mapa comportamental Área 3 – manhãs

Apresenta movimento de pessoas nas calçadas, número que se avoluma em dias de feira livre (fig. 4.25) – quartas e sábados – que acontece no quarteirão da rua Joaquim Manoel de Carvalho, identificado no mapa comportamental (fig. 4.24b)	
	Figura 4.25 Feira livre

Apesar da conveniente localização do comércio local, os moradores desta área não têm o hábito de fazer compras no próprio bairro (só 2% dos respondentes moradores o fazem). A proximidade ao centro e a versatilidade de opções que este oferece parece atrair mais os moradores da área para as compras (27%).

Sobre o tipo de uso que acontece nas ruas por parte dos moradores da área, as respostas dos questionários indicam que mais da metade usa a rua para conversar com amigos (57%) e muitos participam de rodas de tererê (45%).

As observações corroboram estes dados em certa medida. É muito comum encontrar pessoas sentadas, principalmente nas varandas (fig.4.26), em contato visual com as calçadas.	
	Figura 4.26 Grupo na varanda

De modo geral, nesta área, as pessoas tendem a se reunir no espaço público das ruas mais nas barracas da feira-livre, a estar por perto de pontos de comércio básico (mercearia,

açougue ou padaria) e a sentar em frente à própria casa, sozinhos ou em grupos pequenos (fig. 4.27 e 4.28), para tomar tereré, conversar ou cuidar de crianças.

Figura 4.27 Tereré nas calçadas	Figura 4.28 Mulheres/crianças-fim de tarde

4.2.1.4 Comparação de tipo e intensidade de uso das ruas das áreas

Na tabela abaixo estão sintetizados alguns dados das observações realizadas nas áreas:

Tabela 4.4 - Contagem de pessoas presentes nas ruas das três áreas

Sub-área/ Área	Metros de rua analisados	A = N ° resid. lindeiras	B = N ° moradores *	C = N° pessoa obsev.**	Relação pess/res. C : A	Relação pess/mor C: B
Sta. Tereza	320m	58	208	67	1,16	32 %
Búzios	320m	28	100	30	1,07	30 %
ÁREA 1	640m	86	308	97	1,13	31,5%
ÁREA 2	610m	107	438	235	2,20	54 %
Sgto. Amaral	310m	43	159	74	1,72	46,5%
Vila Carvalho	310m	29	107	55	1,90	51 %
ÁREA 3	620m	72	266	129	1,79	48,5%

*Número de moradores da rua, em 300m (quando sub-área) e 600m (quando área). Contagem estimada entre a média de pessoas por domicílio da área e o n° de domicílios existentes naquele trecho.

** N° de pessoas contadas no mapa síntese de 1 semana/tardes (maior movimento em todas as sub-áreas), em aproximadamente 300m de rua (quando sub-área) ou 600m de rua (quando Área 1, 2 ou 3).

OBS.: As densidades das sub-áreas estão apresentadas nas figuras 3.6, 3.12 e 3.17

A análise da tabela 4.4, através da relação existente entre o número de pessoas encontradas nas ruas e o número de residências existentes naquelas ruas, mostra com clareza um uso maior das ruas por pedestres na Área 2 do que nas outras áreas (coluna C:A). Esta relação na Área 2 é quase duas vezes a relação na Área 1 e 45% maior do que na Área 3.

Na tabela 4.4, comparando as três áreas, a relação entre o número de moradores de determinada rua e as pessoas observadas naquela rua (C:B), evidencia-se que na Área 2 uma maior proporção de pessoas é encontrada nas ruas. Um pouco menos na área 3 (10% menos) e bem menos na Área 1 (42% menos).

Estes dados são corroborados pelos questionários. Foram identificadas diferenças significantes entre o volume de uso dos espaços próximos à própria residência para atividades sociais, entre as três áreas de estudo (Φ , Sig = 0,02889).

A percepção dos respondentes moradores sobre a quantidade de pessoas presentes nas calçadas do próprio bairro, mostra uma diferença significativa para os moradores das três áreas (Φ , Sig = 0,017): na Área 1, 80% dos moradores têm a percepção de que a presença de pessoas na calçada é baixa, na Área 2, 57% e na Área 3, 61%. Isto confirma que a intensidade de uso das áreas é diferenciada, sendo que a Área 2 apresenta um maior número de usuários, seguida da Área 3.

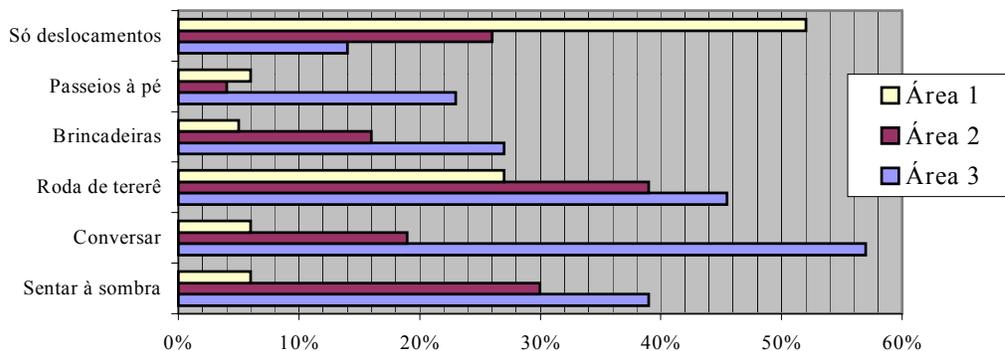


Figura 4.29 Utilização das calçadas

Quanto ao uso das calçadas para atividades sociais, as respostas dos questionários aplicados aos moradores são bastante diferenciadas entre as áreas. Na figura 4.29 estão expressas estas diferenças. É possível notar que a região do Horto (Área 3) apresenta sempre maior frequência de respostas com o uso das calçadas para atividades sociais; a Copatrabalho (Área 2) tem valores intermediários; e o Itanhangá (Área 1), respostas muito baixas quanto a atividades sociais nas calçadas e grande quantidade de pessoas que usa as calçadas só para deslocamentos (57%).

No Itanhangá (Área 1) as respostas dos questionários corroboram as observações: calçadas com baixa frequência de uso em atividades sociais. Porém, entre as observações da Copatrabalho (Área 2) e da região do Horto (Área 3), sintetizadas na tabela 4.4, e os dados apresentados no gráfico acima existe uma discrepância: nas observações a Copatrabalho apresenta maior densidade de pessoas pelas ruas, caminhando ou em atividades sociais, do que na região do Horto; porém, a percepção dos moradores do Horto é de uma apropriação das calçadas mais intensa do que a percepção dos moradores da Copatrabalho. Esta diferença de percepção pode se explicar através da frequência com que os espaços são usados, como demonstrado na figura 4.30, sendo que a frequência de uso dos espaços próximos à residência, para atividades sociais, apresenta relação significativa com a área de moradia do indivíduo (Phi, Sig. = 0,028).

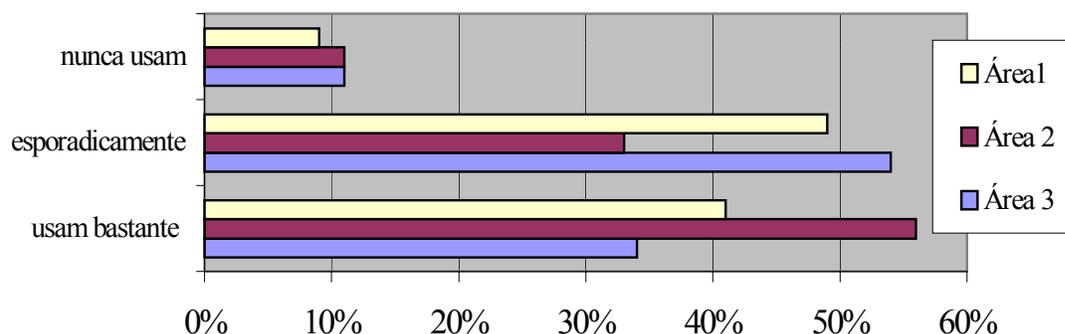


Figura 4.30 Frequencia de uso dos espaços abertos próximos residencia

A maior parte dos respondentes moradores da Área 2 – Copatrabalho (56%) usam estes espaços com frequência, já a maioria dos respondentes da Área 3 – Horto (54%) usam os

espaços esporadicamente. A frequência pode, na Área 2, ser diária, pois, nas entrevistas, ficou claro que, ali, é hábito comum chegar do trabalho ou da escola, tomar um banho e sair para a rua, o que não acontece nas duas outras áreas.

Na Área 1 – Itanhangá, o uso dos espaços próximos à residência para atividades sociais é esporádico (por 49% dos respondentes moradores). Somando-se este fato ao dado de que a maioria só usa a rua para deslocamentos (57%), e não para outras atividades, e que os deslocamentos, na grande maioria das vezes, é feito de automóvel, explica-se o baixo uso observado destas ruas.

Sintetizando as características físicas das ruas, relacionando-as com os usos, temos:

Tabela 4.5 Comparação entre usos e características físicas das ruas

	<i>Sta. Tereza (A1)</i>	<i>Búzios (A1)</i>	<i>Copatrab. (A2)</i>	<i>V. Carvalho(A3)</i>	<i>Sgto. Amaral(A3)</i>
<i>Uso (relação n° pessoas n° res./ tab. 4.8)</i>	Baixo (1,16)	Baixo (1,07)	Alto (2,20)	Médio (1,90)	Médio (1,72)
<i>Visibilidade p/ rua</i>	média	baixa	alta	alta	alta
<i>Fluxo de veículos</i>	pequeno	pequeno	pequeno	médio	médio e pequeno
<i>Largura calçada</i>	estreita	média	estreita	estreita e média	estreita e média
<i>Arborização</i>	insuficiente	adequada	insuficiente	adequada	insuficiente
<i>Iluminação</i>	suficiente	suficiente	suficiente	suficiente	suficiente
<i>Barreiras (quantidade)</i>	média	média baixa	muito	média	média

Analisando os dados apresentados, nota-se que quanto maior a visibilidade desde dentro dos lotes, maior é a intensidade de uso das ruas e quanto menor visibilidade menor esta intensidade.

O fluxo de veículos, com intensidade semelhante dentro das diversas áreas, assim como a largura das ruas e das calçadas, não estão diretamente relacionados à intensidade de uso das ruas para atividades sociais.

A presença de barreiras é generalizada nas áreas, existindo de forma mais acentuada na Área 2. Na Copatrabalho, o leito carroçavel da rua é utilizado para circulação de pedestres e

recreação, em função do reduzido fluxo de veículos, das barreiras existentes e da estreita largura das calçadas.

A presença de árvores de sombra não é uma condição suficiente para garantir o uso das ruas, pois a sub-área Búzios tem um dos melhores índices de arborização e o menor índice de uso. Já a Área 2, nas ruas laterais tem um dos menores índices de arborização e o maior índice de uso. Porém, os locais com sombra tendem a ser mais utilizados.

A iluminação, suficiente em todas as áreas, influencia na percepção de segurança que a área transmite e favorece o uso noturno das ruas, fato observado no início de noites quentes, nas Áreas 2 e 3.

A relação entre a área central da cidade e as áreas estudadas é diferenciada. A localização periférica da Área 2 favorece a permanência e o uso dos equipamentos comunitários e a rua comercial do bairro, pela dificuldade maior de acesso à área central.

Outro fator importante a ser considerado está relacionado ao conforto térmico deficiente das moradias da Área 2. O calor intenso faz com que os moradores procurem espaços mais ventilados fora da moradia, principalmente nos finais de tarde.

Foi observada grande quantidade de pessoas sentadas nas varandas para observar o movimento das calçadas nas Áreas 2 e 3. O hábito de sentar na varanda, mais do que na calçada, é mais freqüente na Área 3, enquanto que levar cadeiras para a calçada, ou sentar na própria calçada, é mais observado na Área 2. Na Área 1, varandas com acesso visual para as calçadas são raras.

4.2.2 Características físico-espaciais e comportamentais dos Espaços Públicos de Lazer (EPLs)

A proposta expressa no projeto dos três espaços públicos de lazer (EPL) estudados é diferenciada. O EPL 1 – Praça Itanhangá tem uma proposta de lazer passivo, com predominância de área relvada, jardins, espaços de contemplação, relaxamento e caminhadas. O EPL 2 – Praça Copatrabalho foi planejada para esportes e encontros da população local, e o

EPL 3 – Parque Horto Florestal, planejado e administrado como um grande espaço público da cidade, com diversidade de atividades diárias e de eventos especiais.

O raio de influência destes EPLs parece estar relacionado a sua localização na cidade (em função da acessibilidade), ao seu tamanho e às atividades desenvolvidas. Com exceção do parque Horto Florestal que, além dos bairros adjacentes, serve à cidade inteira, as praças Itanhangá e Copatrabalho servem ao próprio bairro e aos bairros próximos. O número de moradores a que estas duas praças atendem é bem diferenciado, considerando-se um raio de caminhada confortável (500m): número de possíveis usuários expressivamente maior na Área 2 do que na Área 1, (pelo menos três vezes mais), sendo que a Praça Copatrabalho possui metade do tamanho da Praça Itanhangá.

4.2.2.1 EPL 1: Praça Itanhangá

A Praça Itanhangá (denominação corrente) é um parque de vizinhança de tamanho médio (18.000m²) inserido na Área, próxima (50m) ao polo comercial. A leste, este EPL limita-se com a rua Chaadi Scaff, o Conjunto Copa Morena – condomínio de pequenos edifícios da sub-área Sta. Tereza. A oeste, com a rua Antonio Oliveira Lima, grandes residências e alguns vazios urbanos. Ao norte, muros de fundos de lotes residenciais, com a lateral da Escola Eduardo Santos Pereira, fechada por muros e com um bar bastante movimentado, aberto para a Praça Itanhangá, mas separado desta pelo córrego que por ali passa. O lado sul é fechado por altos muros de fundos de lotes residenciais.

As ruas Joaquim Murtinho, a Chaddi Scaff e a Av. Fernando Corrêa da Costa (com o córrego central dando poucas oportunidades de passagem) (ver fig.4.1 na pg. 98 e fig. 3.6 na pg.77), todas com fluxo intenso de veículos, configuram-se como barreiras para chegar ao EPL.

Se por um lado, a falta de ligação com demais bairros da cidade, através de transporte coletivo, desestimula o uso do EPL por quem mora um pouco distante, a sua localização em relação ao bairros mais centrais da cidade, próxima à vias estruturais de circulação rápida como a Av. Fernando Corrêa da Costa, facilita a chegada a ele por automóvel .

Fig. 4.31 Levantamento físico da Praça Itanhangá

A frente leste do EPL, paralela à Chaadi Scaff, não oferece uma visibilidade clara do interior para o transeunte, pela existência de uma cerca viva já alta que impede a transparência.

<p>Como o EPL é cercado por gradil, o acesso é feito através de dois portões, um em cada lado (fig. 4.32). Os acessos são claros e definidos através do desenho dos pisos externos, desenho do gradil e portões. Estes são fechados às 21:00hs. Um terceiro portão, na Chaadi Scaff, está sempre fechado.</p>	
	<p>Figura 4.32 Portão Praça Itanhangá</p>

A vigilância é feita sempre por dois funcionários, um em cada portão.

A maior parte deste EPL é revestida por gramados ou outro tipo de forração e sua proposta paisagística de aproveitamento dos aspectos naturais do sítio, inclusive na manutenção do relevo levemente inclinado, o transformam num jardim público.

<p>Como oferta dominante deste EPL, tem-se a pista de caminhada (fig. 4.33), revestida de manta asfáltica e parcialmente sombreada. A tranquilidade e a paisagem (vegetação e os córregos) são os aspectos mais marcantes do espaço. O córrego menor, que nasce na própria EPL, funciona como um espelho d'água.</p>	
	<p>Figura 4.33 Pista e córrego (ao fundo bar)</p>

O córrego Vendas (fig. 4.33) corre num leito profundo, limitado por taludes de 2m; ele apresenta problemas de limpeza e, atualmente, nenhum aproveitamento de suas potencialidades idílicas.

<p>Os estares sombreados formados pelos pergolados, oferecem lugar para sentar (fig. 4.34). O número de bancos existentes no EPL reduz-se a seis.</p>	
	<p>Figura 4.34 Pergolado com bancos</p>

Possui um espaço destinado a atividades múltiplas, com um palco aberto circundado por gramado. Este EPL não possui sanitários.

<p>A área em torno do coreto, parte pavimentada e parte gramada, é a única área plana, ampla, aberta oferecida no EPL1 (fig. 4.35). O coreto é uma estrutura ortogonal com um raio de 3m. O piso que o contorna é de blocos de concreto e ocupa uma área de 7m de raio em torno.</p>	
	<p>Figura 4.35 Coreto</p>

O bar existente ao lado norte do EPL1 antigamente se interligava a este através de uma ponte de madeira sobre o córrego. Como, atualmente, a ponte não existe mais, torna-se impossível a apropriação do EPL pelos numerosos freqüentadores do bar

Observa-se que este EPL está bem cuidado nos aspectos de limpeza, iluminação e segurança; porém, o parquinho infantil, com piso de areia, possui poucos brinquedos para o seu tamanho, falta de manutenção dos brinquedos existentes e pouca sombra. Além disso, cercado, sua entrada está localizada próxima ao portão do EPL que nunca é aberto, numa área que fica muito isolada do restante do EPL.

<p>Neste EPL, é proibido o acesso de brinquedos como skate, bicicleta ou patins, atividades que envolveriam adolescentes (fig. 4.36). A falta de espaço destinado a skate é uma das reclamações levantadas através das entrevistas.</p>	
	<p>Figura 4.36 Placa de proibições</p>

São previstas atividades programadas tais como, serestas, apresentações teatrais, de dança, corais, etc., em tardes ou noites de fins de semana.

A Praça Itanhangá é bem iluminada, com postes de 4m sob as árvores e postes mais altos, de 8m. A pista é iluminada, também, com uma iluminação auxiliar de 0,80cm, em placas, colocadas ao longo de todo o percurso da pista.

Os usos

De acordo com as observações sistemáticas efetuadas na Praça Itanhangá (ver fig. 4.37a e 4.37b), este é um EPL usado predominantemente para caminhadas. Os períodos de maior movimento acontecem pela manhã e no fim da tarde, tanto durante a semana como nos fins-de-semana, mas este movimento fica restrito à pista. De modo geral, é pequeno o número de usuários.

Porém, a partir das entrevistas, mapas mentais e questionários, é possível definir que a praça Itanhangá é percebida pelos moradores da área como um marco referencial importante e também limite entre bairros da área.

Fig 4.37a Mapa comportamental síntese da EPL 1 – Itanhangá

Fig 4.37a Mapa comportamental síntese da EPL 1 – Itanhangá

Em torno de 10 anos atrás, quando este EPL era o mais bem cuidado da cidade, em termos de projeto paisagístico e de manutenção da vegetação, não era fechado por grades, fornecia maior acessibilidade e uma dose maior de encanto e mistério (através de soluções paisagísticas), fator importante no ‘enriquecimento’ do ambiente, como mencionado por Kaplan e Kaplan (1983). Era comum a presença de grupos sentados nos gramados, observando a paisagem ou fazendo piqueniques – prática que não se observa no presente período. A atual pista de caminhadas, por exemplo, assemelhava-se a um caminho de jardim, revestido de saibro.

<p>Através das entrevistas e questionários, é possível notar uma grande valorização do contato com a água e com os peixes dos córregos, especialmente pelas crianças que vão à Praça Itanhangá. O córrego que nasce neste espaço, e que corre dentro da área circundada pela pista de caminhadas, permite a contemplação, embora eventual, de cardumes de pequenos peixes, sem riscos (fig. 4.38).</p>	
	<p>Figura 4.38 Olhando o córrego</p>

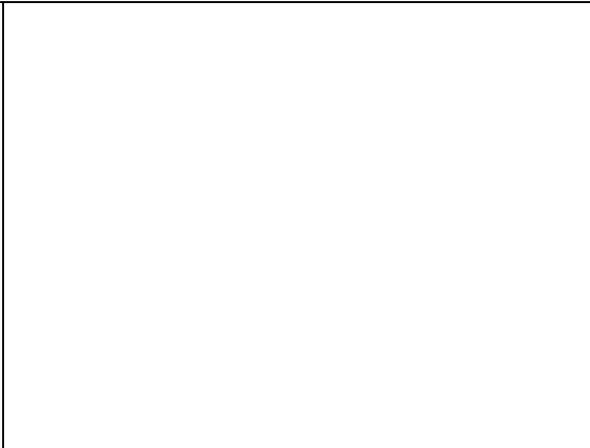
<p>Foi constatado que o parquinho infantil não é utilizado (fig.4.39). A falta de assentos confortáveis próximos, a pouca sombra e a deficiência dos equipamentos, somados à dificuldade de acesso ao parquinho, pela localização de seu portão de entrada, contribuem para este quadro.</p>	
--	--

Figura 4.39 Parquinho infantil

Além da pista de caminhadas, os locais um pouco mais freqüentados estão na parte central do EPL1, junto aos córregos, onde a vegetação criou um ambiente sombreado e foram construídos alguns pequenos espaços de estar com pergolado e um estar equipado com chafariz, com um número reduzido de bancos .

A área do coreto e o gramado em volta é subtilizada. Nenhuma atividade ou pessoas foram observadas nesta área (a não ser o funcionário, sentado à sombra). A estrutura parece não ter uma utilização efetiva.

Foram observados vários escolares realizando a travessia entre as ruas Antonio Oliveira Lima e Chaadi Scaff através da praça.

As atividades que acontecem na Praça Itanhangá, como as serestas nos finais do mês, as apresentações teatrais ou de dança, nos domingos à tarde ou os shows musicais de final de tarde, nas sextas-feiras são prestigiados por um número pequeno de pessoas (em torno de 60 por evento) - muito menos do que comportaria o espaço.

Figura 4.40
Exemplo de atividade programada: teatro no palco

Alguns adolescentes praticam skate na parte externa do EPL, no pequeno espaço reservado a estacionamento junto à rua Chaadi Scaff. A proibição de entrada na Praça Itanhangá de skates, induz a esta utilização.

A grande maioria das pessoas que freqüenta este EPL é do próprio bairro (70%), ou de bairros próximos (11%), que chega a ele a pé. Não foram encontrados, de forma expressiva, usuários de outros bairros vindos de automóvel, apesar da localização do espaço, próximo a corredores de fluxo rápido de veículos, favorecer este tipo de acesso a ele.

Apesar do número reduzido de usuários registrados nos mapas comportamentais, 78% dos respondentes moradores da área afirmam frequentar o EPL1, provavelmente para caminhar, sendo que das qualidades mais apreciadas citam a ‘natureza’ (vegetação, água, animais), (73% dos usuários) e a ‘tranqüilidade do lugar’ (40% deles).

4.2.2.2 EPL 2: Praça Copatrabalho

A Praça Copatrabalho é uma pequena praça (9.700m²) localizada no centro da Área 2. Seu entorno se compõe: a leste por rua residencial característica desta área, com as entradas de treze dos lotes padrão abrindo-se para a rua. Alguns estabelecimentos comerciais surgem acoplados às residências, como a sorveteria. A oeste, a praça faz limite com o terreno da escola municipal e é fechada com muros. Ao norte, corre a Av. Florestal, com pontos comerciais (‘sacolão’, mercado, etc.) e, ao sul, a Av. Presidente Café Filho, com pista parcialmente asfaltada e acidentada (fig. 4.43).

Os acessos ao EPL2 ocorrem principalmente pela rua Pequi (fig. 4.41) e pela Av. Florestal (através do pequeno corredor formado entre o posto policial e o parquinho infantil: fig. 4.42). Na Av. Presidente Café Filho, um corredor entre o campo de futebol gramado e o muro da escola serve como passagem para o interior do EPL.

Fig. 4.41 Acesso desde a rua Pequi	Fig. 4.42 Acesso à praça pela Av.Florestal

Fig. 4.43 Levantamento físico do EPL 2 - Copatrabalho

O EPL2 conta com três quadras de esportes (grama, cimentada e areia), parquinho infantil, áreas para conversação com mesas e bancos, cancha de bocha, pequeno palco voltado para a área central do EPL, um posto policial e um salão da Associação de Moradores – o Centro Comunitário. Não possui sanitários.

As quadras de esportes, futebol, basquete/futebol salão, vôlei – cercadas com tela - e a cancha de bocha, ocupam pouco mais da metade da área do EPL.

O salão do Centro Comunitário esta localizado próximo ao muro divisório e não interfere com a legibilidade do espaço. O posto de polícia (fig. 4.49), construído depois da inauguração da Praça Copatrabalho, após reivindicação dos moradores em função de violências ocorridas, consiste em barreira que limita a entrada na praça pela Av. Florestal.

A grande árvore localizada defronte ao posto policial, na Av. Florestal, define o ambiente de estar equipado com mureta/banco que a circunda e marca a entrada da Praça Copatrabalho (fig. 4.44).	
	Figura 4.44 Vista desde a Av. Florestal

A arborização, de plantio relativamente recente, já se encontra consolidada e fornecendo sombra. A vegetação predominante localiza-se próxima à rua Pequi e no estar, com conjuntos de mesas.

A colocação das mesas de jogos em baixo das árvores de sombra favorece o uso destas mesmo com o sol mais quente da região. Nos fundos do palco, uma pequena área gramada com sombra e bancos fornece alguma privacidade a quem senta nos bancos.

A pavimentação, do interior do EPL e das calçadas que ficam no seu entorno, é de cimentado alisado decorado com pedra Miracema, que favorece o uso de artefatos como bicicletas, triciclos e patins.

Nos fins de tarde das quintas-feiras e sábados, é montada uma barraca de sobá e de pastéis, na calçada da Av. Florestal, em frente ao Centro Comunitário, e nos finais de semana abre-se um *trailer* de lanches no interior da praça, atrás do Posto Policial.

A iluminação da Praça Copatrabalho é boa, com luminárias altas, potentes e bem distribuídas na iluminação das quadras e luminárias mais baixas no restante dos espaços.

Os usos

A Praça Copatrabalho é um local de intenso movimento (fig. 4.45a e 4.45b) – atende a uma população de aproximadamente 6.000 hab., se considerados só os moradores do bairro.

Através das entrevistas, mapas mentais e questionários é possível definir o papel deste EPL como ponto focal do próprio bairro e dos bairros limítrofes. É local de atividades intensas durante os fins de tarde, quando o calor do sol esmaeceu.

A maioria dos respondentes freqüentadores do EPL2 são do próprio bairro (78%) e 89% deles chegam a ele a pé (vários vêm de bairros próximos). Por outro lado, 84% dos respondentes moradores da Área 2 declaram que costumam freqüentar a praça.

Os equipamentos mais apreciados na Praça Copatrabalho, pelos que responderam sobre ela, por freqüentá-la ou por morar no bairro, são as quadras esportivas (21%), sendo realmente estes os espaços mais utilizados.

Fig. 4.49 Mapa comportamental - Praça 2 – Copatrabalho - tardes

Fig. 4.50 Mapa comportamental Praça Copatrabalho - manhãs

As mesas fixas são muito disputadas para bate papos ou jogos de bozó (fig. 4.46), mas várias estão com problemas de manutenção, desqualificando-as para uso. Os usuários acreditam que quem estraga o equipamento do EPL2 é sempre pessoal de outros bairros, jovens de bairros vizinhos, classificados como desordeiros.

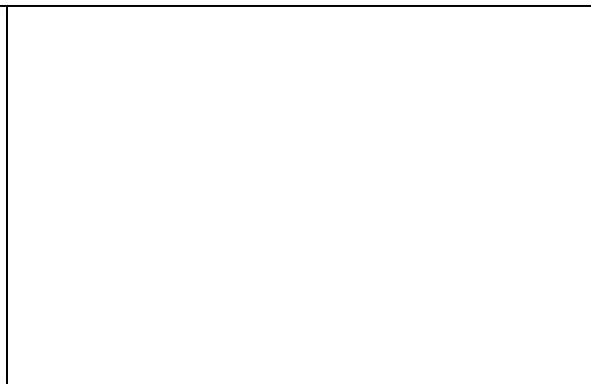


Figura 4.46 Uso do conjunto de mesas

Os bancos são sempre motivo de concentração de pessoas e o parquinho infantil é também bastante utilizado.

A barraca de sobá (fig. 4.47) traz bastante gente à praça, assim como a sorveteria que fica na esquina da praça com a Av. Florestal.



Figura 4.47 Barraca de sobá

As quadras esportivas são muito utilizadas (fig. 4.48), assim como o mobiliário existente. Apenas existe a limitação da areia considerada suja na quadra de vôlei e no parquinho, o que inibe um uso maior destes espaços.

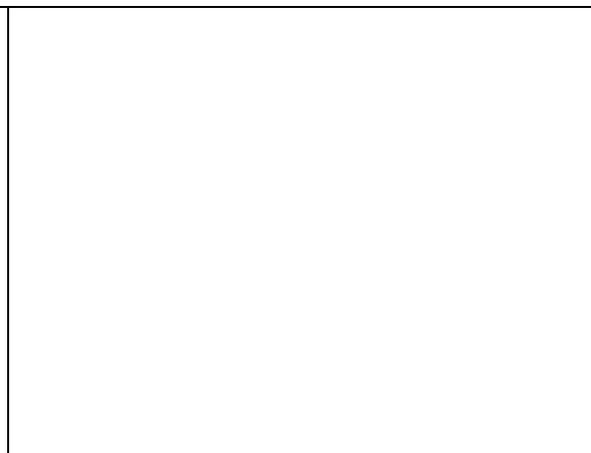


Figura 4.48 Uso das quadras

Os degraus formados pela fundação ao longo do salão do Centro Comunitário, perto da quadra de bocha, são usados como uma espécie de arquibancada à sombra.

4.2.2.3 EPL3: Parque Horto Florestal

Diferente dos outros dois EPLs estudados, o Horto Florestal é um grande espaço central (48.000m²) que demonstrou ser referencial para os moradores de todas as partes da cidade, e não só para os de sua área (fig. 4.51): classifica-se como um parque central.

O entorno do Parque Horto Florestal é composto por vias de intenso fluxo e velocidade, tanto ao norte quanto ao sul e a leste. Somente a rua do Parque, onde localiza-se uma das entradas do parque, é uma rua calma.

A Av. Fernando Corrêa da Costa, que cruza o parque, o separa da sub-área Sgto. Amaral. Os dois lados do parque, cortados pela avenida, são interligados por uma passarela, que possibilita a passagem de pedestres. A Av. Ernesto Geisel, larga e com fosso central, separa o parque do bairro Amambaí.

As grandes vias distribuidoras de tráfego que o ladeiam e a localização próxima de paradas de muitas linhas de ônibus facilitam o acesso ao EPL3 desde toda a cidade.

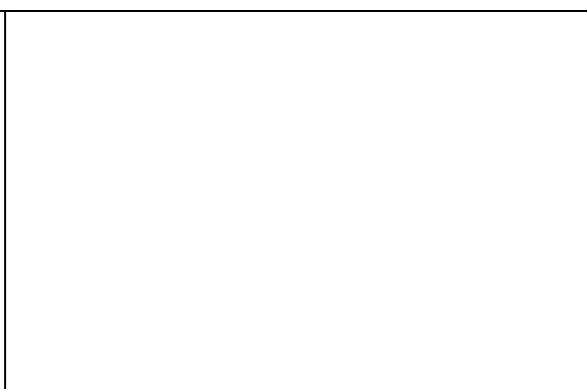
A visualização do parque desde longe é facilitada pela marcação de sua massa vegetal de grande porte. É cercado por gradil que ao mesmo tempo fecha e permite a visualização do seu interior. O acesso ao EPL3 é feito através de 5 portões, controlados por vigilantes, distribuídos por diversos pontos (fig. 4.49). O portão da rua do Parque é o mais usado por quem utiliza ônibus, já que está mais próximo das paradas da rua 26 de agosto. Os acessos são marcados por elementos que representam, simbolicamente, a união dos dois córregos, Prosa e Segredo. Este símbolo está repetido por todo o EPL numa proposta de marcar a imagem do parque (fig. 4.50).

Figura 4.49 Acesso rua Anhanduí	Fig. 4.50 Elementos simbólicos

Fig. 4.51 Levantamento físico do parque Horto Florestal – Praça 3

É um EPL que oferece oportunidades de atividades variadas.

Possui pista de caminhadas, bosque, quadras de bocha, pista de bicicross, orquidário, uma lanchonete aberta, parquinho infantil temático, amplo espaço calçado usado para apresentações de artes, espaço coberto multiuso, onde acontecem jogos, apresentações, aulas públicas e eventos.

<p>No EPL3 existem locais com muita sombra onde estão localizados a pista de caminhadas (fig. 4.52), estares com bancos e mesinhas e as canchas de bocha e malha. Ao longo desta pista, encontram-se conjuntos de mesas e bancos.</p>	 <p>Figura 4.52 Pista de caminhadas</p>
---	--

E áreas de muito sol, como o grande espaço principal onde acontecem os shows musicais, no palco com pergolado ou em palco montado especialmente para eventos, e onde estão dispostos vários bancos. O parquinho infantil, a pista de bicicross e a pista de skate também são áreas de sol. Esta ultima, apesar de ensolarada, tem uma boa sombra lateral, no gramado ou nos bancos.

O espaço central pavimentado, ensolarado e com piso de pedra portuguesa, faz contraponto com o espaço sombreado pelas grandes árvores da reserva, dando uma dimensão de espacialidade e amplidão.

<p>A grande massa vegetal, o espelho d'água, o grande espaço aberto central e o cuidado com o desenho de elementos do próprio parque dão uma característica agradável a este espaço público aberto (fig. 4.52b).</p> <p>No centro do espelho d'água, foi criado um estar com bancos.</p>	 <p>Figura 4.52b Vista geral do parque</p>
<p>A arena coberta (fig 4.53), com área aproximada de 600m² e capacidade para, aproximadamente, 400 pessoas sentadas, recebe programação intensa por parte da administração municipal. Aulas de tai-chi e outras práticas, programas ligados ao Centro da Terceira Idade, torneios esportivos, eventos municipais, etc., acontecem neste espaço</p>	 <p>Figura 4.53 Arena coberta multiuso</p>

O parquinho infantil possui equipamentos temáticos (barco, labirinto ou casa) e tradicionais (fig. 4.53b). Dispõe de pouca sombra. Foram colocados bancos, nas laterais do parquinho e outros próximos, em área mais sombreada. Próximo desta área destinada às crianças, está localizada a lanchonete, equipada com mesas e cadeiras móveis (fig. 4.54).

	
---	--

Figura 4.53b Parquinho infantil

Figura 4.54 Parquinho e lanchonete

A pista de bicicross ocupa uma expressiva área do parque. É um espaço com muito pouca sombra e o único espaço do parque onde é permitido o acesso de bicicletas.

O parque é bem iluminado, por postes de 4 m localizados em áreas arborizadas e postes de 8m, localizados nos espaços mais abertos.

A segurança é feita por 8 funcionários. Nos domingos de passe livre²⁸, como o volume de visitantes quadruplica²⁹, a vigilância passa para 30 a 40 homens da polícia militar.

Os usos

As observações efetuadas no Parque Horto Florestal demonstraram um uso intenso e diversificado deste EPL (fig. 4.55a,b,c e d) tanto por atividades (caminhadas, brincadeiras, piqueniques, comemorações municipais ou particulares, roda de pagode, descanso de almoço, passeio dominical, cursos, concursos, etc), quanto por usuários, em relação ao local de moradia, idade e faixa de renda.

O parque é bastante movimentado o dia todo (com exceção das horas de sol mais quente do meio do dia), mas na parte da tarde observa-se mais pessoas, do que nas manhãs. Como é um parque grande (aproximadamente 10.000m²), com várias opções de atividades, boa manutenção, de localização central em relação a toda a cidade e com facilidade de acesso através das grandes vias que o ladeiam, é muito utilizado na programação de escolas da rede de ensino - o que movimenta permanentemente o parque nos horários e períodos escolares.

²⁸ Dias em que a passagem no transporte coletivo urbano não é cobrada. Acontece no 2º e 4º domingo de cada mês.

²⁹ Conforme dados da área de administração do parque Horto Florestal, num domingo normal visitam o parque de 2.000 a 3.000 pessoas e em dias de passe livre e de shows musicais o número de visitantes pode chegar a 10.000/12.000.

Fig. 4.55 a Mapa comportamental do Horto Florestal - tardes

Fig. 4.55 b Mapa comportamental Horto Florestal – manhãs

Fig. 4.55 c Mapa comportamental parque Horto Florestal – Domingo tarde de passe livre

Fig. 4.55 d Mapa comportamental parque Horto Florestal – Domingo sem passe livre - tarde

<p>O domingo é o dia em que o parque se encontra mais movimentado, mesmo quando não é dia de passe livre. Quando o passe é livre, o movimento é muito intenso. No horário dos shows musicais (final de tarde) o parque fica muito cheio (fig. 4.56).</p>	
	<p>Figura 4.56 Área central durante show</p>

Os locais cobertos como a arena, a cantina e as canchas de bocha e malha são bastante procurados, não só devido às atividades a que são destinados mas também pela sombra e como abrigo da chuva. Nas quadras de malha e bocha, foram observados casais de namorados a procura de um local reservado onde sentar ou se recostar (usam os corrimões laterais como assento).

A arena coberta é o local mais ativo do EPL3 (do ponto de vista da administração do parque), pela programação que oferece. Porém, os horários das atividades não coincidiram com o horários de nossas observações.

Os conjuntos de mesas e bancos localizados no bosque, ao longo da pista de caminhadas, são intensamente usados para estudos, conversas ou lanches.

A lanchonete, localizada próximo ao parquinho infantil, permite aos adultos se acomodarem ao seu gosto enquanto observam e cuidam das crianças brincando. Neste bar/lanchonete acontecem, em fins-de-semana ou alguns finais de tarde, reuniões com música – geralmente pagode - que movimentam o espaço.

O parquinho é um dos motivos mais recorrentes para as famílias procurarem o Parque Horto Florestal e é sempre muito utilizado, a não ser nas horas mais quentes do dia (depois das 10hs manhã até às 3 ou 4 hs da tarde), devido à falta de sombra, tanto no próprio parquinho quanto na área com bancos.

Perto da pista de skate, a sombra nos bancos e na grama é aproveitada pelos jovens para sentar e assistir a prática do esporte, sendo este um dos espaços mais intensamente utilizados neste EPL, por adolescentes.

<p>Bancos localizados à sombra são mais utilizados do que os localizados ao sol, como é o caso dos bancos na área central do EPL, onde não existem árvores de sombra, sendo estes muito pouco utilizados.</p>	
<p>Observou-se baixíssima utilização da área de bicicross (fig. 4.57).</p>	

Dos moradores da Área 3, 70,5% freqüentam o parque Horto Florestal e no parque 93% dos freqüentadores vêm de outras áreas da cidade que não a área adjacente a ele. Os usuários chegam, na maioria das vezes, de ônibus ou de carro (43% e 27%) ou a pé (27%), demonstrando que só estes vêm de áreas suficientemente próximas.

4.2.2.4 Comparação entre os Espaços Públicos de Lazer

Entre os EPLs estudados, os mais usados são a Praça Copatrabalho e o Parque Horto Florestal, enquanto a Praça Itanhangá apresenta um volume de uso bastante reduzido.

A Praça Copatrabalho, localizada numa área com grande demanda de espaços de lazer, apresenta-se como um espaço de relativa qualidade, com atividades que suprem, em parte, a demanda, devido ao tamanho reduzido em relação ao número potencial de usuários. Tem o espaço dominante destinado a esportes de uso coletivo, em atividades que congregam grupos maiores de usuários.

O Parque Horto Florestal com sua variedade de espaços, equipamentos e programação intensa, facilidade de acesso em relação à grande parte da cidade e cuidado com o projeto, atende, também, a diferentes demandas e transformou-se num forte referencial de lazer para a cidade. Oferece possibilidades de atividades, sejam ativas, sejam passivas, em pequenos

grupos ou, em alguns casos, em grandes grupos. É notada, porém, a falta de quadras esportivas que permitam outras alternativas para atividades grupais.

A Praça Itanhangá, apesar da beleza natural, oferece possibilidades de uso muito restritas, tanto em atividades como em acesso (proibição de entrada de vários artefatos e existência de grades com cerca viva; poucas linhas de transporte coletivo nas imediações), e isto se reflete no volume de utilização do espaço. Além disso, localiza-se em área de baixa densidade populacional e onde não existe uma demanda forte por espaço de lazer, pela facilidade de acesso a outras alternativas por parte daquela população.

Os três EPLs são diferenciados quanto à acessibilidade, pois se o Parque Horto Florestal, com uma área de 4,8ha, é fechado por grades, estes não ‘fecham’ o espaço, enquanto a Praça Itanhangá, com 1,8ha fechados por grades em duas frentes e por altos muros nas laterais, transmite a sensação de um espaço mais ‘enclausurado’. Além disso, a manutenção de um dos três portões, constantemente trancado, aumenta a falta de acessibilidade a este EPL. A Praça Copatrabalho não é fechada por grades, tornando-a localmente mais acessível do que os outros dois espaços.

A Praça Itanhangá é utilizada para caminhadas pelos moradores das proximidades, a Praça da Copatrabalho é utilizada mais para esportes pelos moradores masculinos da área e o Parque Horto Florestal é utilizado por moradores de toda a cidade, nas mais diversas atividades de lazer. Caminhada é a atividade mais procurada no EPL 3, por moradores das redondezas, conforme respostas aos questionários.

Não foram observadas atividades cívicas ou movimentos civis nos três EPLs. Porém, pelos depoimentos colhidos em entrevistas, no Parque Horto Florestal são realizadas, freqüentemente, comemorações ligadas ao poder municipal.

Os três EPLs são bem conservados – um pouco menos a Praça Copatrabalho, mais desgastada pelo uso intenso – sendo a responsabilidade da manutenção destes espaços decorrência de convênios da municipalidade com entidades da sociedade civil. A manutenção indica ser um item que influencia positivamente no uso dos três espaços estudados.

Comparando os espaços mais utilizados nos três EPLs, na Praça Copatrabalho é marcante a aglomeração em torno das cercas que delimitam as quadras. Com a altura de 90cm nas laterais, tornam-se muito utilizadas como apoio para observar os jogos que estejam

acontecendo nas quadras. O espaço entre as quadras não seria suficiente para acomodar a todos assentados.

Todos os espaços desta praça são utilizados e pontos de aglomeração acontecem nos locais que forneçam assento ao mesmo tempo que estejam à sombra.

Ambientes com sombra são mais utilizados do que ambientes ensolarados, em todas os três EPLs. Áreas sombreadas que têm bancos são, em geral, mais usadas do que áreas sombreadas que não têm bancos, enquanto locais sombreados, mas sem equipamento, tendem a ser pouco usados. Locais isolados são evitados, como, por exemplo, a área perto do portão fechado na Praça Itanhangá, com o parquinho infantil totalmente isolado do restante do EPL.

No Parque Horto Florestal é grande o sucesso da lanchonete, com sua localização próxima ao parquinho, com vista para o espaço central do parque e com as facilidades típicas de um barzinho – alimentação, assentos, sombra e música. A pista de skate é outro espaço de uso concentrado. Neste caso, a existência do equipamento e a possibilidade de sentar à sombra são os fatores que permitem o preenchimento desta demanda por parte dos jovens. A pista de caminhadas tem, espalhado ao longo de seu percurso, grande número de usuários. A existência deste equipamento em condições de sombreamento é um fator que permite o seu uso também em horários mais quentes do dia. Neste EPL, ainda, observa-se uso concentrado sempre que há assentos à sombra.

A pista de caminhadas é o único equipamento que concentra um bom número de usuários na Praça Itanhangá. As condições de manutenção e a vista agradável que a envolve são fatores que influenciam positivamente no seu uso.

Nota-se, portanto, que a presença de *equipamentos, arborização e atividades para observar* são os motivos mais recorrentes para aglomerar usuários nos EPLs estudados.

Sobre locais ociosos nestes EPLs, foram identificados vários na Praça Itanhangá e uma parte razoável do espaço planejado no Parque Horto Florestal – a pista de bicicross. Na Praça Itanhangá, a área em torno do coreto, o parquinho infantil e a área perto do 3º portão – que permanece fechado -, além da faixa perto do córrego mais profundo - o que atravessa o EPL -, são áreas onde não foram observados usuários.

A área que circunda o coreto, na Praça Itanhangá, caracteriza-se por ocupar um espaço significativo da praça sem ter um destino claro: não foram propostas atividades para o coreto e nem para a área circundante. O piso azul em blocos de concreto não se prestaria para brinquedos como skate ou patins, mesmo que fossem permitidos, e a sua colocação no centro de uma área gramada, sem sombra e sem mobiliário, desestimula o seu uso.

A falta de acesso pelo terceiro portão e a falta de alternativas de estares e locais para sentar, mesmo que informais, também são fatores que esvaziam o EPL1, desencorajando o uso da maior parte de sua área.

Enquanto os parquinhos infantis das EPLs Copatrabalho e Horto Florestal são bastante utilizados, o da Praça Itanhangá é evitado. O fato de ter seu acesso segregado da vista e do movimento de pessoas da praça; apresentar poucos equipamentos e os existentes estarem em péssimas condições de manutenção; não ter sombra e não existirem locais para sentar em suas proximidades, tem garantido o seu total fracasso como espaço atrator³⁰.

No entanto, o parquinho da Praça Copatrabalho é visualizado por quem passa nas ruas adjacentes, tem locais para sentar perto da sua entrada, e tem vários equipamentos em condições suficientes de manutenção. Apesar de reclamações quanto à necessidade de troca da areia, a demanda por atividades de lazer está garantindo o seu uso intenso.

O parquinho infantil do Parque Horto Florestal é um dos equipamentos deste EPL que mais contribui como atrator de usuários para o espaço. Apresenta vários itens favoráveis ao seu uso: está localizado num espaço relativamente central, portanto visível, do parque; não é fechado por cerca podendo ser acessado e visualizado facilmente; tem equipamentos temáticos interessantes para as crianças, embora exista a necessidade de um maior número de brinquedos. Tem grande número de possibilidades de assento nas suas imediações, tanto na lanchonete próxima (onde os adultos podem se ocupar enquanto observam a criança) quanto em bancos distribuídos ao sol e à sombra. As árvores existentes não propiciam sombra suficiente, fazendo com que o parquinho seja mais utilizado nas horas de sol menos intenso.

No Parque Horto Florestal, na área destinada a bicicross, o número de usuários observados foi muito baixo, principalmente em função do tamanho desta área destinada a

³⁰ Elemento que tem a propriedade de atrair usuários .

bicicletas. As possíveis razões desta sub-utilização podem ser identificadas no pequeno comprimento do percurso e sua formalização; na falta de outras opções de atividades, na mesma área, que sejam alternativas intermediárias e na dificuldade para aproveitar os demais ambientes do parque estando-se de bicicleta, já que não é permitido o acesso deste artefato no restante do parque e não existe como guardá-lo com segurança; e, ainda, a falta de vegetação que torne o percurso mais agradável e possibilite o sentar à sombra.

Na Praça Copatrabalho não foram identificados espaços ociosos.

4.3 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E FATORES CONTEXTUAIS

As relações entre os aspectos físicos e a intensidade de uso dos espaços abertos investigados são analisadas a seguir, levando-se em conta fatores contextuais como adequação ambiental, agradabilidade e aparência, percepção de segurança e acessibilidade, considerados influentes para o tipo e intensidade de uso dos espaços abertos públicos.

4.3.1 Adequação ambiental

Neste item, são analisados os atributos físicos das ruas e EPLs que afetam a avaliação de adequação ambiental. É analisada a adequação: da vegetação existente em proporcionar sombreamento; do dimensionamento dos espaços existentes em relação ao número de usuários e em relação ao tipo de atividades propostas; da pavimentação e da iluminação, nos espaços estudados, e do mobiliário (bancos, mesinhas, brinquedos) quanto ao número e manutenção.

4.3.1.1 Atributos físicos das ruas

Buscando esclarecer a relação entre certos atributos físicos dos espaços públicos e o tipo e a intensidade de uso, procurou-se conhecer a avaliação das calçadas do próprio bairro pelos respondentes das três áreas estudadas, o que fica explicitada na tabela a seguir:

Tabela 4.6 – Adequação das calçadas

	Largura insuficiente	Pavimentação inadequada	Pouca Sombra	Falta de Locais p/sentar
Área 1	24%	25%	27%	41%
Área 2	49%	31%	30%	37%
Área 3	23%	59%	7%	14%

a) Dimensionamento

A largura das calçadas é percebida como significativamente diferenciada entre as três áreas (Phi, Sig. = 0,01).

A percepção de largura insuficiente das calçadas é maior na Área 2, onde todas as calçadas, exceto a Av. Florestal, têm largura mínima de 1,50m. O uso dos espaços públicos para atividades sociais demandaria larguras maiores, e o estreitamento adicional imposto por barreiras nas calçadas que já são, em si, mínimas, influem nesta percepção.

No total da amostra, é identificada uma correlação entre a *percepção da adequação da largura das calçadas* e o *uso dos espaços próximos à residência para atividades sociais* (Sig. = 0,026; Spearman = 0,1433), sugerindo que uma maior largura das calçadas corresponderia a um aumento de seu uso para atividades sociais.

b) Pavimentação

A inadequação da pavimentação foi mais ressaltada na Área 3, onde são encontradas calçadas predominantemente cimentadas, mais antigas e que sofrem falta de manutenção em vários pontos, com falhas de continuidade na pavimentação. Os desníveis também aparecem ali, como nas demais áreas. A presença de barreiras nas calçadas, como canteiros, lixeiras,

raízes de árvores, materiais de construção, inexistência ou precariedade da pavimentação, aparecem em todas as áreas estudadas e quanto mais estreita a calçada mais pungente fica o problema das barreiras, dificultando e até impedindo a circulação.

Na amostra total é identificada correlação entre o *uso dos espaços próximos à residência para atividades sociais* e a *adequação das calçadas quanto à pavimentação* (Sig. = 0,000; Spearman = 0,2648) e entre este *uso* e a *existência de locais adequados para sentar* (Sig. = 0,000; Spearman = 0,2401), sugerindo que se a pavimentação fosse adequada, haveria um aumento do uso das calçadas para atividades como conversar ou observar o movimento.

Contudo, o nível de satisfação com a própria rua não apresentou correlação com a largura e a pavimentação das calçadas, assim como a intensidade de uso não parece estar relacionada a características físicas positivas ou negativas das ruas. As calçadas da Área 2 são as mais estreitas e com piores condições de circulação, devido à presença de barreiras e má qualidade da pavimentação, no entanto esta é a área onde acontece a maior intensidade de uso das ruas para todo o tipo de atividades sociais, além de grande volume de circulação de pedestres.

c) Vegetação

O sombreamento é percebido de maneira significativamente diferenciada entre as três áreas (Phi, Sig = 0,042).

A maior oferta de árvores para sombreamento, por metro de rua, é encontrada na Vila Carvalho. Depois, na avenida principal da Área 2 e na sub-área Búzios.

No total da amostra, o grau de sombreamento das calçadas não apresenta correlação significativa com o fato de serem ou não usadas para atividades como conversar ou observar o movimento (atividades sociais), mas foi identificada uma relação entre a *possibilidade de desenvolver mais atividades nas calçadas* e a *adequação de sombreamento das mesmas* (Phi, Sig. = 0,002). O tipo de atividade que poderia ser intensificado, com a maior adequação do sombreamento, seria brincar/jogar (Phi, Sig. = 0,0002).

Particularmente na Área 3, foi identificada correlação entre o *sombreamento* e *locais considerados adequados para sentar* (Sig. = 0,002; Spearman = 0,4635), indicando que quanto mais sombreada a calçada, mais percebida como adequada para sentar.

O nível de *satisfação com a própria rua* apresentou correlação com o *sombreamento* (Sig. = 0,027; Spearman = 0,1429) e a existência de *bons locais para sentar* nestas calçadas (Sig. = 0,002; Spearman = 0,2430). Assim, evidencia-se a importância de um bom sombreamento e de condições adequadas para sentar nos espaços públicos das calçadas, na construção de um sentimento de satisfação com a própria rua.

Dentro das áreas de estudo, quando analisadas em separado, somente na Área 3 existe correlação entre *sombreamento da rua* e *satisfação com a rua*, (Sig. 0,001; Spearman = 0,4650) e entre *bons locais para sentar* na calçada e *satisfação com a rua*, (Sig. 0,07; Spearman = 0,3998). Fica evidente que, principalmente na Área 3 – Horto, os aspectos de arborização da rua e as condições físicas favoráveis à permanência na calçada, levam à satisfação com a rua.

d) Iluminação

O espaçamento médio entre os postes com luminárias para iluminação pública estão, em média, distribuídos de maneira homogênea (30m), com exceção de uma maior proximidade na Sgto. Amaral (20m). Esta, portanto é a sub-área mais bem iluminada entre as estudadas.

Existe, porém, um resultado final de iluminação, pela relação do distanciamento entre luminárias e a presença de vegetação de grande porte nas ruas das áreas. Por exemplo, entre as sub-áreas Búzios e Sta. Tereza, o distanciamento entre as luminárias públicas é o mesmo, mas o resultado final é de maior luminescência na Sta. Tereza, exatamente pela presença menor de árvores naquela sub-área.

A Av. Florestal apresenta canteiro central arborizado que anula o efeito do menor distanciamento entre as luminárias desta avenida; e a Vila Carvalho, com a arborização mais densa e de maior porte, também tem o efeito da iluminação pública prejudicado, apresentando um resultado final de iluminação semelhante ao da sub-área Búzios.

e) Efeitos da avaliação das ruas sobre os usos

Em relação às ruas estudadas, uma parte dos respondentes sente as condições das calçadas como uma limitação para a realização de atividades. As diferenças entre estas percepções, nas áreas estudadas, são significantes ($\Phi \text{ Sig} = 0,00004$) e distribuem-se conforme a figura 4.58:

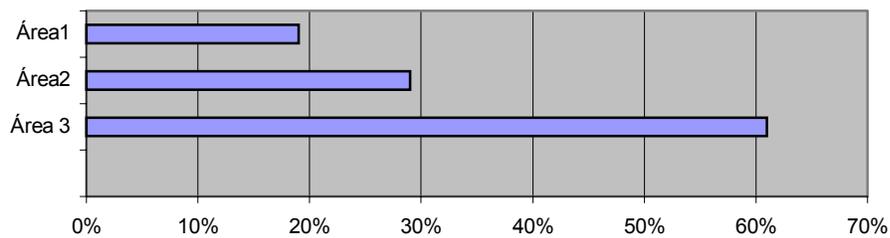


Figura 4. 58 Atividades limitadas pela inadequação das calçadas

Nota-se pela figura acima que na Área 3 – Horto a percepção das calçadas como limitadoras de atividades é a mais intensa (61%), apesar de, nesta área, o levantamento físico ter revelado calçadas mais largas e mais sombreadas. Porém, na avaliação de 59% dos moradores, as calçadas são inadequadas quanto à pavimentação (falta de manutenção, geralmente cimentada ou sua inexistência) e isto pode estar limitando o uso da calçada para atividades sociais, apesar de não ter sido identificada correlação entre as duas variáveis para esta área.

Da amostra total, 64% dos respondentes não mudariam seus hábitos de uso das calçadas, mesmo se elas fossem mais adequadas. Destes, 33 % são moradores da Área 1; 32%, moradores da Área 2; 11%, moradores da Área 3 – o que mostra que na Área 3, onde é mais sentida a inadequação da manutenção da pavimentação das calçadas, há uma maior disposição de usá-las, caso se tornem mais adequadas.

As atividades mencionadas que seriam realizadas, caso as calçadas fossem mais adequadas, são apresentadas na figura 4.59

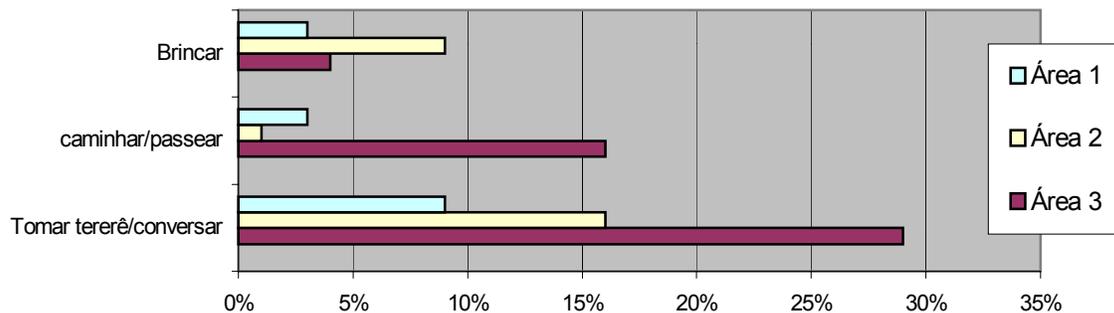


Figura 4.59 Atividades que aconteceriam se calçadas fossem + adequadas

Nota-se aqui que, em todas as áreas, o que a inadequação das calçadas mais restringe é a atividade de sentar na calçada, para conversar ou tomar tererê, principalmente na Área 3.

Na mostra total, é identificada a relação entre a possibilidade de desenvolver *mais atividades nas calçadas* e a *adequação da pavimentação das calçadas* (Phi, Sig = 0,003) ou a *adequação de sombra* nestas calçadas (Phi, Sig. = 0,002). O tipo de atividade *brincar/jogar*, poderia ser intensificado quando as calçadas fossem adequadas *quanto à sombra* (Phi, sig. = 0,00002) e quanto à *pavimentação* (Phi, sig. = 0,01).

Da amostra total, entre todas as variáveis testadas, surge correlação negativa entre a percepção de *ruas desagradáveis para caminhar* e o *hábito de caminhar pelo bairro* (Sig.- 0,035; Spearman = - 0,1361). Isto mostra que se as ruas de um bairro são consideradas desagradáveis para caminhar diminui este hábito entre os moradores. Desagradável refere-se aqui à *pavimentação inadequada* (Sig. = 0,000; Spearman = 0,03433) e ao *sombreamento inadequado* (Sig. = 0,022; Spearman = 0,1477).

As expectativas em relação à adequação de um espaço são diferenciadas entre diferentes níveis sócio-econômicos. Assim, na Área 2, apesar das condições menos adequadas das calçadas, a avaliação de adequação é mais positiva do que na Área 3 e o uso da rua para atividades sociais mais intenso. Na Área 1, a percepção de melhor adequação da calçada não é suficiente para garantir um maior uso do espaço da rua para atividades sociais.

4.3.1.2 Atributos físicos das praças

a) Dimensionamento

O dimensionamento da Praça Itanhangá – EPL1(1,8 ha), projetada para atender bairros de baixas densidades (médias de 35 hab./ha), em área com predominância de terrenos grandes, com extensos jardins e casas e terrenos de tamanhos médios e condomínios verticais com espaços internos comuns –, demonstra ser suficiente para os usos a que se propõe (caminhadas e lazer contemplativo). É, porém, sub-utilizada em relação a seu tamanho e possibilidades.

A Praça Copatrabalho – EPL2, foi projetada para atender a uma população aproximada de 6.000 habitantes (população estimada do conjunto habitacional). Sendo uma área de, aproximadamente, 1ha, pode ser considerada pequena perante a demanda, principalmente de locais para esportes para jovens. Este pode ser um dos motivos pelos quais nota-se a presença intensa de jovens usando os espaços das ruas para jogos, nesta área. A praça, assim como as ruas desta área, é muito usada.

O Parque Horto Florestal – EPL3, uma área de aproximadamente 4,8ha, tendo como proposta atender o âmbito da cidade, parece cumprir com seu papel, pois seu tamanho permite uma apropriação diversificada.

b) Equipamentos

Analisando estatisticamente os resultados em relação ao costume de freqüentar os EPLs de modo geral, encontra-se correlação entre o *uso de EPLs* e a *oferta insuficiente de locais adequados para sentar* (Sig. = 0,045; Spearman = - 0,1296); o fato de o espaço possuir *ambientes tranquilos adequados* (Sig. = 0,000; Spearman = 0,2666) e o fato dos EPLs não oferecerem *opções suficientes de atividades* (Sig. = 0,011; Spearman = - 0,1647).

Quando enfocados separadamente, os três EPLs objeto deste estudo, em relação a adequação dos mesmos, pode-se comentar que:

Na Praça Itanhangá – EPL1, apesar da pequena intensidade de uso, os ambientes de estar com bancos ou similares são insuficientes. Opções informais de locais para sentar, integradas à natureza, poderiam ser apresentadas como alternativas de estar. Equipamentos que dessem suporte a atividades mais variadas são necessários para dinamizar a praça.

É identificada uma correlação entre a percepção de *atividades insuficientes* e a frequência de *uso de EPLs* (Praça Itanhangá – EPL1 : Sig. = 0,02; Spearman = - 0,3092 e Horto Florestal – EPL2: Sig. = 0,018; Spearman = - 0,2684), indicando que uma maior oferta de atividades aumentaria o uso destas praças. A praça Itanhangá, realmente, oferece poucas alternativas de atividades, restringindo-se a caminhadas e à contemplação, faltando principalmente locais e atividades para adolescentes. Já o Horto Florestal oferece atividades programadas diferenciadas, mas durante a semana existe a percepção de falta de diversidade de atividades para suprir as necessidades de usuários mais freqüentes.

Na Área 2, a grande demanda por espaços de lazer e o tamanho limitado da Praça Copatrabalho – EPL2, fazem com que sejam considerados insuficientes os locais para sentar. Nesta praça aparecem correlações entre diversas variáveis e o hábito de *frequentar os EPLs*. Entre eles, a *oferta de bons ambientes de estar* (Sig. = 0,005; Spearman = 0,3409) sugere que, nesta área, o uso da praça aumentaria com a oferta de locais de estar adequados. Também surge uma relação entre a *oferta de coisas para fazer*, tanto na semana (Phi, Sig = 0,2713) quanto no fim de semana (Phi, Sig. = 0,00745) e a *frequência de uso da praça* sugere uma tendência de aumento de uso com o aumento de alternativas oferecidas.

c) Vegetação

A vegetação é abundante na praça Itanhangá, em forma de gramados, arbustos e árvores de médio porte – dominando a totalidade da praça -, e no parque Horto Florestal, com árvores de grande porte – na reserva que forma um bosque -, além de canteiros, gramados e algumas árvores no restante do parque. Na praça Copatrabalho, a vegetação, apesar de nova, já apresenta porte suficiente para fornecer sombreamento e está presente sobre os ambientes de estar.

As percepções de sombreamento nos EPLs são semelhantes (65% na Itanhangá, 64% na Copatrabalho e 62% no Horto Florestal).

Não foi identificada correlação entre a percepção de sombreamento e a frequência de uso das praças públicas; contudo, com o clima quente e muito ensolarado da cidade, a sombra é um requisito fundamental para o conforto.

d) Pavimentação

A Praça Itanhangá – EPL1 é predominantemente recoberta por gramados, o que lhe confere um conforto térmico maior; porém, limita um pouco o uso, pois as pessoas resistem, de certo modo, a pisar nos gramados. A pista de caminhadas, revestida com manta asfáltica, funciona bem, e o espaço em torno do coreto, revestidos em blocos de concreto pintados de azul, não é utilizado, provavelmente pela falta de alternativas de uso, pela proibição de entrada de artefatos de rodas na praça e pelo excesso de sol que se reflete no pavimento.

A Praça Copatrabalho – EPL2 tem pavimentação em cimentado, piso que favorece o uso de patins, triciclos e bicicletas. São brinquedos que se observa frequentemente no espaço da praça. As quadras são revestidas com grama, areia e cimento. A colocação de alguns canteiros de grama, invadindo a calçada lateral da rua Pequi, com caminho de toras de eucaliptos servindo de passeio, não demonstrou ser solução eficiente, pois as pessoas evitam caminhar sobre as toras e caminham sobre o gramado, danificando-o. A limpeza das pavimentações é um dos pontos que os usuários da praça Copatrabalho apontam como deficiente.

O Parque Horto Florestal – EPL3 tem diversos tipos de pavimento revestindo sua superfície tais como, pedra portuguesa (na praça central), chapas metálicas corrugadas (na rampa), asfáltico (na pista de caminhadas), saibro (na pista de bicicross) e gramados. A pedra portuguesa branca, em muitos dias de sol intenso, se torna incômoda, pelo reflexo da luz solar. O piso asfáltico da pista de caminhadas está protegido pela sombra das árvores, que diminui a irradiação de calor. No geral, a pavimentação deste parque é diversificada, eficiente e bem mantida.

Não foi identificada correlação entre a manutenção da pavimentação e a frequência de uso das praças.

e) Iluminação

Todas as três praças possuem iluminação em postes altos (aproximadamente 8m) e nas Praças 1 e 3 também em luminárias mais baixas (aproximadamente 4m), iluminando melhor abaixo da vegetação de grande porte. No EPL1 a iluminação auxiliar da pista de caminhadas reforça a luminescência daquele equipamento e da praça como um todo. O EPL2 tem iluminação especial para as quadras e iluminação padrão para o restante da praça.

A adequação da iluminação dos EPLs é percebida como eficiente, na praça Itanhangá (60%), na Copatrabalho (66%) e no Horto Florestal(78%).

Foi identificada uma correlação entre a *percepção da iluminação da praça* e o *hábito de freqüentar espaços públicos de lazer* (Sig. = 0,045; Spearman = 0,1297), indicando que se o EPL é percebido como bem iluminado, a tendência de freqüentá-lo é maior. A Praça Copatrabalho é utilizada no início da noite para jogos e conversas em noites quentes e o Parque Horto Florestal é utilizado para caminhadas até a hora de fechar os portões e para programações variadas na arena multiuso.

4.3.2 Aparência e agradabilidade

De modo geral, o que os respondentes das três áreas mais apreciam na cidade é sua tranquilidade e sua aparência em relação à presença de uma vegetação exuberante na paisagem urbana. Fica, também, constatado que a aparência negativa de certos lugares (questões estéticas e de manutenção) afeta negativamente a avaliação de desempenho.

A agradabilidade percebida pelos respondentes não está relacionada exclusivamente a aspectos contextuais. Quando questionados sobre esta qualidade, o nível de satisfação com o bairro e com as ruas é fortemente afetado, além da tranquilidade, também pelas relações de amizade existentes. Os aspectos mencionados, prioritariamente, e que justificam a percepção de agradabilidade do bairro e da rua foram: tranquilidade na Área 1, amizades e tranquilidade na Área 2 e tranquilidade e amizades na Área 3.

Nas Ruas

As percepções relativas à agradabilidade do bairro se distribuem da seguinte maneira entre os moradores respondentes:

Tabela 4.7 Agradabilidade do próprio bairro

	Área1	Área2	Área3
Seu bairro é agradável para viver	98%	100%	95%
É um dos locais mais agradáveis da cidade	46%	59%	20%
As pessoas se sentem bem em morar no bairro	82%	89%	91%
Há bastante árvore nas calçadas	71%	71%	79%

No Itanhangá - Área 1, a quase totalidade dos respondentes moradores acham o bairro agradável para viver e 15% apontam aspectos relativos à aparência, tais como árvores, limpeza, a praça, como causa desta satisfação. A presença de árvores no espaço público é maior na sub-área Búzios (em relação à Sta.Tereza), assim como a largura das ruas e calçadas, o que lhe confere amplitude; porém, a grande incidência de muros altos, sem visão para as edificações, traz consigo uma certa monotonia. A sub-área Sta. Tereza apresenta qualidades positivas particulares na congruência das edificações e nas relações espaços construídos/espaços não construídos. A preocupação com a jardinagem na própria calçada, a qualidade das edificações, a existência da praça Itanhangá nas proximidades, a manutenção das pavimentações e a limpeza nas duas sub-áreas da Área 1 favorecem a aparência visual destas sub-áreas.

Na Copatrabalho – Área 2, a totalidade dos respondentes moradores percebe o bairro como agradável para viver. O fato de todas as ruas serem pavimentadas, haver ocupação de todos os lotes, com edificações e com os fechamentos bem marcados e conservados, a rua principal - Av. Florestal – ser larga e arborizada, existir um quarteirão central com equipamentos comunitários do bairro (entre eles a praça) e uma razoável arborização nas calçadas favorecem positivamente a aparência visual do bairro. As questões de obstrução e falta de manutenção das calçadas e de várias edificações, a própria largura das calçadas, bastante estreitas, não parece afetar a visão geral de agradabilidade do bairro. A alta frequência da percepção de que o bairro é um local muito agradável e um dos locais mais agradáveis da cidade, entre os moradores desta área (59%), coincide com o fato desta ser a área de estudo com maior grau de apropriação de suas ruas.

No Horto – Área 3, uma alta percentagem dos respondentes moradores consideram o bairro agradável para viver. A arborização mais antiga, da Vila Carvalho, a proporção entre espaços construídos e espaços não construídos com os quintais entrevistados pelos muros baixos, a largura ampla de várias ruas e calçadas com o fluxo médio ou pequeno de veículos propicia um aspecto agradável à sub-área. A variedade de formas das edificações, a própria idade destas (antigas, para os padrões da cidade) e a grande proporção de fechamentos que permitem a visão das edificações e dos quintais também contribuem neste sentido. Por outro lado, a manutenção falha de várias calçadas e edificações prejudicam a imagem positiva do lugar. Na Sgto. Amaral, uma certa homogeneidade do padrão das casas, dos tipos de fechamento, somada a variedade introduzida pelas modificações das edificações originais, dão um caráter positivo à aparência do conjunto.

Foi identificada uma correlação entre *agradabilidade das ruas do próprio bairro* e o *uso das ruas do bairro para caminhar* (Sig. = 0,035; Spearman = 0,1361), indicando que quanto mais agradável o bairro for aos olhos do usuário, mais ele caminha pelas suas ruas e vice-versa.

Foi ainda identificada uma correlação entre a percepção de *agradabilidade do bairro* e o *uso dos espaços próximos à residência para atividades sociais* (Sig. = 0,000, Spearman = 0,2496), da mesma maneira que existe uma correlação entre *gostar do bairro* e *usar os espaços próximos* (Sig.=0,000, Spearman = 0,2492). Portanto, quanto mais as pessoas usam os espaços abertos, mais tendem a achar o próprio bairro agradável e a gostar dele.

Apesar da presença de vegetação ser, isoladamente, um dos fatores mais apreciados na cidade de Campo Grande (22% da amostra) e esta, sem dúvida, influenciar positivamente na percepção da aparência da cidade, só 6% dos moradores respondentes das áreas mencionam a aparência como fator importante para gostar de sua rua e 5% para gostar do próprio bairro.

Nos Espaços Públicos de Lazer

Algumas das percepções dos respondentes sobre aspectos relacionados à aparência dos três EPLs estudados são apresentados na tabela 4.8:

Tabela 4.8 Aparência dos espaços públicos de lazer

	Pr. ITANHANGÁ	Pr. COPATRAB.	Pq. HORTO
Bonita	98%	66%	96%
Sombra suficiente	65%	64%	62%
Boa manutenção	85%	24%	80%

As entrevistas, mapas mentais e questionários indicam ser os EPLs estudados elementos marcantes em suas respectivas áreas de influência, sempre referidos como marco referencial importante em imagem positiva.

A Praça Itanhangá, por ser um EPL com vegetação abundante e córregos mantidos em seu aspecto “natural”, desperta sentimentos de agradabilidade nos usuários. O desenho elaborado dos portões e a boa manutenção favorecem esta percepção. Na Praça Itanhangá foi identificada uma relação entre a percepção de que o EPL é bonito e a frequência com que o indivíduo o utiliza (Φ , Sig. = 0,02456). Isto é, indivíduos que frequentam o EPL mais intensamente, o consideram bonito.

Na Praça Copatrabalho, também existe correlação entre o *uso do EPL* e sua *aparência* (Sig. = 0,011; Spearman = 0,3018) e entre este *uso* e a *oferta de estares convidativos* (Sig. = 0,0002; Spearman = 0,3592), mostrando que para os usuários desta praça quanto mais positiva a aparência maior seu uso. Justamente, este é o EPL considerado ‘bonito’ por uma proporção menor de usuários, indicando que investimentos na aparência deste espaço incrementariam ainda mais o seu uso. A manutenção deste EPL é a menos eficiente entre os três estudados (principalmente na limpeza e conservação do mobiliário e equipamento do parquinho) e alguns aspectos de seu planejamento, em especial a colocação do posto policial bem na entrada do EPL, afetam a percepção da aparência. Por outro lado, o cuidado com alguns aspectos de desenho (pavimentação, desenho dos conjuntos de mesas e bancos, equipamento e fechamento do playground) e a vegetação em crescimento, já atingindo um porte médio, são pontos positivos em relação à aparência.

O mais criticado é a manutenção deficiente (31%), principalmente a manutenção geral (12%) e a manutenção do parquinho (10,5%). Porém, não foram identificadas relações entre a percepção do nível de manutenção desta praça e o costume de frequentar EPLs.

No Parque Horto Florestal não foram identificadas relações estatísticas entre a aparência e a frequência de uso do EPL, apesar de 96% dos respondentes usuários deste

parque o considerarem bonito e com estares convidativos. O morador do Horto tende a perceber os EPLs em geral (lembradas por 50% dos respondentes moradores desta área) como sendo os locais mais agradáveis da cidade.

A grande massa de vegetação de grande porte e o cuidado com o projeto de todos os ambientes do parque, além do seu enriquecimento através de elementos simbólicos, colocação de espelho d'água e manutenção dos espaços configuram a aparência positiva do parque. As qualidades mais frequentemente mencionadas como positivas pelos usuários do parque foram 'aspectos da paisagem' (vegetação, água, animais...) (46%) e tranquilidade (26%), aqui entendida como um espaço de silêncio no ambiente mais conturbado da região central da cidade.

4.3.3 Segurança

O que mais desagrada na cidade, de maneira mais recorrente, é a sensação de insegurança ou violência, apontada por 17% dos respondentes. Esta percepção é maior entre os moradores da Área 3 - Horto - (29,5%) do que entre moradores das outras duas áreas (em torno de 12%). Como a Área 3 é mais próxima ao centro e a equipamentos como a Rodoviária, ao mesmo tempo que é limitada pela Av. Calógeras - rua comercial onde, à noite, funcionam pontos de prostituição - , este percentual mais acentuado se explica.

4.3.3.1 Percepção de segurança nas ruas

Os dados computados pela Polícia Militar sobre ocorrências registradas num ano em bairros da cidade, pode dar uma idéia da situação de segurança dos bairro:

Tabela 4.9 Número de ocorrências registradas na PM/CG em 1999*

Búzios (A1)	28
Sta. Tereza (A 1)	
Copatrabalho (A 2)	178
Vila Carvalho** (A	251
Sgto. Amaral (A 3)	29

* Refere-se a 140 tipos diferentes de ocorrências

** os limites da Vila Carvalho para a PM são maiores do que os da sub-área deste estudo.

Conforme informações colhidas em entrevista, a Polícia Militar considera a Área Itanhangá uma região de poucas ocorrências, provavelmente em decorrência da presença de guardas particulares e de segurança eletrônica. A Copatrabalho, apesar da presença do posto policial, que diminui as ocorrências, tem nos seus arredores bairros de maior violência que acabam influenciando os índices. Na área do Horto, a Vila Carvalho sofre a influência negativa dos pontos de prostituição e drogas da Av. Calógeras e proximidades.

As percepções quanto à segurança do próprio bairro se diferenciam significativamente entre as áreas de estudo. A tabela 4.10 sintetiza as percepções dos moradores respondentes:

Tabela 4.10 Segurança das ruas do bairro

	Área 1	Área 2	Área 3
Ruas seguras	49%	54%	77%
Ruas perigosas à noite	43%	40%	39%
Perigoso p/crianças de dia	44%	43%	34%
Poucas pessoas / pouco seguras	39%	40%	25%
Pessoas estranhas/ ruas inseguras	55%	44%	36%
Ruas seguras quanto ao tráfego	37%	39%	61%
Perigoso crianças calçadas/veloc.	81%	74%	48%
Visibilidade da rua/controlado	41%	53%	77%

OBS.: O único item desta tabela que não apresentou diferença de percepção estatisticamente significativa, entre as áreas, foi 'poucas pessoas nas ruas portanto ruas pouco seguras'.

Os dados da tabela indicam que a percepção de segurança na Área 3 é sempre maior do que nas outras duas áreas, apesar desta ser a área que mais critica a falta de segurança da cidade. A proximidade da Av. Calógeras, com seu histórico de ocorrências policiais, parece não estar influenciando a percepção de segurança para estes moradores.

Uma percepção intermediária de segurança aparece na Área 2. Entre as três áreas, a Área 1, com menos ocorrências policiais, maior número de guardas particulares nas ruas e menor grau de apropriação pelos moradores é a que tem a percepção de ruas menos seguras, em sua própria área.

O sentimento de segurança com o bairro aparece no fato de se deixar ou não as crianças irem às compras sozinhas, brincarem nas ruas (como nas Áreas 2 e 3). Embora não tenha sido identificada correlação entre frequência de uso e percepção de segurança, nota-se que a presença de moradores nas ruas (como ocorre nas Áreas 2 e 3) traz uma maior percepção de segurança do que a presença de guardas particulares (como na Área1).

4.3.3.2 Percepção de segurança nos EPLs

As percepções dos respondentes usuários dos EPLs quanto à sua segurança estão organizadas na tabela 4.11:

Tabela 4.11 Segurança nos EPLs

	EPL 1	EPL 2 (sem grades)	EPL 3
Segura	84%	51%	77%
Perigosa à noite	24%	43%	46%
Aprovam grades	87%	54%	93%
Boa iluminação	60%	66%	78%

De modo geral, é identificada uma correlação entre a *frequência de uso dos EPLs* e o fato dos espaços serem *bem iluminados* (Sig. 0,045; Sperman = - 0,1297) e entre a *falta de hábito de freqüentar os EPLs* e a *percepção de insegurança* (Sperman: Sig.0,015 e Corr. 0,1561), assim, se o EPL é percebido como inseguro ou mal iluminado - o que traz também uma sensação de insegurança - , ele é menos freqüentado.

A abundante vegetação arbustiva, na Praça Itanhangá, que dificulta a visualização, pode estar trazendo a sensação de deficiência de iluminação para uma parte dos usuários (40%). Neste EPL existe uma correlação entre a percepção de iluminação deficiente e a percepção da praça ser insegura à noite (Sig. = 0,040; Spearman = 0,2706). Mas este é o EPL considerado mais seguro, entre os três analisados (84% dos usuários o considera seguro). A existência de grades e a presença constante de seguranças parece estar favorecendo esta percepção (apesar de não ter sido identificada relação estatística).

A insegurança atribuída à Praça Copatrabalho (49%), percebida como a mais insegura entre os três EPLs, deve-se, em parte, ao uso da praça, durante a noite, por gangues de adolescentes oriundos de outros bairros (dado de entrevistas). Neste EPL, a iluminação é suficiente para permitir jogos noturnos nas quadras e para o espaço todo ser utilizado durante as primeiras horas da noite.

O posto policial existente na praça permanece aberto toda a noite, o que inibe a ocorrência de violências.

O Parque Horto Florestal é percebido como bastante seguro (77% dos usuários). A colocação estratégica de guardas, a existência de grades e portões, o uso intenso e diversificado do parque parecem contribuir para esta percepção. Conflitos entre usuários é uma das críticas feitas de maneira mais insistente com relação a este parque, podendo este aspecto estar influenciando a percepção de insegurança do parque.

Quanto ao uso dos EPLs, quando analisadas separadamente, foram identificadas algumas correlações com fatores de segurança. Na Área 1 - Itanhangá, existe correlação entre a *percepção de insegurança noturna na Praça Itanhangá* e a *falta de hábito de usar a praça* (Sig. = 0,047; Spearman = 0,2693). Na Copatrabalho, correlação entre o *uso da Praça Copatrabalho* e a *percepção geral de segurança da praça* (Sig. = 0,023; Spearman = 0,2774) e também com a percepção de insegurança noturna (Sig. = 0,025; Spearman = - 0,2735). Na Área 3, não foram identificadas estas relações. Assim, para o usuário da Praça Itanhangá e da Praça Copatrabalho as questões de segurança estão diretamente relacionadas com a frequência de uso do EPL: quanto maior a percepção de segurança maior o uso do espaço. O EPL 2 é o espaço de lazer considerado mais inseguro e ao mesmo tempo é o mais intensamente utilizado, o que sugere que a percepção de insegurança refere-se unicamente ao período noturno.

Apesar da existência de grades e de guardas nos EPLs 1 e 3, a percepção de segurança durante a noite diminui muito ficando, no EPL1, que durante o dia é percebido como o mais seguro, menor do que no EPL 2. O uso do EPL 2 durante a noite não fica limitado por fechamento de portões e a praça passa a ser freqüentada pelos grupos de adolescentes.

Foram encontradas algumas correlações entre a *aprovação da existência de grades* e o *sentimento de segurança* do EPL e entre *segurança diurna* e *segurança noturna*:

Tabela 4.12 Segurança x fechamento do EPL

	EPL 1	EPL 2	EPL 3
Aprovação Grade X Praça segura	-	-	Sig = 0,025; Sperman = 0,2547
Aprovação Grade X Insegurança perc./ noite	-	Sig. = 0,000 Sperman = 0,5088	-

De acordo com os dados, somente o parque Horto Florestal é percebido mais seguro por ser fechado com grades. E, os resultados indicam que a Praça Copatrabalho seria percebida como mais segura se fosse fechada com grades.

4.3.3.3 Segurança quanto ao tráfego

Na Área 1, a tranquilidade da própria rua é o fator mais importante para a apreciação das ruas (42%). Apesar das Áreas 1 e 2 não serem consideradas seguras quanto ao tráfego, o bairro é considerado tranquilo e, na Área 2, muitas crianças brincam nas ruas.

Não foi identificada correlação entre o uso das calçadas para atividades sociais ou para caminhar pelo bairro e a segurança quanto ao tráfego que estas ruas possam apresentar, em nenhuma das áreas.

A largura das calçadas de 1,5m nas Área 2 e sub-área Sta. Tereza (Área1), podem estar ligadas à percepção de insegurança das ruas, pois, na verdade, estas duas áreas apresentam pequeno fluxo de veículos em suas ruas internas³¹. Na Sta. Tereza, a proximidade da rua

³¹ Ruas internas, neste caso, se refere à ruas do interior da sub-área estudada e não as ruas limites.

Chaadi Scaff pode estar influenciando, já que esta é uma rua de fluxo de veículos mais intenso. Na Área 2, apesar de existir a percepção de insegurança quanto ao tráfego, as crianças são encontradas nas ruas tanto caminhando quanto jogando.

Na Área 3, a largura ampla de certas ruas (15m), diminui a sensação de insegurança ao tráfego que o fluxo existente de veículos de passagem pela área poderia trazer e deve estar influenciando a maior percepção de segurança da área.

Em todas as áreas, a frequência de *uso dos espaços próximos à residência para atividades sociais* apresentou correlação com *a percepção de que a rua é insegura por causa de velocidade de veículos* (Sig. 0,000; Spearman = - 0,4794). Diminui o uso da rua como espaço para atividades sociais quando a rua é percebida como insegura.

É também identificada correlação negativa entre *a percepção de perigo para as crianças brincarem nas calçadas* e *o fato das ruas do bairro não serem seguras por causa da velocidade dos automóveis* (Sig. = 0,000; Spearman = 0,4044), indicando que a limitação maior, no que concerne à segurança das calçadas é a percepção de perigo com o trânsito, mesmo quando não exista trânsito intenso ou veloz, mais do que com o crime. A área onde esta correlação é mais fortemente constatada é a Área 3 (Sig. = 0,000; Spearman = 0,5514), seguida da Área 2 (Sig. = 0,030; Spearman = 0,2630). Na Área 1 não foi identificada esta correlação.

4.3.3.4 Controle visual nas ruas e EPLs

O fato de poder ver a rua de dentro do próprio lote, ou da própria casa – correspondência espacial – é um fator que facilita o controle sobre o espaço próximo à residência trazendo, com isso, maior sensação de segurança e maior uso. Foi identificada correlação entre *a visibilidade da rua* e *o seu uso só para deslocamentos* (Sig. = 0,012; Spearman = - 0,1623) e entre esta *visibilidade* e *o hábito de usar as ruas para passeios* (Sig. 0,019; Spearman = 0,1519) indicando que quanto mais se tem uma visão da rua de dentro do próprio lote, mais esta é usada para outras atividades que não só deslocamentos. Esta relação sugere que a percepção de segurança que a visibilidade traz, pode estar influenciando os hábitos de uso da rua.

O levantamento físico mostra o controle visual existente, decorrente do fechamento espacial, realizado sempre no limite do lote (uma constante na cidade de Campo Grande), dentro das áreas de estudo:

Tabela 4.13 - Fechamento espacial

	Muros altos	Gradis altos	Fechamentos baixos
Búzios (Área 1)	66%	29%	5%
Sta. Tereza (Área 1)	50%	40%	10%
Copatraba. (Área2)	14%	66%	20%
Vila Carvalho (Área 3)	15%	68%	17%
Sgto. Amaral (Área 3)	18%	66%	17%

A possibilidade de controle visual da rua apresenta-se, portanto, diferenciada entre as áreas: maior controle possível nas Áreas 2 e 3, controle intermediário na sub-área Sta. Tereza e menor controle na rua Búzios. Além disso, o hábito freqüente, observado nas Áreas 2 e 3, de manter a porta aberta de frente para a rua, possibilita, através da continuidade espacial, um controle maior daquele espaço. A intensidade de uso da rua é maior na Área 2 e intermediário nas sub-áreas da Área 3, enquanto o grau de visibilidade é alto em todas as três áreas. Nas sub-áreas da Área 1 a intensidade de uso das ruas é um pouco maior na Sta. Tereza do que na Búzios e muito menor do que nas outras áreas.

Na sub-área Búzios, os lotes são fechados, geralmente por muros altos (acima de 2m), o que impede o contato visual entre dentro e fora do lote e mesmo quando o fechamento é por gradil as soluções arquitetônicas não favorecem o contato visual com a rua. Nesta sub-área, proporcionalmente ao número de moradores da rua, foi encontrado o menor número de pessoas nas calçadas. Na sub-área Sta. Tereza o fechamento dos lotes é feito, tanto por muros quanto por gradis e, neste caso, a solução arquitetônica adotada de janelas da sala voltadas para a rua permitem o contato visual entre o interior da casa e o espaço público. Nesta sub-área, apesar da possibilidade maior de controle da rua pelos moradores, foi encontrado, proporcionalmente, quase o mesmo número de pessoas nas calçadas que na sub-área Búzios.

Na Área 2, as soluções de fechamento permitem um controle visual maior do que na Área 1 e o número de pessoas encontradas nas calçadas é, proporcionalmente, muito maior (quase o dobro).

Na Área 3, as soluções de fechamento que possibilitam a visibilidade para a rua se apresentam em quantidade semelhante as da Área 2 (fig. 4.4) e o número de pessoas encontradas nas ruas é, proporcionalmente, 10% menor que naquela área.

É identificada uma relação entre a *correspondência espacial* (visão da rua desde dentro da residência) e o volume de *uso dos espaços próximos à residência* (K-wallis, Sig. = 0,0589), sugerindo uma tendência de maior uso das ruas para atividades sociais quando a visão destas é ampla de dentro das residências.

Em relação aos EPLs, o controle visual, com a possibilidade de enxergar outras pessoas, outros espaços, pode influenciar no uso do espaço. A grande predominância de zonas de vegetação na praça Itanhangá dificulta, em certo grau, a visualização mais ampla da praça, podendo desestimular a busca de outro espaço da própria praça. O fato desta praça ter parte de seu limite com a rua Chaadi Scaff reforçado com cerca viva, além do gradil, dificulta a transparência e a decisão de entrar na praça.

A praça Itanhangá, por apresentar cerca viva junto ao gradil na Rua Chaadi Scaff, oferece alguma dificuldade de acesso visual para o seu interior.

A colocação do posto policial no limite frontal da praça Copatrabalho dificulta tanto o acesso funcional, quanto o acesso visual ao interior da praça, para quem está na Av. Florestal. No restante, a praça pode ser facilmente visualizada de qualquer ponto.

Devido à transparência do gradil e ausência de vegetação arbustiva, o parque Horto Florestal apresenta uma boa acessibilidade visual, desde longe, para a praça como um todo e da parte externa imediata para o seu interior. Há dificuldade de visualização através da vegetação, no interior do bosque. Como esta parte é bastante procurada para caminhadas, piqueniques e estudos, supõe-se que não esteja influenciando negativamente o uso.

4.3.4 Acessibilidade

As distribuições espaciais que dão maior ou menor facilidade de conexões dentro do próprio bairro, entre os bairros ou com o centro da cidade influenciam o movimento de circulação tanto de pedestres, quanto de veículos, dentro das áreas. O movimento de pedestres é importante para este estudo já que são estes os que usam a rua para atividades sociais.

Na Área 1, a existência de barreiras representadas por vias de fluxo mais intenso de veículos e as longas distâncias relativas para chegar a lugares no próprio bairro, desestimulam o movimento de pedestres, enquanto que o acesso facilitado a estabelecimentos comerciais do bairro na Área 2, favorece à movimentação de pedestres. A proximidade de bares e lanchonetes atrai usuários, como observado na Área 2, onde as maiores aglomerações acontecem nos estabelecimentos que possuem mesas nas calçadas.

A proximidade do centro da cidade e de outras áreas densas favorece a movimentação de pedestres na Área 3; por outro lado, as vias de fluxo intenso de veículos nas imediações da área representam barreiras importantes contra a locomoção do pedestre, e podem estar influenciando a intensidade de uso das ruas desta área.

A existência de barreiras (acessibilidade funcional) nas próprias calçadas em todas as áreas estudadas, não parece ser obstáculo importante ao uso da rua para circulação de pedestres ou para atividades sociais na Área 2.

O acesso aos EPLs também ocorre de maneira marcante por indivíduos que estão a pé (70% entre moradores das áreas de estudo e 38% a pé e 33% de ônibus, quando respondentes moradores de fora das áreas).

Quando enfocados os três EPLs estudados, no Horto Florestal aparece correlação negativa entre o *uso dos espaços* e a *dificuldade de chegar ao EPL* (provavelmente pela existência de barreiras) (Sig. = 0,002; Spearman = - 0,3537); assim, quanto mais difícil o acesso ao EPL menor o uso deste. Entre os usuários do Parque Horto Florestal, identifica-se a correlação entre a oferta de *transporte coletivo suficiente durante a semana* e o *uso do EPL* (Sig. = 0,032; Spearman = 0,2435), mostrando que a boa oferta de transportes públicos perto deste EPL influencia diretamente em sua apropriação pela população da cidade. Nos outros dois EPLs, que atendem principalmente moradores dos próprios bairros, as questões de distâncias funcionais não demonstram ser tão marcantes quanto no Horto, que atende usuários de toda a cidade (93% dos respondentes neste EPL moram em outra área que não a estudada).

Ainda, com relação aos respondentes moradores da Área 3 que afirmam freqüentar o Horto (70%), as questões de acessibilidade se fazem presentes, pela existência das avenidas de intenso tráfego que ladeiam a praça e que funcionam como barreiras entre o parque e as sub-áreas estudadas (a não ser no acesso junto à arena coberta, que supera este entrave com o

recurso da passarela sobre a Av. Fernando Corrêa da Costa, oferecendo um acesso seguro ao EPL para os moradores da Vila Carvalho e adjacências).

Na Área 1, a barreira representada pela rua Chaadi Scaff em relação à sub-área Sta.Tereza e a distância (aproximadamente 800m) a percorrer até a praça desde a sub-área Búzios podem estar desestimulando o uso da praça Itanhangá, pelos moradores, principalmente crianças, destas sub-áreas.

Na Área 2, surge uma importante correlação para a questão de acessibilidade, pois a possibilidade do EPL apresentar *grades* ou portões influenciaria diretamente, para os respondentes da área, num *menor uso da praça* (aprovação do EPL com grades Sig. = 0,034; Spearman = - 0,2597). Ao mesmo tempo, a praça seria percebida como mais segura à noite se fosse fechada por grades (como demonstrado na tab. 4.12, pg. 172). Portanto, neste EPL, a acessibilidade é mais influente para o uso do que a segurança noturna.

A proibição de acesso ao EPL 1 de artefatos como bicicletas, skates e patins limita muito o acesso, principalmente de crianças e adolescentes à praça, contribuindo decisivamente para a baixa intensidade de uso deste espaço.

4.3.5 Comparação de desempenho das áreas e EPLs

O alto nível de satisfação encontrado entre os moradores das áreas estudadas é decorrência, em muitos casos, de atributos físicos que fazem com que as ruas destas áreas sejam percebidas como tranqüilas, geralmente vinculados ao pouco fluxo de veículos e à percepção de áreas seguras.

Os dados analisados são sumarizados a seguir, de forma a poder comparar o desempenho das três áreas e dos três EPLs estudados:

Tabela 4.14 Comparação de desempenho das áreas – fatores contextuais

	<i>Sta. Tereza</i>	<i>Búzios</i>	<i>Copatrab.</i>	<i>V.Carvalho</i>	<i>Sgto. Amar.</i>
<i>Uso geral</i>	Fraco	Fraco	Intenso	Médio	Médio
<i>Uso predominante</i>	Guardas particulares	Guardas particulares	Circulação/ped Conversas Roda tereré Brincadeiras Jogos	Circulação/ped Conversas Roda tereré Brincadeiras	Circulação/ped Conversas Roda tereré Brincadeiras

			Bicicleta		
<i>Agradabilidade</i>	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta
<i>Segurança perceb.</i>	Média-baixa	Média-baixa	Média	Alta	Alta
<i>Acessib.visual</i>	Média	Muito baixa	Alta	Alta	Alta
<i>Acessib.funcional (barreiras)</i>	Média	Média alta	Muito baixa	Média	Média
<i>Sombreamento</i>	A dequ ado	A dequ ado	A dequ ado	A dequ ado	A dequ ado
<i>Locais utilizados p/sentar</i>	Cadeiras portáteis	Cadeiras portáteis	Cadeiras portát Meio-fio Cadeira/bar	Cadeiras portát Desníveis Meio-fio	Cadeiras portát Desníveis
<i>Iluminação</i>	Suficiente	Suficiente	Suficiente	Suficiente	Suficiente
<i>Satisfação</i>	Muito satisfat.	Muito satisfat.	Muito satisfat.	Muito satisfat.	Muito satisfat.

Tabela 4.15 Comparação de desempenho dos EPLs – fatores contextuais

	<i>EPL 1</i>	<i>EPL 2</i>	<i>EPL 3</i>
<i>Uso geral</i>	Baixo	Intenso	Intenso
<i>Uso predominante</i>	Caminhadas	Esportes Recreação/ infantil Estares	Skate / Bar Caminhadas Recreação/infantil Estares
<i>Aparência</i>	Muito positiva	Positiva	Muito positiva
<i>Segurança perceb.</i>	Alta (84%)	Média-baixa (51%)	Média (77%)
<i>Acessib.visual</i>	Média	Boa	Boa
<i>Acessib. espacial</i>	Baixa	Boa	Média
<i>Sombreamento</i>	Suficiente Mal distribuído	Insuficiente	Suficiente Mal distribuído
<i>Mobiliário</i>	Existente/inadequado Insuficiente	Adequado Insuficiente	Existente/adequado Insuficiente
<i>Satisfação</i>	Muito satisfatório	Satisfatório	Muito satisfatório

4.4 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E FATORES COMPOSICIONAIS

As características individuais dos usuários de espaços públicos foram identificadas, na revisão da literatura, como aspectos que podem influenciar a apropriação destes espaços. A seguir são apresentados fatores composicionais que, por serem relevantes para a questão enfocada, foram analisados neste trabalho.

4.4.1 Perfil do usuário

4.4.1.1 Ciclo de vida

Como o tipo de atividades desenvolvidas e o montante de tempo livre disponível modificam-se com o ciclo de vida do indivíduo, este aspecto particular dos potenciais usuários influencia o tipo e intensidade de uso dos espaços abertos públicos.

Procurando compreender a predominância de diferentes faixas etárias nas áreas estudadas, foram analisadas as composições domiciliares de cada área (fig. 4.60).

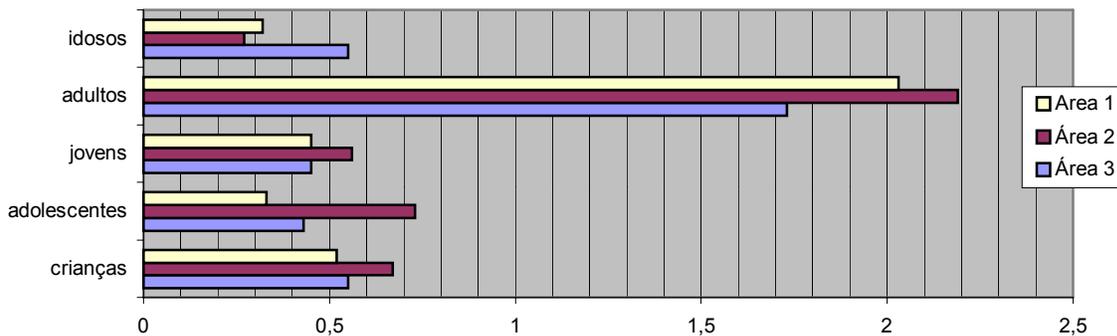


Figura 4.60 Distribuição etária por domicílio (pessoa por domicílio)

Na análise da composição familiar dos domicílios, encontra-se uma proporção maior de crianças, adolescentes e jovens na Copatrabalho do que nas outras áreas. Isto pode ser observado no gráfico comparativo das médias de faixa etária por domicílio (fig. 4.73) e na distribuição etária dos moradores das respectivas áreas. Foram considerados: criança (0-9anos); adolescentes (10-14); jovens (15-20); adultos (21-60) e idosos (+ 60 anos).

Estes dados confirmam as observações. Foi observado um maior número de jovens e crianças nas ruas da Área 2 - Copatrabalho do que nas outras áreas e maior número de idosos

nas calçadas da Área 3 – Horto, em comparação às outras áreas, caracterizada por ser de ocupação mais antiga e com famílias que tem permanecido na área por várias gerações.

É significativa a diferença entre as áreas, de famílias sem crianças (Phi, Sig = 0,00001), com 60% dos respondentes sem criança na família na Área 1, 43% na Área 2 e 70% sem crianças na Área 3. A Área 2 apresenta, além do maior número de crianças por domicílio, o menor número de famílias sem criança, o que leva a um maior número de crianças moradoras nesta área do que nas demais.

A criança está numa fase da vida em que depende do adulto e, portanto, tem seu raio de ação limitado aos espaços próximos da residência, aumentando a importância da possibilidade de uso destes espaços, por esta faixa etária.

Apesar da grande maioria das crianças das áreas estudadas freqüentar a escola no próprio bairro ou em bairro próximo, predomina o hábito de ir à escola a pé na Área 2 (70%). Na Área 3, também uma boa parte das crianças caminha para ir à escola (42%), o que não acontece na Área 1. O fato de caminhar até a escola movimentam as ruas, durante os horários escolares de entrada e saída. Demonstra, também, uma segurança de que a criança caminhe no bairro ou a conveniência deste hábito pela falta de opção de transporte, seja automóvel, transporte escolar ou ônibus.

As crianças brincam em diversos lugares. Entre os moradores que têm crianças, existe uma diferença significativa no hábito das crianças brincarem nas calçadas (Phi, Sig. = 0,00006). A Área do Horto é onde, proporcionalmente, são colhidas mais respostas afirmativas sobre este item, com 85% das crianças podendo brincar nas calçadas. Na Copatrabalho, 25% e no Itanhangá, 12%. A diferença entre estas respostas e o volume realmente observado de crianças brincando nas calçadas, com maior volume de crianças nas calçadas da Copatrabalho e não do Horto, deve estar relacionada com a quantidade de crianças que vivem nas duas áreas (função da densidade e da composição familiar por domicílio), e com a freqüência com que estas crianças freqüentam os espaços públicos.

A visibilidade e a facilidade de acesso entre a casa e o espaço é o mais importante nesta fase, pela necessidade de supervisão dos adultos. As melhores condições de visibilidade entre o lote e a calçada foram detectadas, através dos questionários, na Área 3, sugerindo que esta é a área que oferece melhores condições neste sentido, que facilita que as crianças se

apropriem das calçadas para suas brincadeiras. Contudo, no levantamento físico, foram levantadas condições semelhantes de visibilidade entre o interior do lote e a calçada, nas Áreas 2 e 3.

A adolescência, considerada a fase entre 10 - 14 anos neste estudo, é uma fase em que cresce a independência da criança, quando ela já não precisa ser observada pelos pais, e seu raio de ação também cresce. O tempo livre disponível ainda é grande. Na faixa dos jovens (15-19 anos), amplia-se mais a independência, diminui o tempo livre. A maior incidência, por domicílio, de adolescentes e jovens na Área 2, somada à densidade da área, estão representados nas observações de muitos grupos nestas faixas etárias sentados conversando, ou jogando pelas calçadas e praça da Área 2.

Apesar de, estatisticamente, não existir relação significativa entre a existência de crianças no domicílio e a freqüência de uso das praças, a existência de crianças na casa aumenta a freqüência de uso da praça em todas as áreas, principalmente entre os moradores da Área 3 e entre os moradores de fora das áreas.

4.4.1.2 Nível sócio-econômico



Figura 4.61 Faixas de renda

Na Copatrabalho, metade das famílias recebe de 3 a 5 salários, e é onde existe maior proporção de profissões de nível de 1° grau e 2° grau; diferente do Horto, com maior concentração nas faixas de 5 a 10 salários, maior número de profissionais de nível de 1° grau. Na área Itanhangá, predominam as faixas de 5 a 10 salários (36%) e 10 a 20 salários (33%) e

a maior concentração de profissões é de nível universitário. O nível de renda não apresenta relação com a frequência de uso da rua como espaço social, porém, existe uma maior presença observada de pessoas nas ruas da Copatrabalho, uma presença intermediária na região do Horto e uma menor presença na Área 1 – Itanhangá, que acompanha, inversamente, os níveis de renda. Sobre o uso dos espaços da rua, uma relação possível é levantada no item ‘Hábitos de compras’, (pg. 190).

Foi identificada relação entre a frequência de uso das praças e a faixa de renda a que pertence o indivíduo (Phi, Sig. 0,01057), com uma tendência a aumentar o uso dos EPLs com o aumento da faixa de renda. No entanto, a amostra total é constituída somente de 1/3 de usuários de baixa renda e de 2/3 pertencentes a classe média e média/alta, o que pode estar influenciando os resultados. Soma-se a isto o fato da grande maioria dos EPLs bem estruturados da cidade estarem localizados em bairros de maior poder aquisitivo, o que facilita aos indivíduos de faixa de renda mais alta o acesso a estes espaços.

4.4.1.3 Origem dos moradores

Partindo do pressuposto que a origem dos moradores seja um dos fatores composicionais passíveis de influenciar a apropriação dos espaços públicos, foram analisadas as relações entre a origem dos atuais moradores de Campo Grande e o tipo e intensidade de uso daqueles espaços.

Não foi identificada relação entre a origem dos moradores e o tipo e a intensidade de uso dos espaços públicos próximos à residência, mas existe uma relação significativa entre a *origem dos respondentes* e o *costume de freqüentar EPLs* (Phi Sig. = 0,04257), mostrando existir uma relação entre a região do país de onde provém o respondente com a frequência com que este usa os EPLs da cidade. Entre os respondentes oriundos da Região Sul, 59% usam freqüentemente os EPLs sendo, proporcionalmente, os que mais usam as praças e parques. Segue-se os vindos do interior do estado, de outras cidades da Região Centro-oeste e os criados na própria cidade de Campo Grande (57% deles costuma freqüentar EPLs). Os que menos usam, são os respondentes moradores oriundos da Região Nordeste (33% deles costumam utilizar EPLs) e da Região Sudeste (35% deles).

4.4.1.4 Tempo de moradia

A amostra apresenta uma significativa percentagem de novos residentes na cidade (15% estão na cidade há menos de 5 anos e 15 % chegaram entre 5 e 10 anos). Somente 35% dos respondentes foram criados na cidade (ou seja, 65% vieram de fora), demonstrando o crescimento de origem migratória da cidade.

Foram detectadas diferenças significativas entre as áreas (Phi, Sig = 0,03867), quanto ao tempo de moradia dos respondentes:

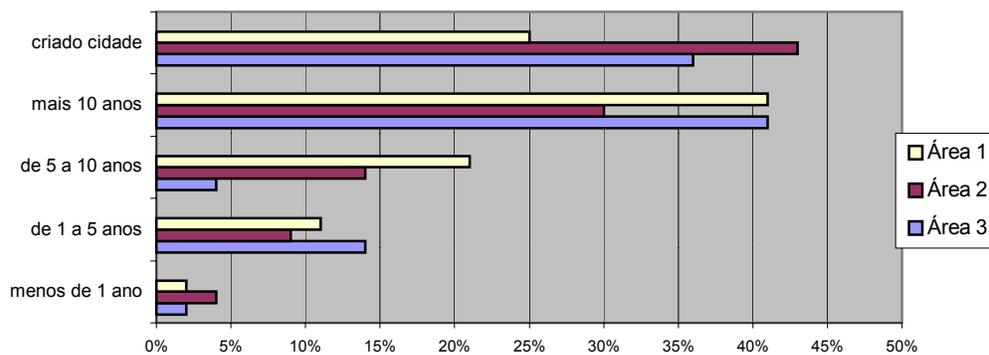


Figura 4.62 Tempo de moradia na cidade

Em torno de 41% dos respondentes moram há mais de 10 anos na sua própria residência e as diferenças entre as áreas não são contrastantes.

A intensidade de uso da rua para atividades sociais não apresenta relação com o tempo de moradia do respondente na cidade, mas apresentou uma relação com o tempo de moradia no mesmo bairro (Phi, Sig. = 0,046), o que indica uma tendência a usar mais os espaços próximos a sua residência conforme aumenta o tempo de moradia no mesmo bairro.

A *intensidade de uso de EPLs* apresentou uma relação significativa com o *tempo de moradia na cidade* (Phi, Sig. de 0,042), isto é, existe uma tendência de frequentar mais os EPLs conforme aumenta o tempo de moradia na cidade.

4.4.2 **Estilo de vida**

Esta variável composicional caracteriza-se por ser variável dependente das variáveis que compõem o perfil do usuário, principalmente do nível sócio-econômico, e do estágio no ciclo de vida, fatores que influenciam grandemente o estilo de vida adotado pelo indivíduo.

4.4.2.1 Meio de transporte mais utilizado

O transporte utilizado faz parte do estilo de vida adotado pelo indivíduo. Os meios de locomoção mais utilizados pelos moradores, além de um indicativo de renda, está sendo adotado como um indicador que facilita a compreensão da intensidade diferenciada de uso dos espaços públicos observados.

Dependendo do estágio no ciclo de vida, pode existir uma variação de uso de meio de transporte, já que crianças dependem de adultos para se locomoverem em maiores distâncias, adolescentes já têm maior independência em relação ao meio de transporte podendo se locomover por conta própria, a pé ou usando ônibus e idosos têm, muitas vezes, limitações para usar ônibus ou andar a pé, quando se trata de maiores distâncias.

Entre as três áreas, a distribuição dos tipos de locomoção coloca-se a seguir:

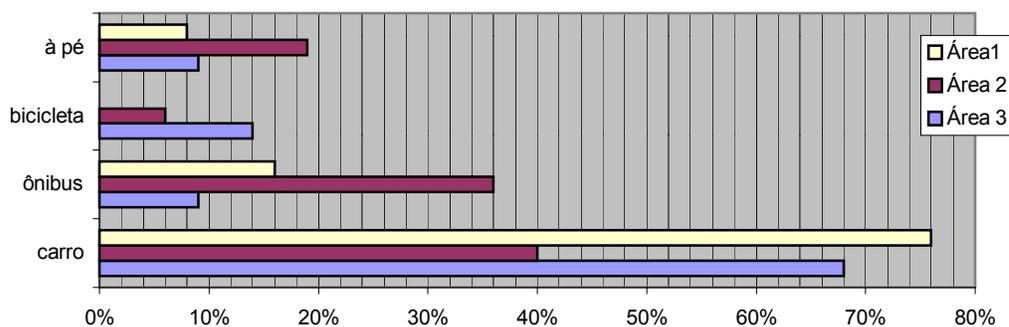


Figura 4.63 Principal meio de locomoção

Entre as três áreas, a distribuição dos tipos de locomoção coloca-se como no gráfico acima. Grande parte dos moradores das três áreas utiliza o carro como meio de transporte. No Itanhangá, o uso de carro é maior (76%), no Horto também é grande (68%) e menor na Copatrabalho (40%), correspondendo a representação das distribuições de renda de cada área.

O uso do carro avoluma-se com o aumento da faixa de renda (k-wallis, Sig. = .0000) sendo que 77,5% dos que andam de carro estão nas faixas de 5 a 10 salários para cima. O uso do ônibus é mais significativo na Área 2, onde 36% dos respondentes moradores o utilizam como meio de transporte. Na Área 1, 16% usam ônibus e na Área 3, 14% (nesta área é possível usar as facilidades do centro a pé).

O hábito de caminhar pelo próprio bairro não apresenta relação com o meio de transporte mais utilizado, mas é bastante lógico supor que o uso de transporte coletivo favorece a presença de pessoas nas calçadas, enquanto o uso do automóvel desfavorece. Esta suposição se confirma pelas observações das áreas, a Área 1 com pouquíssimos pedestres presentes nas ruas, a Área 2 com a maior presença e a Área 3 com presença intermediária.

Mas o fato de caminhar pelo próprio bairro influencia o tipo de apropriação dos espaços externos, pois existe correlação entre o *hábito de caminhar pelo bairro* e o *hábito de usar os espaços próximos à residência* para, por exemplo, observar o movimento e conversar (Sig. 0,000; Spearman = 0,4493). Assim, quem caminha pelo bairro também usa os espaços próximos para atividades sociais, como observar o movimento ou conversar.

4.4.2.2 Lazer

Dados obtidos através dos questionários indicam que, de modo, geral a metade dos respondentes usam muito os espaços privados em atividades de lazer (como ver TV, ler, descansar, conversar, visitar ou receber amigos...). Uma quantidade maior de pessoas (60%) freqüentam espaços abertos públicos ou semi-públicos em seu tempo de lazer (locais com atividades esportivas, calçadas de áreas residenciais, praças, parques, avenidas com atividade de *'promenade'*, feiras...), confirmando com isto a importância dos espaços públicos. Em menor proporção (14%) indicou o uso de espaços fechados semi-públicos (Shopping, igrejas, bares, cinema, teatro, locais p/ dançar,...).

As atividades realizadas em espaços públicos aparecem numa proporção maior nas Áreas 1 e 3 e as atividades em espaços privados (no caso, a própria casa), mais na Área 2, apesar do grande número observado de pessoas nos espaços das ruas e EPL desta área. Uma explicação para este fato pode ser o de que na Área 2, mais do que nas outras áreas, as

atividades de lazer se realizem mais no próprio bairro, tanto no espaço privado da residência quanto nos espaços das ruas e praça do bairro.

O fato de na Área 2 observar-se maior presença de pessoas nas ruas do que nas duas outras áreas, traz novamente a questão da densidade, mas também a de tempo livre disponível entre os moradores e a limitada gama de atividades (as que não demandem despesas), o que pode levar a um aumento de uso dos espaços públicos próximos da moradia, nesta área.

As atividades realizadas durante o período de lazer dos respondentes das áreas estudadas são apresentadas no gráfico abaixo:

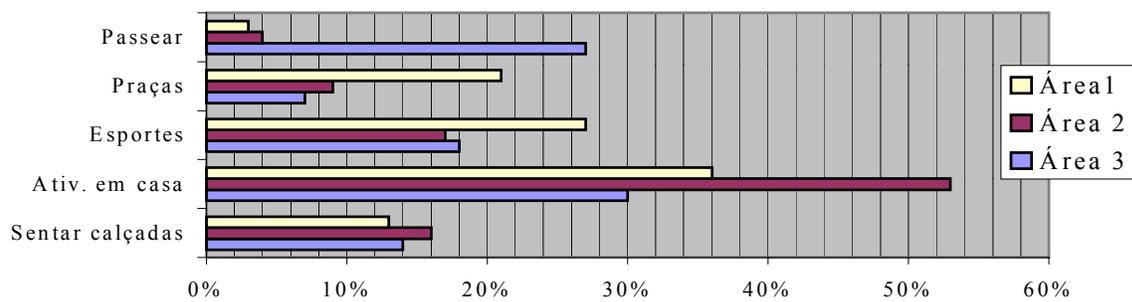


Figura 4.64 Atividades nas horas de lazer

Em todas as áreas predominam atividades no espaço privado da residência. Entre as diversas atividades realizadas nos espaços abertos públicos nas horas de lazer, pode-se comentar a predominância de atividades preferidas nas três áreas: na Área 1, 21% dos respondentes moradores ‘caminham/correm’ nos espaços públicos; na Área 2, praticam esportes (17%) ou ‘sentar/tomar tererê’ nas calçadas (16%) e na Área 3, 27% saem para ‘passear’ nas suas horas de folga.

As atividades de lazer se diferenciam por etapa do ciclo de vida assim como os espaços

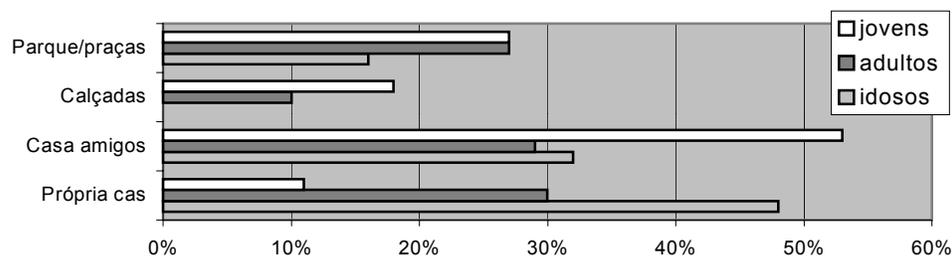


Figura 4. 65 Espaços utilizados horas lazer x faixa etária

utilizados:

É possível notar que os jovens são os que mais utilizam as calçadas para lazer. A falta de frequência de idosos utilizando as calçadas pode estar influenciada pela ambigüidade do conceito de lazer, pois é freqüente a observação de idosos sentados nas calçadas da Área 3 e, não tão freqüentes, mas visíveis também na Área 2. As crianças não estão relacionadas, neste gráfico, porque não estavam entre os respondentes dos questionários.

As atividades relacionadas às faixas de renda distribuem-se da seguinte forma:

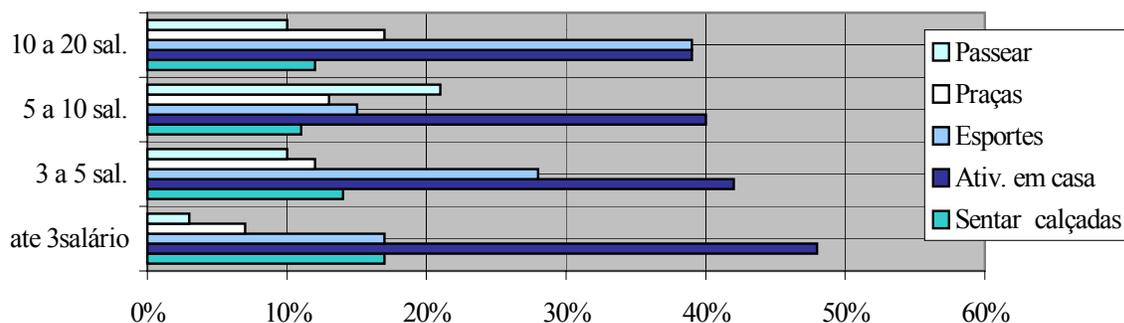


Figura 4.66 Atividades lazer x faixa de renda

De modo geral, as atividades de lazer que predominam em todas as faixas de renda são as atividades realizadas na residência ou no lote, um pouco mais acentuadamente nas faixas de renda mais baixas. As atividades nas calçadas apresentam uma tendência a aumentar, inversa à faixa de renda.

Analisando a escolha de espaços para atividades de lazer relacionadas às rendas familiares, não aparece relação significativa entre o uso dos espaços públicos ou privados e a renda familiar, mas aparece uma predominância no tipo de esportes praticado: quem tem mais renda (principalmente na faixa de 10 a 20 salários) caminha/corre e quem tem renda baixa, (até cinco salários), costuma jogar futebol.

O raciocínio de que a falta de opções de lazer -- decorrente do baixo poder aquisitivo - e a falta de conforto dentro da própria casa, sugerido através de entrevistas na Copatrabalho, leve as pessoas a sair para a rua para suprir estas necessidades, reforça a idéia de que a baixa renda tem influência sobre o uso da rua como espaço social.

Dentro das áreas deste estudo, praticamente todos os respondentes possuem pátio em sua residência (96%) - mesmo que seja pátio coletivo do condomínio. Entre os respondentes usuários dos espaços, mas que não moram nas áreas, aumenta a proporção de residências sem pátio (27%). Isto poderia ser motivo para a procura de praças, mesmo que não estejam localizadas nas proximidades da residência (67% dos que moram em outras áreas, que não as deste estudo, apontam para a falta de praças em seus bairros).

Com relação à origem dos usuários, não foram encontradas diferenças significativas nos hábitos de lazer. Foi detectada uma diferença quanto ao hábito de freqüentar casas de amigos/parentes (Φ , Sig. = 0,508) com uma tendência maior entre moradores oriundos da própria cidade e da Região Sul, enquanto as menores freqüências neste sentido foram constatadas entre respondentes oriundos da Região Sudeste e Nordeste.

Em relação ao tempo de moradia, também não foram encontradas diferenças significativas nos hábitos de lazer, a não ser uma tendência entre os moradores que moram na cidade a menos de um ano, de fazerem seu lazer na própria casa.

4.4.2.3 Hábitos de compra

Foi identificada uma relação significativa entre a região onde mora e o hábito de compra do respondente (Φ , Sig. 0,00000), ilustrada na figura 4.67.

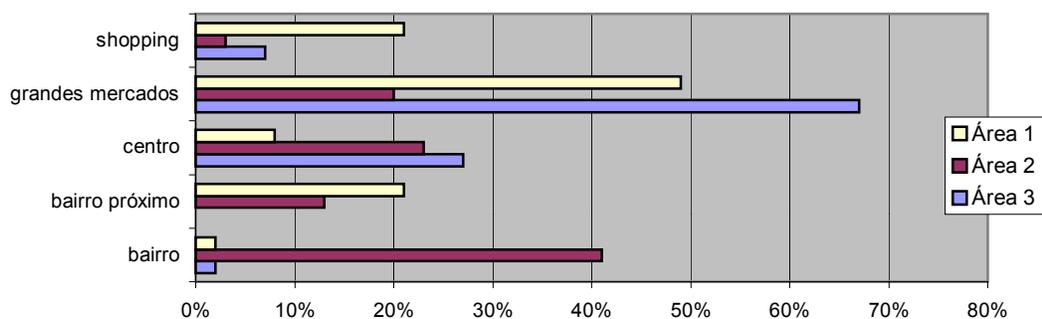


Figura 4.67 Hábitos de compras dos moradores

Vê-se que o hábito de comprar no próprio bairro é muito expressivo somente na Área 2 – Copatrabalho. Esta área apresenta uma das maiores relações de *estabelecimentos comerciais*

x n ° moradores, existindo inclusive um supermercado de tamanho médio na rua Café Filho, além de estabelecimentos de vestuário.

Na Área 3 – Horto, o hábito da grande maioria dos moradores é comprar em grandes mercados, apesar da proximidade do comércio básico oferecido. A facilidade de comprar em grandes mercados, localizados em bairros próximos, aliada a um nível de exigência maior com variedade de produtos, pode estar influenciando no hábito de compra. Nesta área, a relação de estabelecimentos de comércio básico x n ° de moradores é a maior entre as três áreas. Não existem, porém, estabelecimentos de vestuário ou supermercados. A existência de bom número de estabelecimentos de comércio básico na Área 3, indica que o abastecimento diário pode estar sendo feito nestes locais, enquanto as compras de maior volume são feitas em outros bairros ou no centro.

Na Área 1 – Itanhangá, o uso do solo unicamente residencial e o hábito de andar só de automóvel, se reflete na falta de hábito de comprar nas imediações. O reduzido número de estabelecimentos de gêneros básicos existente na área é um reflexo, entre outras coisas, desta falta de hábito.

Como nas Área 1 e 3 as pessoas andam mais de carro, e este facilita percursos e paradas alternativas, as compras tendem a ser feitas no caminho para casa. Sem dúvida, a falta da prática de compras no próprio bairro limita as possibilidades de encontros casuais, fato confirmado pelas observações na Área 1 e, em menor proporção, na Área 3.

Para quem se locomove de ônibus, as compras são feitas, com maior assiduidade, no início ou no fim do percurso, o que favorece a presença de pedestres nas ruas do próprio bairro, se este possui alternativas de abastecimento adequadas.

Não foi identificada relação estatística entre o hábito de compras e a frequência de uso dos espaços próximos à residência, mas existe uma tendência de maior uso destes espaços se as compras forem feitas no centro ou no próprio bairro. Como são as famílias com rendas mais baixas (até 5 salários) as que fazem compras no próprio bairro (72,5% dos casos), a tendência de uso dos espaços das ruas para atividades sociais é maior nesta faixa de renda.

4.4.2.4 Interação entre usuários

a) Caráter da vizinhança/ rede de relações

Foram identificadas diferenças significantes entre a percepção do caráter da vizinhança nas áreas estudadas (Phi, Sig = 0,00012).

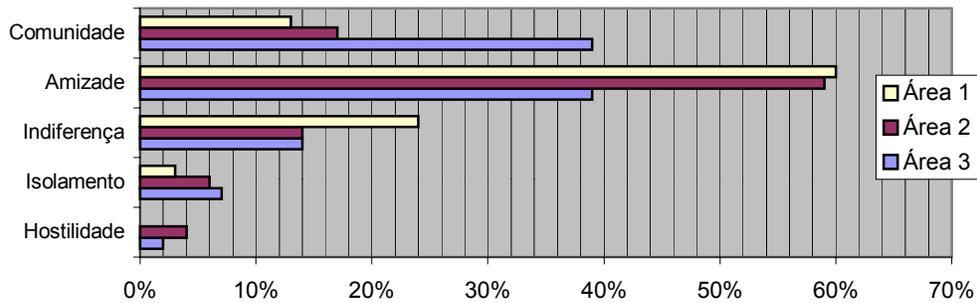


Figura 4.68 Percepção do caráter da vizinhança

A percepção do caráter de vizinhança das próprias áreas é positiva, na grande maioria dos casos (75%): de amizade ou comunidade. É possível notar uma diferença de percepção entre os moradores da área do Horto, onde uma proporção bem maior do que nas duas outras áreas entende o caráter da vizinhança como de comunidade (38,6 %), enquanto na área da Copatrabalho e do Itanhangá a maioria considera sua vizinhança mais como caráter de amizade (57% e 60%). É uma pequena nuance que aponta para uma percepção de maior união entre os moradores da Área 3, que não pode ser explicada pelo tempo de moradia, pois o tempo de moradia no próprio bairro, entre os respondentes, não é maior na Área 3 do que nas demais áreas. É, porém, a área onde existem mais idosos, o que pode influenciar os relacionamentos de ligação na vizinhança.

A relação entre o uso dos espaços próximos à residência para atividades sociais e a percepção do caráter da vizinhança é identificada (K-wallis; Sig = 0,0000). Assim, tem-se suporte estatístico para afirmar que ‘quem usa os espaços sociais próximos às residências para atividades sociais têm a tendência a considerar o caráter de vizinhança como de comunidade ou de amizade’.

A grande maioria dos moradores destas áreas tem amigos no seu bairro (91% deles), mas existem diferenças significativas entre a área em que o indivíduo mora em relação ao fato de ter amizades predominantemente no bairro ou fora dele. (Phi, Sig. 0,00000).

Os moradores da Área 3 têm maior número de amizades fora de seu bairro enquanto

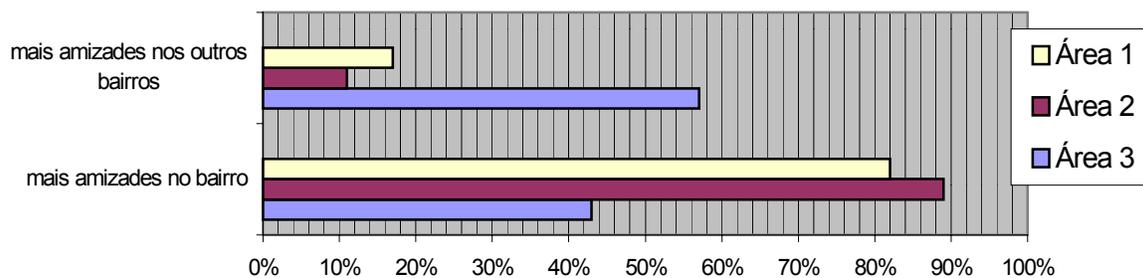


Figura 4.69 Rede de relações

na Área 1 e na Área 2 a prevalência é de amizades no próprio bairro.

Quando analisada a rede de relações predominante no próprio bairro ou fora dele, com respeito à faixa etária do usuários, não é identificada relação significativa. O mesmo acontece com relação à faixa de renda.

A semelhança de resultados entre Itanhangá e Copatrabalho, quando o enfoque é a influência da rede de relações no uso dos espaços públicos abertos próximos à residência, questiona a idéia de que seja a rede de relações de vizinhança que determine o uso social da rua, pois se este uso aparece forte na Copatrabalho, não aparece no Itanhangá. Mas, estatisticamente, existe relação entre o fato das *amizades estarem predominantemente em outros bairros* e *a menor intensidade de uso dos espaços próximos à residência para atividades sociais* (observar o movimento ou conversar) (K-wallis, sig. = 0,0001). Assim, quando a rede de relações for mais ampla, não predominante do próprio bairro, as interações entre os moradores diminui de freqüência e a tendência é a de pouco uso dos espaços da rua para atividades sociais (conversar ou observar).

Na Área 1, a predominância de muros altos e do uso do automóvel - que dificultam contatos visuais e casuais - e a declaração de uma rede de relações de amizade majoritária no próprio bairro sugerem que estas relações desenvolvem-se dentro de suas residências ou em ambientes compartilhados, externos à Área em que moram. Muito provavelmente em locais

tais como a escola dos filhos ou clubes. Enquanto a rede de relações de vizinhança no Itanhangá - Área 1, tende a ocorrer nos espaços privados, na Copatrabalho – Área 2, ela ocorre em espaços públicos.

Não foi identificada relação entre a percepção de movimento de pessoas nas calçadas com o fato de usá-las para atividades como conversar, observar ou mesmo caminhar pelo bairro. Apesar disso, a movimentação nas ruas que acontece na Copatrabalho é evidência suficiente de que “o que mais atrai as pessoas para os espaços é a presença de outras pessoas” como foi dito por Whyte (1980).

Com relação à origem do usuário, não foram identificadas diferenças significativas quanto à rede de relações serem predominantes no próprio bairro, ou não. O mesmo com relação ao tempo de moradia na cidade.

b) Privacidade

O hábito de deixar as portas das salas abertas, mantendo, desta forma, uma ligação direta e fácil entre o interior das casas e as ruas, é observado somente nas Áreas 2 e 3, normalmente nas residências menores e mais simples destas áreas. Este hábito demonstra uma necessidade de ampliar o espaço de uso da residência, mas também uma menor necessidade de privacidade em relação à vizinhança.

Por outro lado, as soluções arquitetônicas voltadas para o interior dos lotes adotadas na Área 1, sub-área Búzios, acompanhadas de altos muros, demonstram uma maior necessidade de privacidade ou proteção em relação ao espaço público, mesmo sendo a vizinhança considerada ‘amigável’ (conforme respostas aos questionários).

Estes dois tipos de solução afetam fortemente o uso diferenciado do espaço público das ruas adjacentes à residência.

c) Conexão com o ‘lugar’

As relações de vizinhança foram apontadas como um dos fatores que afetam a agradabilidade da própria rua para 37% dos respondentes moradores das áreas (dos que apreciam suas ruas), e por 42% dos que apreciam o próprio bairro. Existe correlação entre os

respondentes com *maioria das amizades no próprio bairro* e a *percepção do bairro como agradável* (Sig. 0,000; Spearman = 0,3286) e entre os que *gostam do próprio bairro* e o *uso dos espaços próximos à residência para outras atividades* além de deslocamentos (Sig. = 0,000; Spearman = 0,2492). Considerando que o uso leva a uma conexão simbólica entre o usuário e o ‘lugar’ (Carr, 1992: 193), quando as relações de amizade são predominantes no próprio bairro, aumenta a conexão do indivíduo com os espaços daquele bairro, que passa a ser sentido como um ‘lugar’.

A rede de relações tem influência na ligação com o lugar, como por exemplo na Área 2, onde os respondentes apreciam seu bairro mais pela questão ‘amizade’ (39%). Este bairro tem uma alta predominância de amizades no próprio bairro (89%). Esta rede de relações deve influenciar a movimentação observada nas ruas, apesar de não ter sido identificada relação estatística com a presente amostra.

Na Área 1, o sentimento de ‘segurança’ e ‘tranqüilidade’ – aspectos de maior apreciação no bairro - não está induzindo o uso das ruas como espaço social, nem a alta apreciação das amizades na Área 3 (39%), na mesma proporção que na Área 2.

Com relação à origem dos usuários, não foram identificadas diferenças significativas quanto ao fato de usar ou não o espaço público da rua para atividades sociais, o que traria uma conexão com o lugar. Como foi comentado anteriormente, o tempo de moradia no mesmo bairro tem relação com o uso dos espaços das ruas para atividades sociais, e, portanto, favorece a conexão com aquele ‘lugar’.

4.4.3 Comparação da influência dos fatores composicionais sobre o uso das ruas e EPLs

O alto nível de satisfação encontrado entre os moradores das áreas estudadas é decorrência, em muitos casos, de fatores composicionais, já que muitos respondentes expressam um nível positivo de satisfação com seu bairro quando estão satisfeitos com as relações de amizade. A existência destas relações pode estar relacionada a fatores físicos (por exemplo, falta de conforto na residência) e talvez a alguma característica de certas faixas de renda que tendem a socializar mais na própria vizinhança.

Os dados analisados são sumarizados nas tabelas a seguir, de forma a poder comparar a relação dos fatores composicionais predominantes nos usos das áreas e dos EPLs estudados:

Tabela 4.16 Influência de fatores composicionais no uso das ruas

	<i>Área 1</i>	<i>Área 2</i>	<i>Área 3</i>
<i>Uso geral das ruas</i>	Fraco	Intenso	Médio
<i>Uso predominante</i>	Guardas particulares	Circulação/ped. Conversas/ Roda tereré Brincadeiras e Jogos Bicicleta	Circulação/ped. Conversas Roda tereré Brincadeiras
<i>Nível socio-econo.</i>	Alto e Médio-alto	Médio-baixo	Médio
<i>Origem migrantes</i>	Região Sul (21%)	Interior do Est. (27%)	Interior Estado (36%)
<i>Meio transporte</i>	Automóvel	Automóvel e Ônibus	Automóvel
<i>Lazer predominante</i>	Atividades na casa Esportes	Atividades na casa	Atividades na casa Passear
<i>Hábitos de compras</i>	S upermercad os	L ojas do bairro	Su permercados
<i>Privacidade</i>	Grande	Média	Média
<i>Rede de relações</i>	No próprio bairro	No próprio bairro	Fora do bairro
<i>Caráter/vizinhança</i>	Positivo	Positivo	Positivo
<i>Satisfação / bairro</i>	Tranquilidade	Amizade/tranquilidade	Tranquilidade/ amizade

Tabela 4.17 Relação de fatores composicionais dos usuários, no uso dos EPLs

	<i>EPL 1</i>	<i>EPL 2</i>	<i>EPL 3</i>
<i>Uso geral</i>	Baixo	Intenso	Intenso
<i>Uso predominante</i>	Caminhadas	Esportes, Estares Recreação/ infantil,	Skate, Bar, Caminhadas Recreação/infantil, Estares
<i>Ciclo de vida</i>	Adultos	Jovens	Adultos durante semana Jovens fins-de-semana de show
<i>Nível socio-econômico</i>	Media-alta (5 a 10 e 10 a 20 sal.)	Média-baixa (3 a 5 salários)	Média-baixa (3 a 5 salários)
<i>Origem</i>	Região sul / Região centro-oeste	Nascidos na cidade/ Interior Estado	Nascidos na cidade / Interior Estado
<i>Chegar a praça</i>	a pé	a pé	Ônibus / carro / a pé
<i>Satisfação c/ EPL</i>	Muito satisfatório	Satisfatório	Muito satisfatório

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos permitem estabelecer as seguintes considerações a respeito de cada um dos fatores investigados:

Considerações em relação à influência dos fatores contextuais no uso das ruas

Adequação ambiental

- Calçadas com dimensionamentos e pavimentação adequados à circulação e com locais adequados à permanência podem intensificar o uso das ruas para atividades sociais.
- A presença de árvores, além de afetar positivamente o nível de satisfação com a aparência, está relacionada com a percepção de existência de bons locais para sentar nas calçadas da própria rua. Sombreamento inadequado e pavimentação inadequada inibem o hábito de caminhar pelo bairro, além de limitar as atividades de sentar para conversar e observar, nas calçadas.

Aparência e agradabilidade

- A vegetação exuberante é um dos fatores que mais influencia a percepção da aparência positiva da cidade.
- A agradabilidade do bairro influencia no uso dos espaços próximos às residências para atividades sociais e no hábito de caminhar pelo próprio bairro. Esta agradabilidade está relacionada com a tranquilidade do bairro e com as amizades.
- Quanto mais as pessoas usam os espaços públicos próximos para atividades sociais, mais acham o bairro agradável e, portanto, mais criam ligações com os outros moradores e mais sentem-se vinculadas ao lugar.

Segurança/Controle

- A percepção de insegurança quanto ao tráfego influencia a intensidade de uso das ruas como espaço social.

- Pouca visibilidade da rua desde dentro dos lotes reforça o uso destas ruas como espaço só para deslocamentos, mostrando que a segurança e controle que a visibilidade proporciona influencia a intensidade de uso das ruas para atividades sociais e no hábito de passear pelo bairro.

Acessibilidade

- O acesso a opções para compras, estudo e lazer pode favorecer a presença de usuários nas ruas, mas não a garante (como na Área 1, onde as escolas utilizadas pela população não são necessariamente as que podem ser alcançadas a pé, ou mesmo estando num raio de caminhada o hábito desenvolvido é o de ir até elas de carro).
- O contato visual (direto ou indireto) entre a rua e a casa (por exemplo, através do uso de portas abertas para a rua), influencia o uso do espaço da rua para a realização de atividades sociais.

Considerações em relação à influência dos fatores composicionais no uso das ruas

Ciclo de vida

- Maior incidência de crianças, adolescentes e jovens no bairro aumenta a intensidade de uso das ruas.

Tempo de moradia

- Tempo de moradia no mesmo bairro relaciona-se com o hábito de uso das ruas para atividades sociais.

Origem do usuário

- A origem do usuário não influencia o uso das ruas para atividades sociais.

Nível sócio-econômico

- A intensidade de uso dos espaços das ruas para a realização de atividades sociais é inversamente proporcional à faixa de renda familiar dos usuários: quanto mais renda, menos intenso é o uso, e vice-versa.

Meio de locomoção

- Quem costuma caminhar pelo bairro também tem o hábito de utilizar os espaços próximos à residência para atividades sociais.

Hábitos de lazer

- A falta de opções de lazer e a falta de conforto dentro da própria casa induz as famílias de menor renda a utilizar a rua como espaço de lazer e, com o uso, a considerá-la como uma extensão da própria casa.

Hábitos de compras

- Existe uma tendência de maior uso das ruas para atividades sociais quando os hábitos de compra são desenvolvidos no próprio bairro. Os hábitos de compras são desenvolvidos no próprio bairro por indivíduos de menor poder aquisitivo.

Relações de vizinhança

- Quanto mais utilizado o espaço público das ruas próximas à residência, mais positivo é percebido o caráter de vizinhança.
- A predominância da rede de relações no próprio bairro não garante o uso dos espaços das ruas do bairro para atividades sociais, mas quando a rede de relações está mais em outros bairros, diminui a intensidade de uso dos espaços próximos para atividades sociais.
- A rede de relações no próprio bairro ou fora dele não se relaciona com a renda familiar.
- A rede de relações tem influência sobre a satisfação com o próprio bairro, a qual está relacionada com o uso mais generalizado das ruas do bairro.

Considerações em relação à influência dos fatores contextuais sobre o uso dos espaços públicos de lazer

Adequação ambiental

- A falta de diversidade de atividades destinadas a adolescentes e/ou indivíduos que dispõem de mais tempo livre e demandam espaços para atividades ativas em grupos, desestimula o uso do EPL por estas faixas.

- Falta de atividades adequadas para todas as faixas etárias e falta de atratores que dinamizem os espaços são fatores que influenciam negativamente o uso dos EPLs .
- A presença de ambientes de estar com mobiliário (assentos e/ou mesas), arborizados e tranquilos, intensifica o uso dos EPLs.

Aparência

- Nos EPLs, a aparência influencia diretamente o uso, sendo, muitas vezes, o item mais valorizado e trazendo, quando positiva, maior número de usuários a estes espaços. A aparência, nestes casos, está relacionada à presença de vegetação e à manutenção dos espaços.

Segurança

- A percepção de segurança aumenta o uso de espaços abertos públicos.
- A presença de grades nem sempre garante a percepção de segurança, pois se o EPL3, por possuir grades é percebido como mais seguro, tanto de dia como à noite, no EPL 1 a existência de grades não garantiu a percepção de segurança noturna.

Acessibilidade

- A existência de barreiras físicas ou visuais (vias de tráfego intenso, distâncias longas para chegar ao EPL, grades ou cerca viva), influenciam de maneira marcante uma separação com o entorno e inibe o uso do EPL (como é o caso do EPL 1). Num espaço suficientemente amplo (como no EPL 3), que possua atratores suficientes para superar estes entraves - atividades e espaços variados, amplidão e transporte público acessível -, a existência de barreiras parece não ter uma influência tão marcante.

Considerações em relação à influência dos fatores composicionais sobre o uso dos espaços públicos de lazer

Ciclo de vida

- A existência de crianças na família aumenta a frequência de uso de EPLs.

Origem do usuário

- A origem do usuário influencia o hábito de freqüentar EPLs, com um uso mais intenso por parte de pessoas originárias da região Sul do país, seguidos da região Centro-oeste, do interior do estado do Mato Grosso do Sul e da própria cidade de Campo Grande.

Nível sócio-econômico

- Apesar dos resultados indicarem que o uso dos EPLs aumenta com o aumento da faixa de renda do usuário, leva-se em consideração que a localização de 2/3 dos EPLs da amostra (assim como da maioria da cidade) estão em área de nível de renda entre médio e alto. Esta distribuição dificulta o uso dos EPLs por parte da população de renda mais baixa, influenciando os resultados.

5. CONCLUSÕES

5.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta a conclusão geral do trabalho. Discute o problema de pesquisa, objetivos, métodos, conclusões sobre as hipóteses exploradas e a relevância dos resultados, estabelecendo as implicações destes resultados para os estudos das relações Ambiente-Comportamento e para o planejamento dos espaços urbanos.

5.2 PROBLEMA DE PESQUISA, OBJETIVOS E MÉTODOS

Esta pesquisa investigou os fatores que afetam a apropriação de espaços abertos públicos - ruas e espaços públicos de lazer - na cidade de Campo Grande – MS, representativa de cidades novas, com evolução rápida e recente, e com grande parte da população de origem migratória.

O desempenho dos espaços estudados é avaliado a partir das percepções dos moradores e usuários sobre as áreas selecionadas, e da verificação do perfil comportamental das ruas residenciais e dos espaços públicos de lazer.

O levantamento de dados foi realizado através da aplicação de múltiplos métodos: levantamentos de arquivos, levantamentos físicos, observações comportamentais, aplicação de questionários e entrevistas. A análise destes dados possibilitou uma maior precisão e validade da investigação.

O objetivo principal deste trabalho – a investigação de quais aspectos afetam mais fortemente os tipos e intensidade de uso diferenciados dos espaços abertos públicos, se fatores composicionais ou fatores contextuais - foi alcançado.

5.3 HIPÓTESE

Esta pesquisa permite emitir algumas considerações conclusivas a respeito das variáveis, dos processos e dos agentes que de forma articulada e interdependente contribuem para a avaliação de desempenho de espaços urbanos públicos abertos.

Parte da hipótese foi corroborada: *“Aspectos de ordem cultural e sócio-econômica (fatores composicionais) influenciam o uso das ruas residenciais de maneira preponderante sobre os aspectos de ordem física das ruas (fatores contextuais).”*

E parte da hipótese não foi: *“Aspectos de ordem cultural e sócio-econômica (fatores composicionais) influenciam o uso dos espaços públicos de lazer de maneira preponderante sobre os aspectos de ordem física destes espaços (fatores contextuais).”*

A análise das relações entre as características individuais dos usuários e o nível de apropriação dos espaços públicos, e entre atributos ambientais e diferentes níveis de apropriação dos espaços públicos, indica que os fatores composicionais de ordem sócio-econômica afetam fortemente o tipo e intensidade de uso das ruas residenciais. Em relação aos espaços públicos de lazer, os resultados evidenciam a forte influência de fatores contextuais sobre o tipo e intensidade de uso.

A hipótese testada a partir da definição das variáveis contextuais (adequação ambiental e diversidade de ofertas, aparência, agradabilidade, segurança e acessibilidade), das variáveis composicionais independentes (ciclo de vida, tempo de moradia, origem do usuário e nível sócio-econômico) e das variáveis composicionais dependentes, que compõem o estilo de vida do usuário, (meio de locomoção mais utilizado, hábitos de lazer, hábitos de compras e nível de interação entre usuários), permitiu concluir que estas variáveis afetam a imagem ambiental percebida, a avaliação de desempenho e o nível de apropriação de espaços abertos públicos.

5.4 DISCUTINDO OS RESULTADOS

Nos espaços públicos das ruas, as atividades sociais e opcionais, como descrito por Gehl (1987), dependem da existência de qualidades ambientais favoráveis para a permanência e o movimento: de proteção ao crime, ao tráfego e ao clima, qualidades estéticas e um sentido de lugar. Conforme sugerem os resultados obtidos neste trabalho, dependem, principalmente, da falta de conforto e de opções de atividades dentro dos espaços privados e da possibilidade de acessar, ou não, opções de atividades no espaço mais disperso de toda a cidade.

No entendimento deste estudo, a presença de certas atividades nas calçadas deve-se, como colocou Rapoport (1987), também à percepção diferenciada entre faixas da população de quais atividades são consideradas convenientes de se desenvolver nas calçadas, pelo significado, positivo ou negativo, destas atividades para aquele grupo.

Na cidade, os habitantes distribuem-se em territórios diferenciados por nível social e de renda, como afirmou Santos (1998). A pressão de uma menor renda leva os moradores destas áreas específicas a estruturar seus hábitos de vida de forma característica, o que normalmente induz a um maior uso do espaço público da rua para atividades sociais, confirmando a observação de Levitas (1991) de que somente em bairros populares ou favelas, a rua é intensamente utilizada como espaço social. Nestas áreas observa-se:

- Uma maior dependência da vizinhança nas questões de segurança, comum em bairros de menor renda, como salientou Lay (1992), trazendo consigo, no entender deste trabalho, uma menor valorização de privacidade no espaço privado em relação ao espaço público da rua. Esta característica é observável através da predominância de fechamentos que permitem contato visual entre o interior da residência e a rua e no uso freqüente de portões e portas de entrada abertos para a rua, durante o dia, favorecendo o contato direto entre o espaço público e o privado.
- Uma maior procura do espaço externo pela falta de conforto no espaço interno.
- Locomoção freqüente a pé ou de ônibus, portanto número maior de pedestres em movimento nas ruas.

- Restrição de locomoção para fora do bairro (pelo custo do transporte), o que aumenta a densidade de pessoas presentes no bairro, principalmente em horas de lazer.
- Domicílios com maior número de crianças ou jovens, o que aumenta o número de usuários com tempo de lazer disponível.

Já em áreas onde predominam famílias de rendas mais altas, encontra-se um estilo de vida, possibilitado exatamente por estas rendas, que favorece o esvaziamento do espaço das ruas para atividades sociais:

- A valorização da privacidade em contraposição à vida mais pública, como exposto por Sennet (1998), foi encontrada de forma diferenciada entre as áreas estudadas: a necessidade de privacidade varia, além de outras coisas, de acordo com a classe social, como foi salientado por Altman & Chemers (1989) e por Lang (1994). A adoção de soluções de fechamento espacial que não favorecem a visibilidade e de soluções arquitetônicas voltadas para o interior dos lotes, é um fator que, de acordo com este estudo, reforça o uso das ruas só para deslocamentos.
- A percepção de inadequação da rua como espaço de atividades sociais é considerado, por este estudo, como sinônimo desta maior necessidade de privacidade.
- O uso intenso, e muitas vezes exclusivo, do automóvel particular como meio de locomoção – mesmo em casos nos quais as distâncias não o tornam necessário -, além de diminuir a necessidade de estar na rua, demonstraram dificultar a apropriação desta para outras atividades que não só deslocamentos, intensificada pela insegurança que as velocidades praticadas criam, confirmando os argumentos de vários autores, como Gehl (1987), Appleyard (1981), Crawford (2000) ou Schidt e Stahr (1979).
- A facilidade de acesso a locais de compras, de estudo e de lazer, que o uso generalizado do automóvel traz, induz a uma dispersão da presença de pessoas nos espaços públicos do próprio bairro.

Nas três áreas estudadas, a adequação dos espaços públicos das ruas e calçadas quanto à agradabilidade, segurança, dimensionamento, pavimentação ou sombreamento, não é suficiente para garantir o seu uso com atividades outras que não só deslocamentos, enquanto a inadequação destas, em bairros de menor renda, não é suficiente para abortar a tendência de

uso destes espaços para atividades sociais e opcionais. No entanto, conclui-se que, nos casos estudados, a adequação da largura, da pavimentação e do sombreamento das calçadas afetam a intensidade de uso da rua para a realização destas atividades. Isto é, condições melhores de adequação dos espaços das ruas, com o planejamento de espaço destinados a permanência, favoreceriam um maior uso das ruas como espaços sociais, possibilitando o desenvolvimento de melhores relações de sociabilidade entre os moradores de uma área, ao mesmo tempo que contribuiriam para a criação de uma conexão mais estreita com o ‘lugar’. Dentro da mesma preocupação, os resultados obtidos indicam que o controle de velocidades em áreas residenciais, a exemplo dos “*woornefs*”, influenciaria, positivamente, o uso das ruas como espaços sociais.

Certamente, se nos bairros destinados à população de baixa renda as calçadas fossem projetadas de forma a comportar melhor as atividades de permanência, o retorno seria vigoroso. Já em bairros de populações de alta renda, talvez o resultado não fosse tão efetivo, e a dinamização do espaço das ruas tivesse que ser visto como um problema de solução mais complexa.

Quanto aos EPLs, os resultados deste trabalho mostram que seu uso é influenciado diretamente pela percepção de sua aparência (vegetação e manutenção) e segurança, e pela variedade de atividades que possibilita em seus espaços. Estes resultados reforçam afirmações feitas por vários autores, como Carr et al (1992), Lynch (1985) ou Hester Jr.(1985), sobre o papel dos espaços públicos, como de grande importância no que se refere à busca de amplitude espacial, ar fresco, sol, atividades físicas ou locais tranquilos.

A necessidade humana, ressaltada por Maslow (1987), de contemplação da beleza, fica dependente, em muitas estruturas urbanas, da existência, e acessibilidade, de praças e parques, onde o cuidado com aspectos de desenho e o contato com a natureza estão mais presentes que em outros espaços da cidade.

Os três EPLs estudados, sejam muito ou pouco utilizados, são considerados seguros por seus usuários e deve-se esta percepção à presença de guardas em todas os três espaços, somada, nos EPL 1 e 3, ainda, ao fechamento por gradis. O controle do espaço através de acesso controlado, apontado por Newman (1973) como forma de aumentar a segurança, é, no caso dos EPLs cercados, facilitado. Já a complementação do controle dos usuários pelo

controle exercido por guardas ou policias demonstrou ser uma necessidade nos EPLs estudados, para que estes sejam considerados seguros.

A diversidade de atividades ofertadas foi defendida por vários autores, como Jacobs (1967) ou Trancik (1986), como dinamizadora do uso dos espaços, e este pensamento fica corroborado nesta pesquisa, no que se refere ao volume de uso dos EPLs. Da mesma forma, a existência de ambientes de estar em quantidade suficiente e com mobiliário adequado para sentar foi detectada como necessária para um maior uso dos EPLs, como havia sido apontado por Whyte (1980).

O estudo demonstra que, em Campo Grande, tende a aumentar o uso dos EPLs entre faixas da população de melhor renda e entre pessoas originárias da região Sul do país e da própria região Centro-oeste, indicando uma diferença de hábitos de origem sociocultural, influenciando o uso destes espaços.

No entanto, há indicações de que os atributos físicos dos espaços influenciem mais fortemente a intensidade de uso dos espaços públicos de lazer do que os fatores de ordem composicional. A relação entre possibilidades de uso e proibições de acesso limita a livre escolha e a ação espontânea dos indivíduos, como defendido por Lynch (1991a) e minimiza o acesso geral aos EPLs, impedindo que diferentes grupos de usuários se apropriem daqueles espaços.

De modo geral, apesar das deficiências identificadas, a avaliação de desempenho das ruas e EPLs estudados é positiva no que se relaciona ao indicador ‘satisfação’ – tanto os bairros estudados quanto os EPLs são classificados como muito satisfatórios pela maioria de seus moradores e usuários. Já no indicador de avaliação ‘comportamento’, nas ruas da Área 1 e no EPL 1, a avaliação tanto das ruas quanto da Praça Itanhangá pode ser considerada como fraca, pois o uso observado é muito restrito nas ruas, e bastante limitado no EPL. Nas ruas desta área, a predominância de pouca visibilidade entre casa e rua e o uso intensivo do automóvel como único meio de locomoção, e no EPL, a falta de acessibilidade, de diversidade de atividades e de mobiliário, demonstraram ser eficientes no esvaziamento dos espaços.

5.5 RELEVÂNCIA DOS RESULTADOS E RECOMENDAÇÕES

Este trabalho procurou entender as causas de diferentes níveis de apropriação de espaços públicos abertos, através de uma abordagem perceptiva que utilizou a satisfação do usuário e o comportamento ambiental como indicadores do desempenho dos espaços.

A metodologia foi utilizada como base estruturadora para descrever uma determinada situação real e a partir desta, estabelecer parâmetros conclusivos com vistas a questionar as causas do desempenho diferenciado existente. Os métodos de caráter empírico, utilizados neste estudo, permitiram identificar as principais características socioculturais dos usuários e suas expectativas, e as principais características espaciais, potencialidades e deficiências de determinados espaços públicos.

O entendimento de quais aspectos influenciam positiva ou negativamente o uso dos espaços públicos das ruas e espaços públicos de lazer, pode ser valioso no embasamento de tomadas de decisões que orientem a produção do espaço urbano. A visão do usuário sobre o desempenho dos espaços é um subsídio importante para o balizamento eficiente de decisões técnicas e políticas referentes ao planejamento e funcionamento dos espaços públicos. Através deste conhecimento, é possível ir de encontro às necessidades reais e prioritárias da população, propondo novos enfoques, mantendo ou renovando conceitos e criando condições para reorientação em situações indesejáveis que existam no ambiente urbano.

Porém, é importante ressaltar as limitações deste estudo no que se refere à complexidade da medição de todas as variáveis que afetam o comportamento do usuário nos espaços públicos e à generalização dos resultados para outros espaços devido a limitação relativa do tamanho da amostra.

Este estudo mostra que o uso dos espaços das ruas para atividades diversificadas que não só deslocamentos, deve-se, primordialmente, a aspectos sócio-econômicos, que induzem a vários hábitos de vida e percepções de adequação de uso dos espaços. Mostra, também, a importância de aspectos de ordem física destes espaços em influenciar a intensidade de uso dos mesmos. Portanto, se for desejável uma dinamização das ruas para atividades sociais, é

possível alcançar o objetivo, em certa medida, criando condições físicas que favoreçam o encontro e a permanência.

Estas condições se referem a controle de velocidade de tráfego de veículos em áreas residenciais; cuidado com a largura das calçadas, de forma que suas dimensões não transformem todo o equipamento urbano em um empecilho à circulação; exigências quanto à diminuição de barreiras nas calçadas (manutenção deficiente ou falta de pavimentação, existência de desníveis, elementos diversos que diminuam muito o espaço utilizável pelo pedestre) e maior cuidado com a presença e a manutenção de árvores de sombra nas calçadas. Muito importante é a conscientização de que soluções que mantenham a visibilidade da rua desde dentro do lote são mais favoráveis à sociabilidade e ao uso mais dinâmico das ruas, além de favorecerem a segurança destas – tanto que em certas cidades, como Porto Alegre, é proibido construir fechamento frontal de lote com muro que impeça a visibilidade. Ainda, o incentivo de criação e manutenção de locais dentro dos bairros residenciais que sejam estímulo para uma pequena caminhada (por exemplo, pequenos mercados e locais de lazer que mantenham a transparência e acessibilidade à calçada) possibilitaria os encontros casuais e a multiplicação da presença de pedestres nas ruas do bairro.

Se existe uma tendência de faixas da população com melhores rendas utilizarem mais freqüentemente os espaços públicos de lazer, isto pode estar relacionado ao fato destes espaços estarem, majoritariamente, localizados próximos a áreas residenciais de população de maior poder aquisitivo, apesar do estudo apontar para uma maior necessidade de espaços públicos de lazer em áreas de menor renda. Estes espaços, no entanto, demonstraram ser utilizados de forma generalizada, principalmente pelos seus atributos físicos, pela presença de diversidade de atividades e pelo grau de acessibilidade que apresentam, indicando que investimentos no planejamento físico dos espaços públicos de lazer, embasados em conhecimento real das necessidades da população alvo, darão retorno consistente na forma de uso mais intenso.

O presente trabalho revela e sustenta a importância do espaço aberto público e pode fazer parte de um conjunto de pesquisas que permitam aprofundar o entendimento do modo de vida dos habitantes da cidade, formando um acervo confiável de informações sobre as expectativas e necessidades de seus habitantes, trazendo clareza sobre acertos e erros de

soluções existentes e permitindo avançar em propostas concretas de intervenção no ambiente urbano.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, Irwin; CHEMERS, Martin M. **Culture and environment**. Cambridge: University of Cambridge, 1989.

APPLEYARD, Donald. **Livable streets**. Berkeley: University of Califórnia Press, 1981

_____. Professional priorities for environmental psychology. In: **The London conference of psychology**. Ricard Kuller (ed). 1973.

ARANTES, Otilia. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. São Paulo: Edusp/ Studio Nobel, 1993.

BARTALANI, Vladimir. Parques públicos municipais de São Paulo: a ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação. **Boletim da ABAP** – Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, São Paulo, nº 15, p 1-4, nov. 2000.

BITTAR, Marisa. **Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital. Campo Grande**. MS: Ed. UFMS, 1999.

BONNES, Mirilia; SECCHIAROLI, Gianfranco. **Environmental psychology: a psycho-social introduction**. London: SAGE Publications, 1995.

BRILL, Michael. An ontology for exploring urban public life today. **Places**. New York: Desing History Foudation, 1989, V.6 .

CANTER, D. **The psychology of place**. London: Architectural Press, 1977.

CARR, Stephen.; FRANCIS, Mark; RIVLIN, Leanne; STONE, Andrew M. **Public space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CHADWICK, George. **The park and the town**. London: The Arquitectural Press, 1966.

CHIDISTER, Mark. Public places, private lives: plazas and the broader public. **Places**. New York: Desing History Foudation, 1989, V.6 .

CRANZ, Galen. Evalueting the Physical Environment: conclusion of eight housing projectes. In: REGNIERA, Victor; PYNOOS, Jon (Eds.), **Housing the aged: desing directives and policy considerations**. New York: Elsevier, 1987. p. 81-104.

_____. **The politic of park desing**. Cambridge, MIT Press, 1982.

CRAWFORD, J. H. **Carfree cities**. Amsterdam: Internacional Books, 2000.

COOPER MARCUS, Clare; FRANCIS Carolyn. **People places**. New York, Van Nostrand Reinhold, 1990.

- CORRÊA, Valmir Batista. **Fronteira oeste**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.
- COULSON, Nick. Space around the home. **Architects' Journal**, Information Library, V.24, dez.1980.
- CULLEN, Gordon. **El paisaje urbano**: tratado de estética urbanística. Barcelona: Editorial Blume, 1974.
- CUNHA, José Marcos Pinto. Região Centro-oeste: o esgotamento de um processo de ocupação? In: VIII Encontro Nacional da ANPUR, 1999, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: UFRGS/PROPUR, 1999.
- DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo**: escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo, Scritta, 1993.
- DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.
- EBNER, Iris de Almeida Rezende. **A cidade e seus vazios**: investigação e proposta para os vazios de Campo Grande. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.
- EDNEY, J. Human territoriality. **Psychological Bulletin**, n. 81. p. 959-975, 1976
- EICHENAUER, Max et al. Calles habitables: convivir com el tráfico. In: PETERES, Paulhans (Ed.). **La ciudad peatonal**. Barcelona, G.Gili, 1979.
- EUBANK – AHRENS, Brenda. A closer look at the users of *woonerven*. In: MOUDON, Anne Vernez (Ed). **Public streets for public use**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1987.
- FEATHERSTONE, Mike. **O desmanche da cultura**: globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- FRANCIS, Mark. Urban open spaces. In: ZUBE, E.; MOORE, G (eds.). **Advances in environment, behaviour and desing**. New York: Plenum Press, 1987.
- _____. The making of democratic streets. In: MOUDON, Anne Vernez (ed). **Public streets for public use**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1987b.
- FRÚGOLI JR., Heitor. **São Paulo: espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- _____. O projeto Associação Viva o Centro e as classes populares da área central de São Paulo. In: VIII Encontro Nacional da ANPUR, 1999, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: UFRGS/PROPUR, 1999.
- GEHL, Jan. **Life between buildings**: using public space. New York: Van Nostrand Reinhold, 1987.

GEHL, Jan. A changing street life in a changing society. **Places**. New York: Desing History Foudation, 1989, V.6(1).

GIFFORD, Robert. **Environmental psychology**. Boston: Allyn & Bancon, 1997.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve história do urbanismo**. Portugal: Ed. Presença, 1987.

GOLLEDGE, Reginald G.; MOORE, Gary T. **Environmental knowinig**: theories, research, and methods. Stroudsburg: Dowden, Hutchinson & Ross Inc., 1976.

GOODEY, Brian. **Percepção, participação e desenho urbano**. Rio de Janeiro: Avenir Editora/FAU-UFRJ, 1984.

GRAHAM, Stephen . Rumo à cidade em tempo real. In: MORENO, Julio (Cord.) **Da cidade de pedra à cidade virtual**: contribuição para o debate de nosso futuro habitat. São Paulo: Agência Estado, 1996

GUMPERT, Gary; DRUCKER, Susan J. Communication and the built form: the changing social landscape. In: NASAR, Jack L; BROWN, Barbara B.(Eds). **Public and private places**. EDRA 27, 1996. P.34-38

HALL, Edward T. Meeting man's basic spatial needs in artificial environments. In: LANG, Jon (Ed.) **Designing for human behaviour: architecture and the behavioral sciences**. Stroudsburg, Pennsilvania: Dowden, Hutchinson and Ross Inc. , 1974.

HALPRIM, Lawrence. **Cities**. New York: Reinhold Publish Corporation, 1963.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HESTER JR., Randolf T. Social values in open space design. **Places**, New York: Desing History Foudation 1989. V. 6 (1)

HERTZBERGER, Herman. **Lições de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. **The social logic of space**. Bath: Pitman Press, 1984.

HILLIER, Bill. Against eclosure. In: TEYMOURE, N.; MARCUS, T.; WOOLEY, T. (Eds.). **Rehumanising house**. London: Butterworths, 1988. p. 63-88

HILLMAN, James. **Cidade e alma** . São Paulo: Studio Nobel, 1993.

HOLSTON, James. **A cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras,1993.

HOUGH, Michael. Place-making and desing reviw. In: SCHEER, Drenda Case; PREISER, Wolfgang F.E. (Ed.), **Design review: challenging urban aesthetic control**. New York: Chapnane Hall, 1994.

ITELSON, W.H.; PROSHANSKY, H.M.; RIVLIN, L.G.M e WINKEL, G. **A introduction to environmental psychology**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1974.

JACOBS, Allan B. Looking, Learning, Making. **Places**. New York: Design History Foundation, verão 1997. p 4-7.

JACOBS, Jane. **Muerte y vida de las grandes ciudades**. Madrid: Ediciones Peninsula, 1967.

JACOBS, Allan; APLEYARD, Donald. Toward an urban design manifesto. **American Planning Association Journal** V.53, n° 1, 1987.

JAIMESON, Frederic. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

KAPLAN, Stephen; KAPLAN, Rachel; RYAN, Robert L. **With people in mind: design and management of everyday nature**. Washington: Island Press, 1998.

KELLER, Susan. **El vecindario urbano: una perspectiva sociológica**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1979.

KOHLER, Raquel. **Efeitos da legislação e o desempenho de espaços abertos em áreas residenciais**. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 1999.

KRIER, Rob. **Urban space**. New York: Rizzoli, 1979.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1990.

LASDUN, Susan. **The english park royal, private and public**. London: Andre Deutsch, 1991.

LANG, Jon. **Creating Architectural Theory: the role of the behavioral sciences in environmental design**. New York: Van Nostrand Reinhold Company Inc, 1987.

_____. **Urban Design: the american experience**. New York: Van Nostrand Reinhold Company Inc, 1994.

LAY, Maria Cristina. **Responsive site design, user environmental perception and behaviour**. Tese de Doutorado. Oxford Polytechnic, 1992.

_____. Site Layout, territorial organisation and social behaviour in residential environments. In: LENBURG, Tek et al (Eds.). **Shifting balances: changing roles in policy, research and design**. Conference of the International Association for People-Environment Studies - IAPS. 1998.

LAY, Maria Cristina; REIS, Antonio Tarcísio L. Satisfação e comportamento do usuário como critérios de avaliação pós-ocupação da unidade e do conjunto habitacional. In: ANTAC, **Avanços em tecnologia e gestão da produção de investigações**. São Paulo, USP, vol. 2, p 903-912. Anais do ENTAC, 1993.

LEVITAS, Gloria. Antropology and sociology of streets. In: ANDERSON, Stanford, (Ed.). **On Streets**. Cambridge: MIT Press, 1991.

LEWIN, K. **Field teory in social science**. New York: Harper Brothers, 1951.

LOZANO, Eduardo E. Visual needs in urban environments and in physical planning. In NASAR, Jack (Ed.). **Environmental aesthetics: theory, research and applications**. New York: Cambridge University Press, 1988: 395-421.

LOW, Setha M. Developments in research desing, data collection and analysis - qualitative methods. In: ZUBE, E.; MOORE, G. (Eds). **Advances in environment behavior and desing**. New York: Plenum Press, 1987.

LYNCH, Kevin. **La buena forma de la ciudad**. Barcelona: G.Gili, 1985.

_____. The openness of open space. In: BANERJEE, Tridib; SOUTHWORTH, Michael (Eds.). **City sense and city design: writings and projects of Kevin Lynch**. Massachusetts: MIT Press, 1991a. pp.397-412

_____. Reconsidering the image of the city. In: BANERJEE, Tridib; SOUTHWORTH, Michael (Eds.). **City sense and city design : writings and projects of Kevin Lynch**. Massachusetts: MIT Press, 1991b. pp.247-256

_____. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACHADO, Íris Faria; RIBAS, Otto Toledo e OLIVEIRA, Tadeu Almeida. **Cartilha de procedimentos básicos para uma arquitetura no trópico úmido**. São Paulo: Ed. Pini, 1986.

MARANS, R.; FLY, M. **Recreation and the quality of urban life: recreational resources, behaviours and evaluations of people in the Detroit region**. Michigan: Institute for Social Research, the University of Michigan, Ann Arbor, 1981.

MAZZA DOURADO, Guilherme (org). **Visão de paisagem no Brasil**. São Paulo: ABAP, 1997.

MASLOW, Abraham. **Motivation and personality**. New York: Harper & Row, 1987.

MICHELSON, Willian. **Man and his urban environment: a sociological approach**. Reading: Addison-Wesley, 1976

MONHEIM, Heiner. Atenuacion del tráfico. Comienzo de un cambio en las tendencias de la planificacion urbana y del tráfico. In: PETERS, Paulhans (Ed.). **La cidade peatonal**. Barcelona, G.Gili, 1979.

MOUDON, Anne Vernez (Ed.). **Public streets for public use**. New York: Van Nostrand Teinhold, 1987.

- MUNFORD, Lewis, **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- NASSAR, Jack L. **The evaluative image of the city**. Thousand Oaks – California: Sage Publications, 1998.
- NEWMAN, Oscar. Defensible space : crime prevention through urban design. **Ekistics**, n.216, nov. 1973.
- NORUSIS, Marija J. **The SPSS guide to data analysis for release 4**. USA: SPSS Inc., 1990.
- PALLEN, John. **O mundo urbano**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1975.
- PASSINI, Romedi. **Wayfinding in architecture**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1992.
- PESAVENTO, Sandra. **A pedra e o sonho: caminhos do imaginário urbano**. Porto Alegre, 1999
- PETERS, Paulhans (Ed.). **La ciudad peatonal**. Barcelona: G.Gili, 1979.
- PINTO, Mauricio Farias. O eixo Tamanduatehy. Palestra conferida no seminário: **Cidades brasileiras: desejos e possibilidades**. Campo Grande, agosto 2000.
- PLANURB – Instituto de Planejamento de Campo Grande. **A evolução urbana de Campo Grande**. Mimeo, 1999.
- PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Programa Corredor Cultural**. Mimeo Sec. Mun. da Cultura. Jul/set 1995.
- PRESSMAN, Norman. The European Experience. In: MOUDON, Anne Vernez (Ed.). **Public streets for public use**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1987.
- PROSHANSKY, H. M. The cite and the self identity. **Environment and behaviour**. V.10, n ° 2, 1978. p 147- 69.
- RAPOPORT, Amos. **Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontacion de las ciencias sociales com el diseño de la forma urbana**. Barcelona: G.Gili,1978.
- _____. Pedestrian streets use: culture and perception. In: MOUDON, Anne Vernez (Ed). **Public streets for public use**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1987.
- _____. Toward a redefinition of density. **Environment and behaviour**. Sage Publications, Inc., Vol, 7 n ° 2, junho 1975.
- REIS, Antônio Tarcísio e LAY, Maria Cristina. As técnicas de APO como instrumento de análise ergonômica do ambiente construído. Texto de apoio didático. III Encontro nacional e I Encontro latino-americano de conforto no ambiente construído.Gramado,1995.
- REIS, Antônio Tarcísio da Luz. **Mass housing, user participation and satisfaction**. Tese de doutorado. Tese de Doutorado. Oxford Polytechnic, 1992.

RIBEIRO, Ana Rita Sá Carneiro. **The relationship between park desing, functions and uses: a case study in Recife, Brazil.** Tese de doutorado. Oxford Brookes University, 1996.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1988

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

RYKWERT, Joseph. Streets in the past. In: ANDERSEN, Stanford (Ed). **On streets.** Cambridge: The MIT Press, 1991.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1998.

SCHMIDT, Eike; STAHR, Gerrit. Concepciones estructurales de la zona para peatones. In: PETERS, Paulhans (Ed.). **La ciudad peatonal.** Barcelona: G.Gilli, 1979.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1996.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.** São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SITTE, Camilo. **A construção da cidade seguindo seus princípios artísticos.** São Paulo: Ed. Ática, 1992.

STEELE, Fred I. **Physical settings and organizational developments.** Reading, MA: Addison-Wesley, 1973

STERN, Paul. On the problem of artistic form. **Logos**, Vol. V, 1914 –15, 1997. p. 165-172

STOKOLOS, D.; SHUMAKER, S. People and place: a transactional view of settings. In: HARVEY, J. (Ed). **Cognition, social behaviour and the environment.** Hillsdale, NJ: Lawrence Elbaum, 1981. p.441-88

SUTTLES, Gerald D. **The social construction of communities.** Chicago: University of Chicago Press, 1972.

TEAFORD, Jon C. **The XX century american city: problem, promise and reality.** Baltimore: The John Hopkins University Press, 1986.

TRANCIK, Roger. **Finding lost space.** New York: Van Nostrand Reinhold, 1986.

TUAN, Yi-Fu. **Topophilia: a study of environmental perception, attitudes and values.** Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1974.

ZELINSKI, Wilbur. **The cultural geografly of the United States.** Englewood Cliffs, NJ: Pretince-Hall, 1973.

WELCH, David. **Enquiry by design: tools for environment-behavior research.** Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

WHYTE, Willian H. **The social life of the small urban spaces**. Washington: The Conservation Foundation, 1980.

_____. **City: rediscovering the center**. New York: Doubleday, 1988.

WIEDENHOEFT, Ronald. El hombre y la ciudad para peatones: cuestiones sobre espacios ciudadanos agradables para el hombre. In: PETERS, Paulhans (Ed.). **La ciudad peatonal**. Barcelona: G.Gilli, 1979.

YURGEL, Marlene. **Urbanismo e lazer**. São Paulo: Nobel, 1983.